



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
UNIRIO - CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

Programa de Pós-Graduação em História

UNIRIO
história

VICTOR DOS SANTOS NASCIMENTO

**DO RIO E DO MAR: A ESCRAVIDÃO
EM BARRA DE SÃO JOÃO, SÉCULO
XIX.**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Do rio e do mar: a escravidão em Barra de São João, século XIX.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Departamento de História do Centro de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Mariana de Aguiar Ferreira Muaze

**Rio de Janeiro
2024**

Catálogo informatizado pelo(a) autor(a)

N244 Nascimento, Victor dos Santos
Do rio e do mar: a escravidão em Barra de São João, século XIX. / Victor dos Santos Nascimento. -- Rio de Janeiro, 2024.
121 f.

Orientador: Mariana de Aguiar Ferreira Muaze.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História, 2024.

1. Região da Bacia dos Rios São João e Macaé. 2. Escravidão. 3. Economia voltada para o mar. I. Muaze, Mariana de Aguiar Ferreira, orient. II. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - PPGH

Do rio e do mar: a escravidão em Barra de São João, século XIX.

Aprovada por:

Prof. Dra. Mariana Muaze
Orientadora
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro — UNIRIO

Prof. Dr. Jonis Freire
Universidade Federal Fluminense — UFF

Prof. Dr. Thiago Campos Pessoa
Seduc-RJ

Prof. Dra. Marcia Amantino
Universidade Salgado de Oliveira — Universo

Rio de Janeiro
2024

AGRADECIMENTOS

Esse trabalho é fruto de um esforço coletivo. Feito nos momentos pandêmicos, carrega em si o maior agradecimento que se pode ter: o de estar vivo, sobretudo.

Em primeiro lugar, agradeço a mim mesmo por ter acreditado ser possível, embora o desejo de desistir tenha me acompanhado. Apesar da falta de incentivo de programas de financiamento e do pouco reconhecimento do papel social do pesquisador (e em especial o pesquisador de ciências humanas), esse é um esforço para fazer vir à tona parcela da história de uma fração da população que sempre teve de calar-se, ou, ao decidir falar, teve contra si o império da invisibilização.

À minha família: Vanderléia — mãe —, Antônio — pai —, Viviane, Layza, Deborah e Keyla — irmãs —, por terem me apoiado de forma incondicional. Além, é claro, de terem aturado as minhas faltas. Obrigado por sempre terem sido o suporte para os meus sonhos! Viver é incompleto e não faz sentido sem vocês! Amores incondicionais.

Aos amigos, em especial Carlos Wagner Barbosa Jr., Bruno Aragão, Camila Mendonça e Raphaela Santana, por terem colocado os ouvidos à disposição todas as vezes que eu encontrava uma fonte superinteressante e falava pelos cotovelos acerca dela, mas também por terem acolhido as minhas reclamações e me aconselhado nos momentos de angústia. Por nossas saídas para shows inesperados, por nossas jogatinas, cafés e por muito mais: vocês são sensacionais!

À minha orientadora, Prof^ª. Dr^ª. Mariana Muaze, por ter sido fonte de ânimo em nossas reuniões de orientação e, em todas elas, desejar ver a cidade dos pescadores nascer. Por ter aturado os meus tantos sumiços, nem sempre recompensados com bons textos...

Aos integrantes da banca de qualificação e defesa, Prof. Dr. Jonis Freire e à Prof^ª. Dr^ª. Marcia Amantino, que com suas pertinentes contribuições fizeram com que este trabalho desenvolvesse mais potencial.

À Irmã Helenice Nunes Proença, por ter gentilmente me recebido na Paróquia de Nossa Senhora das Neves, em Trapiche/Macaé, e por ter aberto os acervos da instituição para que fizesse as minhas buscas. À Jane Marinho, responsável pela documentação do Museu Sollar dos Mellos, que me atendeu de maneira prestativa e ajudou-me na localização e digitalização das documentações que fizeram deste trabalho o que ele é.

A Deus, por sua infinita misericórdia.

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo central analisar a formação histórica da Região da Bacia dos Rios São João e Macaé, levando em consideração a sua conformação econômica voltada para o mar, baseada na agricultura e na posse de escravizados. Apoiado em Mariana Muaze e Ilmar Rohloff de Mattos para a construção do conceito de região e com o auxílio de inventários presentes no Museu Solar dos Mellos, registros paroquiais de terras e periódicos da região, foi possível estabelecer um nexu explicativo para a economia regional, alimentada pelo elevado número de terratenentes vinculados à produção agrícola — em especial a cafeeira —, a mão de obra escravizada e sua caracterização em termos de idade, sexo, local de procedência, especialização etc. Foram observadas complexas redes de relacionamento e diversas maneiras de exercício do poder, com importante destaque para o exercício de cargos públicos e a agência no tráfico Atlântico de escravizados. Embora contasse com propriedades com número variável de escravaria, foi dada centralidade para dois mega proprietários da região, Maria Gertrudes de Figueiredo e Euzébio de Queiroz Mattoso Ribeiro.

Palavras-chave: Região da Bacia dos Rios São João e Macaé. Rio das Ostras. Escravidão. Economia voltada para o mar.

ABSTRACT

The central objective of this work was to analyze the historical formation of the São João and Macaé Rivers Basin Region, considering its economic orientation towards the sea, based on agriculture and the ownership of enslaved people. Based on the work of Mariana Muaze and Ilmar Rohloff de Mattos for the construction of the concept of region and using inventories available at the Solar dos Mellos Museum, parish land records, and regional magazines, it was possible to establish an explanatory basis for the regional economy. This economy was driven by the large number of landowners involved in agricultural production — especially coffee — enslaved labor, and its characterization in terms of age, gender, origin, specialization, etc. Complex networks of relationships and various ways of exercising power were observed, with significant emphasis on public administration positions and involvement in the Atlantic slave trade. Although the region had properties with varying numbers of enslaved people, the focus was on two major landowners: Maria Gertrudes de Figueiredo and Euzébio de Queiroz Mattoso Ribeiro.

Keywords: São João and Macaé River Basin Region. Rio das Ostras. Slavery. Maritime-oriented Economy.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa do desmembramento dos blocos territoriais de Cabo Frio e Macaé.	22
Figura 2 - Carta Chorographica do Rio de Janeiro, 1858 com recorte de Cabo Frio, Barra de São João e Macaé.	23
Figura 3 - Regiões Hidrográficas do Estado do Rio de Janeiro, com recorte nas regiões VI e VIII	43
Figura 4 - Regiões Hidrográficas do Estado do Rio de Janeiro, com recorte nas regiões VI e VIII e delimitação da Região da Bacia dos Rios São João e Macaé em vermelho	57

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Fazenda de Café e Engenho de Açúcar entre os rios São João e Macaé em 1858.....	25
Gráfico 2 - População Escrava no Censo de 1872.....	47
Gráfico 3 - Relação População Livre vs. População Escrava no Censo de 1872.....	48
Gráfico 4 - Desembarque de Escravizados, 1837-1850.....	50
Gráfico 5 - Quadro demonstrativo das quotas do fundo de emancipação distribuídas aos diversos municípios da província do Rio de Janeiro, 1871-1886.....	51
Para termos uma noção da preocupação que causou no deputado Coelho a construção da estrada de ferro, podemos recorrer aos números do quantitativo de produtos agrícolas exportados na segunda metade do século na região. Gráfico 6 - Mapa dos Gêneros Exportados de Macaé para a Corte, 1860-1865.....	61
Gráfico 7 - Relação dos proprietários de escravizados por tamanho da escravaria na Região da Bacia dos Rios São João e Macé, 1838-1885.....	72
Gráfico 8 - Escravizados por tipo de propriedade na Região da Bacia dos Rios São João e Macé, 1838-1885.....	73
Gráfico 9 - Procedência dos escravizados constantes nos inventários na Região da Bacia dos Rios São João e Macé, 1838-1885.....	73
Gráfico 10 - Quantidade de Homens e Mulheres/Total constantes nos inventários na Região da Bacia dos Rios São João e Macé, 1838-1885.....	74
Gráfico 11 - Quantidade de Homens e Mulheres/Mega Proprietários constantes nos inventários na Região da Bacia dos Rios São João e Macé, 1838-1885.....	75
Gráfico 12 – Idade dos escravizados nos inventários post-mortem na Região da Bacia dos Rios São João e Macaé, 1838-1885.....	76
Gráfico 13 – Relação Percentual entre Homens e Mulheres na escravaria de Maria Gertrudes de Figueiredo, 1838.....	84
Gráfico 14 – Proporção da posse escrava e das atividades relacionadas à agricultura no monte-mor de Maria Gertrudes de Figueiredo, 1838.....	85
Gráfico 15 – Relação Percentual entre Homens e Mulheres na escravaria de Euzébio de Queiroz Mattoso Ribeiro, 1885.....	89
Gráfico 16 – Pirâmide etária dos escravizados na escravaria de Euzébio de Queiroz Mattoso Ribeiro, 1885.....	91
Gráfico 17 – Árvore genealógica de Benta, seus ascendentes e descendentes, 1885.....	94
Gráfico 18 – Batismos na Vila de Barra de São João entre os anos 1859 e 1865.....	97
Gráfico 19 – Proporção da posse escrava e das atividades relacionadas à agricultura no monte-mor de Maria Gertrudes de Figueiredo, 1838.....	104

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Mappa dos gêneros exportados d'esta cidade para a do Rio de Janeiro durante o semestre de 1.º de julho a 31 de dezembro de 1863.	37
Tabela 2 – Visão geral dos inventários que arrolaram escravizados na região delimitada, 1838-1885.....	70
Tabela 3 – Faixa etária dos escravizados e ingênuos constantes na escravaria de Euzébio de Queiroz Mattoso Ribeiro, 1885.....	90
Tabela 4 - Ofícios indicados para os escravizados de Euzébio Ribeiro, 1885.....	99

LISTA DE ABREVIATURAS

EUA Estados Unidos da América
SdM Solar dos Mellos Museu da Cidade de Macaé

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1. “A BARRA DE S. JOÃO AINDA HÁ DE SER CIDADE”: DESENVOLVIMENTO CIDADINO NA REGIÃO DOS LAGOS FLUMINENSE - SÉCULO XIX.....	16
O rio na formação das cidades.....	16
A região de Cabo Frio e o nascimento de Barra de São João.....	19
Os pescadores e a escravidão, a lide do mar e o julgo da terra	42
2. CONFORMAÇÃO ECONÔMICA E POSSE DE ESCRAVIZADOS ENTRE OS RIOS SÃO JOÃO E MACAÉ NO SÉCULO XIX.....	57
3. POSSUIR ESCRAVIZADOS NA REGIÃO DA BACIA DOS RIOS SÃO JOÃO E MACAÉ NO SÉCULO XIX, UMA CONFIGURAÇÃO DE MEGA PROPRIETÁRIOS.	81
3.1 Maria Gertrudes de Figueiredo	83
3.2 Euzébio de Queiroz Mattoso Ribeiro	89
CONCLUSÃO.....	106
EPÍLOGO.....	110
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	113

INTRODUÇÃO

Estudar história é uma tarefa árdua. Coloca aquele que por ela se interessa em contato com um mundo que não lhe pertence diretamente, mas que o chega por tabela, como que carregado pelas pessoas que vieram antes. A história do Brasil, por consequência, também se insere nessa mesma problemática. No entanto, carrega uma nuance a mais: essa história é, frequentemente, validada ou contestada pela vivência direta dos/das historiadores/as que a produzem. Os nomes das ruas, bairros, monumentos históricos, prédios, músicas e tantas outras formas da expressão humana dão o contorno da história escrita pelos/as historiadores/as.

No caso específico que o/a leitor/a encontrará aqui, essa afirmativa se confirma. O ponto de partida para a jornada que você encontrará por essas páginas está diretamente vinculada com a minha experiência pessoal. Ao preparar-me para o concurso público realizado no município de Rio das Ostras em 2019, deparei-me com duas questões centrais: quem são e onde estão os pescadores que tanto contribuíram para a formação histórica da região?

Esse questionamento, por mais que tenha se diluído em meio aos estudos referentes ao concurso, deixou uma pulga atrás da orelha sobre esse lugar que habito desde a tenra infância e que, usualmente, vejo os pescadores apenas no hino e no brasão municipal. Por conta dessa vivência pessoal e do meu envolvimento com as questões étnico-raciais, esse trabalho carrega, em muitas linhas, os indícios de que estive inserido nele. Não apenas pela escrita propriamente dita, como se já supõe, mas também em marcas de proximidade. Em que pese tenha sido feito um esforço para localizar aquele/a leitor/a que desconhece geograficamente a região, mas entra em contato com o texto, por vezes, é possível que se encontre um “aqui” quando referindo-me ao local em questão. Se essas citações passaram no texto, foi mais que um descuido ou falta de objetividade em meio ao trabalho acadêmico. Demonstra, justamente, o meu envolvimento em colaborar com a construção dessa região que se mostrou por muito tempo — e ainda continua a carinhosamente se mostrar — o *quintal de casa*.

A dissertação está dividida em três capítulos que pretendem colocar em vista uma dada região, os pescadores e as relações que nela se estabeleceram. Ao primeiro, intitulado “**A Barra de S. João Ainda Há de Ser Cidade**”: desenvolvimento citadino na Região dos Lagos fluminense - Século XIX, coube a tarefa de demonstrar como se processou o estabelecimento do que delimitamos como sendo a nossa região de análise. Nesse sentido, é nele também que se encontrará o esforço para localizar Barra de São João em uma região delimitada no contexto

local e nacional, suas conexões com o rio e os pescadores, as relações sociais que nela se estabeleciam e o seu papel na província do Rio de Janeiro.

O segundo capítulo, intitulado **Conformação econômica e posse de escravizados entre os rios São João e Macaé no Século XIX**, por sua vez, aproxima o olhar para as relações que se estabeleceram entre a escravidão e a região. Nele, os olhos atentos encontrarão, a partir dos dados coletados em inventários de moradores, senhores, escravizados, profissões e casas senhoriais bem delimitadas. Além disso, poderão perceber como a montagem do sistema escravista se deu — a quantidade de engenhos de açúcar e de fazendas de café, os senhores, o tamanho de seu cabedal —, como os rios serviam de potenciais interligadores entre as vilas do interior e a Corte, bem como auxiliavam na produção agrícola.

Segue-se um terceiro capítulo, **Possuir escravizados na Região da Bacia dos Rios São João e Macaé no século XIX, uma configuração dos mega proprietários**, onde o leitor encontrará um enfoque maior nos escravizados de dois personagens: Maria Gertrudes de Figueiredo e Euzébio de Queiroz Mattoso Ribeiro. Por se tratar dos dois maiores senhores de escravos da região, tornando-os mega proprietários, nesse capítulo tivemos o trabalho de ir em busca dos seus inventários e Registro de Matrículas de Escravos para compreender as composições desses plantéis. Aqui, portanto, foi feito o levantamento de dados como o sexo, o local de procedência, as profissões, a existência ou não de famílias e etc. O leitor terá na sua frente considerações acerca da disponibilidade de mão de obra, da organização social no interior de sua escravaria e da importância relativa dos escravizados nas fortunas da localidade.

Pensar a composição da sociedade brasileira é um trabalho árduo. Embora há muito o tema seja reduzido ao trinômio negro escravizado, indígena assimilado e português, existem diversas nuances nesse processo, ressaltadas pela historiografia que se desenvolve desde finais do século passado, e que, a partir do questionamento dessa interpretação ultrapassada, tornam a tarefa de pensar a realidade racial nacional uma tarefa de grande fôlego. É verdade, porém, que a balança tende a ser levada ao desequilíbrio para o lado de uma certa harmonia e homogeneidade racial branca, que acaba por criar distorções de identidade. Neusa Souza (1983) e Lilian Schwarcz (1993) demonstraram em seus trabalhos que esse processo foi uma ferramenta intencional, racista e que tinha como objetivo não apenas ser um instrumento para a consolidação da dominação das elites, mas também uma política de Estado.

Apesar de muito já ter sido discutido acerca dessa temática, o trabalho que aqui se apresenta tem como principal objetivo ser mais uma tentativa de diversificar e complexificar o entendimento acerca dessa questão, que figura até mesmo como objeto de lei, com as leis

10.639/2003¹ e 11.645/2008², tencionando o entendimento acerca da história oficial do nosso país e contribuindo para que se apliquem em nosso sistema educacional as diversas histórias das comunidades indígenas e afro-brasileiras.

A dissertação que o leitor encontrará nas páginas seguintes surge de um encontro e de um estranhamento. Quando estava estudando para realizar o concurso da prefeitura de Rio das Ostras, cidade na qual morei por grande parte da minha vida e ainda chamo de casa, vi-me diante de uma encruzilhada. As indicações da banca organizadora do concurso e os próprios símbolos oficiais do município, em especial o hino municipal³, faziam referência aos pescadores como símbolos da gente do lugar, contudo, nos monumentos da cidade não aparece a história dessa gente.

Dessa maneira, tomei para mim a missão de pesquisar a construção histórica da região na qual a cidade se insere. Para tal, a minha primeira incursão aconteceu nos jornais da região. Os dois encontrados remontam a uma Rio das Ostras que ainda não era a cidade que conhecemos. Tendo sido emancipada apenas no ano de 1993, sua história remonta ao município de Casimiro de Abreu, ambos no estado do Rio de Janeiro. No entanto, mesmo o município de Casimiro de Abreu passou por diversos nomes em sua trajetória, tendo sido Barra de São João (um de seus atuais distritos) um deles.

Ao embrenhar-me nos jornais, a saber: O São Joanense e Voz da Barra, encontrei não apenas menção aos homens da lide do mar, como também a menção de diversas etapas desse ofício, como a construção de barcos e de estaleiros. Como o leitor verá, a prática era comum e enraizada não apenas em Barra de São João, como em localidades próximas, o que nos auxilia a pensá-las em conjunto. Além disso, a pesquisa historiográfica veio demonstrar que a presença de pescadores negros e escravizados no litoral brasileiro era uma constante, do norte ao sul do país.

A contraposição dessas fontes com os levantamentos de embarque e desembarque dos portos e das movimentações de carga na região nos auxiliaram para a compreensão de que o

¹ Lei nº 10.639, de 9 de Janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm Acessado em: 15/03/2024.

² Lei nº 11.645, de 10 Março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm Acessado em: 15/03/2024.

³ Para conferir o hino municipal e os outros símbolos, acessar o site da prefeitura. Disponível em: <https://www.riodasostras.rj.gov.br/simbolos-oficiais/> Acessado em 15/03/2024.

trabalho desempenhado nas águas estava em um contexto maior: não só eram utilizadas as águas para a extração através da pesca, como também eram utilizadas para o transporte de cabotagem. Daí, portanto, se depreende a existência das grandes fazendas monoculturas, sobretudo de café e açúcar, também encontradas em mapas da época.

Coube, ainda, aos inventários encontrados no Museu Solar dos Mellos servirem de base para que se adicionasse uma reflexão acerca de como se processava a economia da região. Além de ser possível delimitar algumas posses de terras, junto aos Registros Paroquiais de Terras, também conseguiremos traçar o perfil de alguns terratenentes, bem como o perfil de suas escravarias.

Nesse sentido, ao entrar em contato com o texto que se segue, o leitor encontrará um esforço de fazer surgir uma região — entendida em sua historicidade — e as relações sociais que ali se estabeleceram. O que se espera fazer, portanto, é seguir o pensamento de Cinthia Araújo (2012), Beatriz Nascimento (NEGRO, 1977) e Lia Costa (2018) e ampliar a história do Brasil levando em consideração a história do negro brasileiro.

Que o questionamento e interesse pela construção de uma história mais completa dessa região e de suas gentes sejam o primado maior. Antes de partimos para o trabalho, é necessário apontar para o esforço realizado para que ele se concretizasse. Realizado no período crítico da pandemia de COVID-19, o acesso aos documentos deu-se de maneira virtual, tanto na Hemeroteca da Biblioteca Nacional quanto através dos serviços de pesquisa do Museu Solar dos Mellos. Nesse sentido, é importante, também, chamar atenção para o epílogo que traz um conto autoral, *Velado*, que sintetiza as condições de vida da população pobre e negra da região tratada.

Boa leitura!

1. “A BARRA DE S. JOÃO AINDA HÁ DE SER CIDADE”: DESENVOLVIMENTO CIDADINO NA REGIÃO DOS LAGOS FLUMINENSE - SÉCULO XIX

*Minha jangada vai sair pro mar
Vou trabalhar, meu bem-querer
Se Deus quiser, quando eu voltar do mar
Um peixe bom eu vou trazer
Meus companheiros também vão voltar
E a Deus do céu vamos agradecer
(Dorival Caymmi)*

O rio na formação das cidades

Não é estranha à História a concepção de que os rios foram extremamente importantes para que cidades e regiões se desenvolvessem. Esse foi o caso, por exemplo, de sociedades antigas, como o Egito e a Mesopotâmia, e de sociedades modernas e contemporâneas, que tiveram cidades portuárias-comerciais dependentes dos rios para seu florescimento econômico como o caso de New Orleans com o Rio Mississippi e de Paris com o rio Senna.

Em terras nacionais, podemos destacar a importância que tiveram, e ainda têm, rios como o Amazonas e o São Francisco para a economia das cidades ribeirinhas. No entanto, nesse emaranhado fluvial, enfocaremos o Rio São João, que banha as cidades de Casimiro de Abreu/RJ e Cabo Frio/RJ e que teve fundamental importância no processo de formação e desenvolvimento das cidades em seu entorno.

No que diz respeito à história marítima, pode-se dizer que Portugal se lançou à empreitada das chamadas Grandes Navegações no século XV e, pouco a pouco, os agentes da coroa, bem como as populações colonizadas, foram incorporando e aperfeiçoando as técnicas adquiridas nas lides da água nos lugares ocupados e explorados ao longo da Era Moderna.

Não sem conflitos e incorporações, por certo, a Coroa portuguesa traçou novas dinâmicas na organização social mundial, que envolveram não só os conhecimentos prévios adquiridos pelos pescadores de suas zonas portuárias, mas também aqueles absorvidos através do contato com os povos nativos da África e da América, aprendidos durante a tarefa colonizadora. Por óbvio, esses conhecimentos foram aperfeiçoados com os africanos escravizados, que trouxeram de forma forçada para este lado do Atlântico, no decorrer da montagem e funcionamento das empresas do tráfico negreiro e da escravidão.

Nesse aspecto, podemos concordar com Anthony Russell-Wood (2014) que nos ajuda a entender as potencialidades dos fluxos migratórios entre África, Brasil e Portugal, e, para quem, também não é possível falar em experiência atlântica sem levar em consideração os

diferentes atores que passaram a ser responsáveis pela rotina social dessas comunidades banhadas pelo Atlântico e suas respectivas trocas (2014, p. 14). Mais do que isso, possibilita-nos entrever o importante papel que o Oceano Atlântico teve ao tornar-se ele próprio um agente histórico que possibilita a formação de um amálgama étnico-cultural — papel nesse trabalho estendido aos rios.

Mas, é bem verdade que os rios, se tiveram papel fundamental, não foram os únicos atores da jornada de construção de lugares. Da junção da utilização das águas para a subsistência (nas atividades ligadas à pesca, agricultura, pecuária e hidratação humana), para a segurança física e econômica (construção de povoações e estradas), para a conexão com o divino, bem como outras maneiras de produção e reprodução social, surgiram processos específicos que valorizavam as águas fluviais nos mais diferentes espaços da vida humana.

Os processos de investigação acerca da influência humana na conformação dos espaços não são novos. Desde as preocupações com a ação humana na alteração do espaço físico até as interconexões da atividade humana aliada à ciência e as implicações disso para a qualidade de vida. No âmbito social, as movimentações humanas tornam-se verdadeiras parceiras para a compreensão de aspectos da constituição das relações de dependência e exercício de poder. Daí nascem as diversas formas de ocupar o espaço urbano e rural que devem envolver o reconhecimento dos rios e lagoas não apenas como vetores para o surgimento e desenvolvimento de cidades, tornando-os descartáveis após isso, mas dando-lhes papel essencial na história e na memória das cidades e regiões, levando em conta as frequentes alterações que sofrem, por se tratarem de organismos vivos e em constante transformação, como ressalta Gercinair Gandara (ASSAD, 2013).

Barra de São João, objeto de nosso estudo, teve sua História marcada por seus principais rios, lagoas e a proximidade com o mar. A vila de Barra de São João, atualmente distrito da cidade de Casimiro de Abreu/RJ, teve a sua história moldada pelo gigante que a cercava: o rio São João. Com considerável importância para o desenrolar da vida no distrito ainda nos dias atuais, o dito rio exercia significativo papel econômico e social no século XIX, de onde saiam não apenas o peixe, na figura dos profissionais pescadores, mas também o sustento de pessoas que não estavam ligadas à pesca, ao menos não na sua labuta braçal cotidiana, e, no entanto, desempenhavam sobre ela mando e desmando.

No entrelaçamento de vivências espinhosas e de interesses emaranhados, as elites econômicas se confundiam com as elites políticas e intelectuais locais. Nos esquemas de existência entre esses grupos privilegiados e a gente comum, o rio fluía e a cidade existia.

Nosso interesse neste primeiro capítulo é, portanto, apresentar a ideia de que a vila de Barra de São João pertenceu, no século XIX, a uma região onde o rios e lagoas, bem como a presença do mar, foram fundamentais para a sua estruturação econômica e social, não só porque facilitavam uma conectividade entre as diferentes vilas e cidades, através de suas águas, mas também porque traziam diversas vantagens que a água doce em abundância proporciona, como a melhoria na agricultura, a facilidade para hidratação na pecuária e humana e etc.

Para melhor entendermos os caminhos que esse trabalho percorre, é de extrema importância que entendamos que, apesar de focarmos em Barra de São João, essa mesma não se constitui em separado das vilas e cidades vizinhas. Para tal, trabalharemos com o conceito de região que se apresenta em Ilmar Mattos (1987), Muaze (2015) e também defendido por Maria Lúcia E. Rodrigues (1983, p. 29 APUD SILVA; LINHARES, 1995). Para esta última, a região é entendida como uma construção coletiva e flexível dos homens.

Conforme salienta Ilmar Rohloff de Mattos (1987, p. 24):

(...) a região não deve ser reduzida a determinados limites administrativos, como o das capitâneas. Ela não deve ter também como referência apenas a distribuição de seus habitantes em um determinado território (...) [pois] se a região possui uma localização espacial, este espaço já não se distingue tanto por suas características naturais, e sim por ser um espaço socialmente construído, da mesma forma que, se ela possui uma localização temporal, este tempo não se distingue por sua localização meramente cronológica, e sim como um determinado tempo histórico, o tempo da relação colonial.

A região, na perspectiva aqui adotada, faz parte de um todo relacional e historicamente construído fazendo com que seus entrelaçamentos e relações sociais sejam protagonizados na análise. É nesse intento que analisamos a região de Rio das Ostras, quarteirão da vila de Barra de São João, dentro da lógica em que está inserida, a saber: (1) a sua vinculação social, econômica e política à vila de Barra de São João e ao seu porto, local não apenas de desembarque ilegal de escravizados e escravizadas, mas também de escoamento da produção da vila de Barra de São João e das vilas vizinhas para o Rio de Janeiro, o que fazia com que esses estivessem em constante ligação com os comerciantes locais e aqueles das vilas interioranas e (2) as relações estabelecidas entre os fazendeiros da região no processo de produção agrícola para a efetiva manutenção dos seus respectivos status de fazendeiros e terratenetes, bem como na produção local e faturamento na corte.

Essas considerações sobre a regionalização em que Barra de São João está inserida no século XIX servem para chamar a nossa atenção para o fato de que as pessoas que aqui habitavam tinham e compartilhavam entre si alguns pressupostos organizadores de suas vidas, sejam eles políticas, econômicos e/ou sociais e, por isso, podem ser entendidos como uma

região. Esses traços, por sua vez, podem dizer respeito tanto ao caráter material, quanto às possibilidades que o meio geográfico lhes impunha, além do caráter imaterial, com os saberes e crenças que compartilhavam entre si.

Nesse sentido, cabe-nos pensar além dos lugares que os agentes históricos ocupavam na disposição social e seus interesses. Pretendemos refletir, também, sobre a mobilização de interesses diversos no decorrer do tempo, limitando e afrouxando as barreiras da região que se constituía. Para tal, concordamos com Durval Albuquerque (2008, p. 62) quando diz que

As regiões, como qualquer recorte espacial, qualquer instituição ou construção espacial humana, são produtos de elaborações poéticas, de elaborações que chamaríamos de ficcionais, não no sentido de que não teriam compromisso com a verdade, que seriam mentirosas, mas de que são produtos das operações de dotação de sentido com que os homens procuram dominar o caos das coisas à sua volta. As regiões nascem de investimentos de sentido, da produção de sentidos: nascem da busca por organizar o mundo, por ordená-lo, por esquadrinhá-lo, por classificá-lo, por dominá-lo.

A intenção do capítulo que aqui se apresenta é justamente essa: ao passear pelos conflitos de demarcação territorial, as movimentações do porto, as tentativas de cultivo alternativo na agricultura, a posse legal e ilegal de escravizados, o acesso à cultura e o compartilhamento das demarcações jurídico-administrativas da vila, levar o leitor a entender as diversas conexões e rupturas que acometem os homens e mulheres da Barra de São João em seus diferentes jeitos e modos. Caracterizamos, nessa medida, a região como uma construção histórica, como bem observado por Mariana Muaze (MUAZE; SALLES, 2015, p. 62) em ocasião de sua análise para o Vale da Paraíba, em que “As transformações sociais, econômicas, políticas, culturais e de meio ambiente ocorridas alteraram as percepções individuais e coletivas constituídas sobre aquela espacialidade.” Buscamos com esse capítulo, então, contribuir para entender como este processo de construção de sentido regional acontece onde Barra de São João se localizava durante o século XIX.

A região de Cabo Frio e o nascimento de Barra de São João

Cabo Frio foi fundada em 1615, por Constantino Menelau, então governador do Rio de Janeiro, mas sua história remonta de 1503, quando foi erguido no local um casebre por Américo Vespúcio em suas andanças pelo litoral brasileiro, onde deixou 24 homens com a intenção de constituir uma fortaleza. Tendo seu plano prosperado, esta cidade ficou sendo considerada uma das primeiras feitorias existentes nas terras que vieram a ficar conhecidas como Brasil (BERANGER, 1993, p. 13 ss.).

No entanto, as problemáticas que levaram à criação da Cabo Frio contemporânea se desenrolam em torno das disputas que a Coroa portuguesa enfrentava em duas frentes. A primeira delas situava-se na vantagem que desejava obter sobre as nações europeias na tentativa de povoamento da América e da preponderância que pretendia exercer nestas terras, que começavam a ser vistas como terreno potencial para a extração de grandes lucros, através do pau-brasil. Por outro lado, tentava exercer domínio sobre as populações indígenas locais, que se rebelavam e, aos olhos da administração portuguesa, dificultavam o processo. Em momentos, essas duas forças se reuniam e faziam as investidas portuguesas mais difíceis⁴.

Desses momentos de reunião, a Guerra de Cabo Frio surge como o movimento de desarticulação da força dos indígenas Tamoios que ali habitavam e de sua união com os franceses. Conhecida por ser uma luta entre portugueses (apoiados por indígenas tupiniquins catequizados) e franceses (apoiados pelos tupinambás, reunidos sob o nome de “Tamoyos”, que significa ‘avós’, o que indica a possibilidade de eles serem os mais antigos povos indígenas do litoral), a guerra foi o estopim de um processo de rebeldia dos Tupinambás que habitavam o litoral entre Bertioga (SP) e Cabo Frio (RJ). A junção de diversas nações indígenas sobre o mesmo objetivo teve como nome Confederação dos Tamoios, acontecida entre 1554-1567, e estimulou o surgimento dos conflitos na região que acabou com vitória da Coroa portuguesa.

Apesar da ação portuguesa na região, através dos governos de Cristóvão de Barros e de António Salema no século XVI e da vitória sobre os Tamoios aliados aos franceses, os corsários não pararam de interferir em Cabo Frio. Desta vez, ao lado de franceses, holandeses e ingleses aumentaram as suas investidas, que iriam se prolongar pelo final do século XVI e adentrar o XVII, tendo os domínios estrangeiros na região diminuído com a fundação da cidade de Cabo Frio em 1615, conforme nos demonstra Beranger (1993, p. 27).

Desde que foi fundada a cidade de Cabo Frio em 1615 pelo governador Constantino Menelau, os ingleses desviaram suas investidas para o apoio aos índios goitacás para nas regiões próximas, como se poderá observar mais adiante nos registros que indicam essas movimentações por Itapebussus, fazenda na localidade do povoado de Rio das Ostras, e Macaé.

Esse processo de ampliação do território explorado pelos corsários estrangeiros pode indicar a conformação de uma área de influência. Essa área de influência, por sua vez, nos dá base para entendê-la em seu conjunto, confluindo para pensá-la neste trabalho em seu aspecto regional. Tanto é que, ao reclamar, cerca de dois séculos depois acerca da manutenção da

⁴ MOREIRA, Luiz Guilherme Scaldaferrri. Cabo Frio e a montagem da primeira elite fluminense - séculos XVI e XVII. In: RIBEIRO, Flávia Maria Franchini; MOREIRA, Luiz Guilherme Scaldaferrri. **Cabo Frio: 400 anos de história, 1615-2015**. Brasília: IBRAM, 2017.

escravidão na costa brasileira, os ingleses se utilizam dos portos espalhados em Cabo Frio, Búzios e Rio das Ostras como argumento principal de sua queixa.

Com importantes contribuições para a região, os índios Tamoios, que haviam passado por diversos ataques, foram progressivamente perdendo espaço através da ação de Antonio Salema, culminando essa perda em 1575, quando os goitacazes passaram a ser preponderantes e exerceram o papel de domínio das populações indígenas na localidade (BERANGER, 1993, p. 16). Habitados também a viverem entre as águas, dada a sua existência às margens de outro rio, o Paraíba do Sul, e o oceano atlântico, os goitacazes aqui se estabeleceram. Mas, antes dos Goitacazes migrarem para a região, a oficialidade do Estado aumentou os conflitos por legitimação do efetivo domínio das porções de terras e a criação de limites territoriais entre as capitânicas do Rio de Janeiro e São Tomé.

Com a crescente movimentação na região de Cabo Frio e após as sucessivas tentativas de ataques estrangeiros, os representantes da Coroa portuguesa acharam por bem aumentarem o controle do que acontecia nos perímetros de seu interesse para a exploração e extração de produtos, dentre eles, o pau brasil. Com isso, têm-se início o processo de avanço sobre as terras ocupadas pelos goitacazes, sediados na atual Campos dos Goytacazes. Para tal, criam povoamentos, entre os quais se destacam os de Macaé e o de Rio das Ostras, à época referenciado como o que se situava às margens do rio Leripe⁵.

Com a atividade do missionário Antonio Vaz Pereira, criou-se o núcleo primitivo da Freguesia de Neves, mas também outros de menor expressividade, às margens do rio Macaé, como o de Macabu e São Pedro. A ação imediata dos jesuítas teve início no fim de 1630, quando da construção da Capela de Santana.

Neste contexto, a fazenda de Macahé, chefiada pelos jesuítas, se desenvolveu e diversas freguesias foram criadas, tendo posteriormente sido distribuídas pelos distritos ao redor, principalmente o de Quissamã e o de Carapebus. Em 1813, o povoado que se desenvolve em Macaé é elevado à categoria de vila, tendo sido desmembrada de Cabo Frio e Campos dos Goytacazes e o seu constante desenvolvimento lhe entrega as honras de se tornar uma cidade em 1846. Nesse mesmo ano também perde a freguesia de Barra de São João, tornada vila.

A localidade hoje conhecida como Barra de São João, atualmente distrito do município de Casimiro de Abreu, teve a sua história vinculada diretamente à fundação da cidade a qual

⁵ Leripe é a transformação colonial do termo Iriry, lugar de ostras, nome originário do rio que banha a cidade que hoje é conhecida por Rio das Ostras. LIMA, Maria da Glória D'Almeida. **Pérola entre o rio e o mar – História de Rio das Ostras**. Rio das Ostras: Fundação Rio das Ostras de Cultura/Poema, 1998, p. 20. Cf. <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/macaee/historico> e <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/rio-das-ostras/historico> Acesso em: 17/04/2022

hoje se vincula. Casimiro de Abreu, por sua vez, foi fruto do aldeamento de índios Guarulhos levada a cabo pelo capuchinho italiano Francisco Maria Tali, erigindo-se uma capela no local em 1748 em devoção à Sacra Família e, em 1761, originando a freguesia que levaria o mesmo nome: Sacra Família de Ipucá⁶.

Dentre os diferentes movimentos que configuraram administrativa e territorialmente a vila de Barra de São João, fazendo com que ela oscilasse em seu distrito sede e até em seu nome por diversas vezes no decorrer do século XIX, podemos destacar os constantes surtos de varíola pelos quais passava a região interiorana⁷. Motivados pelos tais, resolveu-se mudar a sede da freguesia para a foz do rio São João, de onde seria facilitado o transporte dos enfermos para a corte, caso esses desejassem receber tratamento de médicos lá estabelecidos, ou, até mesmo, receberem a visita dos médicos que pela costa passavam. Em 1846, fundou-se a vila que passou a ter sede a freguesia única, de Barra de São João, passando a adotar esse nome.

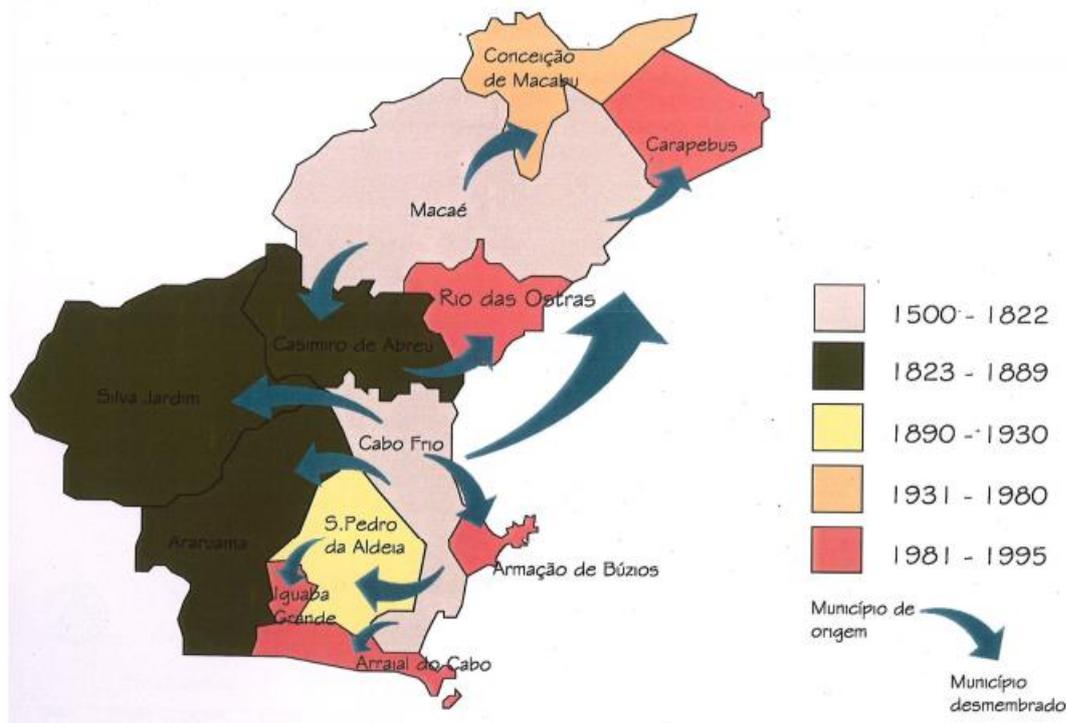
A vila, criada em 1846, segue em distrito único até 1890, quando cria-se o distrito de Indaiassu (local original da freguesia da Sacra Família de Ipucá e, hoje, distrito sede do município de Casimiro de Abreu) através do decreto estadual no 112, de 11-08-1890.

Para melhor compreensão dos processos de idas e vindas administrativas da região e também os processos de nomeação, que ora referem-se à Macaé, ora a Barra de São João e Rio das Ostras, a figura abaixo demonstra as alterações no status de cada território, primeiro tornadas vilas e, posteriormente, elevadas à cidade.

Figura 1 - Mapa do desmembramento dos blocos territoriais de Cabo Frio e Macaé.

⁶ Cf. <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/casimiro-de-abreu/historico> Acesso em: 17/04/2022

⁷ALMANAK Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro (RJ) - 1844 a 1885. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=313394x&pasta=ano%20184&pesq=&pagfis=1> Cf. ed. 34, ano 1877, p. 73.



Fonte: GOMES, 2003, p. 17 APUD MATTOS, 2009, p. 60.

A localidade, que era então chamada de Santa Helena de Cabo Frio, posteriormente sendo renomeada para Nossa Senhora de Assunção do Cabo Frio estava envolta em um circuito em que conflitos, envolvendo a capitania do Rio de Janeiro, que tinha como limite a parte renegada pela capitania de São Vicente, indo de Macaé (RJ) a Caraguatatuba (SP), e a Capitania de São Tomé, levam a desgastes que, além de criarem novas capitanias, como o acontecido em 1674 com a criação da Capitania da Paraíba do Sul/Campos dos Goytacazes transformam os territórios da região em espaço de constante conflito, com diferentes marcações de fronteiras ao passar do tempo, pois

Para efetivar a Conquista e a presença lusa, as terras em Cabo Frio começaram a ser doadas tanto pela capitania de São Vicente, que legalmente detinha a jurisdição sobre a região, como a recém-criada Capitania do Rio de Janeiro. Iniciava-se um conflito de jurisdição entre as duas capitanias, algo pouco discutido na historiografia. (RIBEIRO; MOREIRA, 2017, p. 33)

É nesse emaranhado de vai-e-vens que a região Macaé - Cabo Frio, apresentada na figura abaixo, se insere no cenário regional.

Figura 2 - Carta Chorographica do Rio de Janeiro, 1858 com recorte de Cabo Frio, Barra de São João e Macaé⁸.

⁸ Cf. **Carta chorographica da província do Rio de Janeiro** mandada organizar por Decr. da Assembleia Prov. de 30 de Out. de 1857 ... Encarregada aos Engs. Pedro d'Alcantra Bellegarde e conrado



Fonte: Pedro Bellegarde e Jacob Niemeyer, Carta Chorográfica do Rio de Janeiro.

Como já foi possível observar, Cabo Frio não se constitui em um local desconectado das freguesias, vilas e cidades vizinhas⁹. Portanto, como bem ressaltaram Flávia Ribeiro e Luiz Moreira (2017, pp. 22-23), falar de Cabo Frio é um exercício que representa esforços que

[...] não falam 'de' e 'por' Cabo Frio por si só - o que por vezes é muito comum em outros estudos locais. No entanto, procuram entender como a sociedade cabofriense respondeu, de forma particular ou não, a problemas e acontecimentos que fugiam ao seu controle, isto é, que estavam inscritos em outros níveis de escala que não o local.

Em 1813, o território da região continuava em construção, devido ao fato de Macaé, já conhecida e com povoação desde 1630, ter se tornado uma vila. Constituída como um lugar de extrema importância, dado o seu estabelecimento entre Campos dos Goytacazes e o Rio de

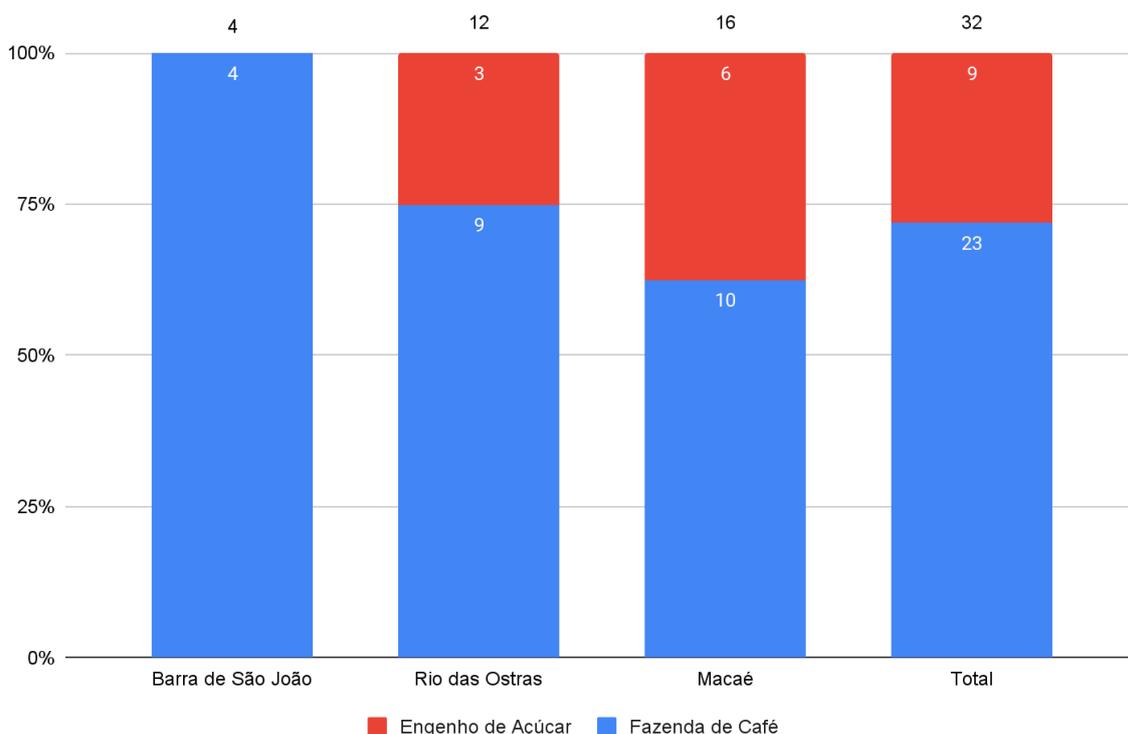
Jacob de Niemeyer. Disponível em: <https://bdib.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/17625>
Acessado em 17/04/2022

⁹ Agradecimentos especiais aos colegas da Escola Municipal Edith Castro dos Santos, Cabo Frio/RJ, pelo compartilhamento de reflexões acerca da vida docente e das problemáticas do funcionalismo público nos anos de 2021 e 2022, em momentos tão *sui generis* para o mundo e para a educação devido aos impactos da Pandemia de COVID-19.

Janeiro, era um local visado não apenas por aqueles que tinham como objetivo o saque dos viajantes e as taxações, como também como um lugar para o estabelecimento de medidas de ataque aos que passavam por mar¹⁰.

É importante chamar atenção para um fato que pode ter passado despercebido ao analisar a Carta Chorográfica de Pedro Bellegarde e Jacob Niemeyer (fig. 2). Quando aproximamos o olhar, ela nos concede um indicativo essencial para o entendimento dessa área costeira como uma região: a existência, em 1857, dos engenhos de café e açúcar, que, por sua vez, anunciam um modo particular de compreender o mundo.

Gráfico 1 - Fazenda de Café e Engenho de Açúcar entre os rios São João e Macaé em 1858¹¹



Fonte: Pedro Bellegarde e Jacob Niemeyer, Carta Chorográfica do Rio de Janeiro. O autor, 2023.

Cabe salientar que os engenhos de açúcar e as fazendas de café contidos na Carta Chorográfica podem estar diminuídos em sua importância, a depender do critério escolhido pelos autores para a fabricação da mesma. Esse fato pode ser constatado, por exemplo, quando dos anúncios de vendas de situações e escravizados na região, com a possibilidade de cultivo

¹⁰ Cf. informações constantes no site oficial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/macaé/historico> Acessado em: 30/12/2021.

¹¹ Produzido pelo autor. Cf. **Carta chorographica da província do Rio de Janeiro**, op. cit.

e extração do café, que demonstram existirem outras propriedades com finalidade cafeeira, como a de Luiz da Silva Mello em Itapebussus ou a de Joaquim José Ribeiro em Vila Verde¹².

Como desconhecemos fonte que informe o critério utilizado para definir os engenhos e fazendas que comporiam a carta chorográfica com exatidão, podemos apenas especular sobre o que teria levado os autores a deixarem de fora outros engenhos e fazendas existentes. Dentre esses critérios, podemos pensar no tamanho da propriedade, na quantidade de café produzido e na quantidade de escravizados que possuía o dono do lugar. Mas o que importa frisar é que a economia do café movimentava a área entre os rios São João e Macaé.

Se nos debruçarmos sobre os dados das primeiras exposições de café (1881, 1882 e 1883)¹³, encontraremos a participação de Macaé e Barra de São João. Na primeira exposição, ocorrida em 1881, Barra de São João e Macaé participaram com 2 e 1 amostras, respectivamente. Essa amostragem, apesar de ainda tacaña se comparada com as áreas mais produtivas do Brasil, notadamente o Vale do Paraíba, demonstra a relevância da produção das cidades que se tornavam pequenas quando comparadas com a gigante Campos dos Goytacazes, que também contribuiu com 2 amostras. Na participação seguinte, o número de amostras analisadas aumenta, passando de 2 para 5 em Barra de São João e de 1 para 14 em Macaé.

Além disso, um outro aspecto que precisa ser considerado é o fato de que, em Macaé, havia forte tráfego de escravizados, bem como de indígenas, que deram início não só à colonização na cidade de Macaé, como nas do entorno, no caso de Barra de São João¹⁴. Deste intenso tráfego não podemos desvincular a repressão contra qualquer atividade que envolvesse os negros livres, libertos ou escravizados. Essa repressão se manifestava a ponto de em 1864, na edição 154 do *Jornal Monitor Macahense*¹⁵, haver a transcrição, a pedido, do código de

¹² Para Luiz da Silva Mello, cf. **O S. Joaneiro: folha noticiosa e commercial. Vila da Barra de S. João, [RJ]: Typ. de A. Lobo Vianna, 1859.** 31 cm. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=235407> Acesso em: 4 ago. 2021. Cf. ed. 08, 09 e 10 de 1859; Para Joaquim José Ribeiro, cf. **VOZ da Barra: periodico noticioso, Barra de S. João, [RJ]: Typ. de José Freire de Andrade e Silva, 1864-[1865?].** 31 cm. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=156973> Acesso em: 4 ago. 2021. Cf. ano I, N VIII, Fev de 1865;

¹³ Cf. CENTRO da lavoura e commercio. **Breve notícia sobre a primeira exposição de café do Brazil.** Rio de Janeiro: Typ. e Lith. de Moreira, Maximo & C., 1882; CENTRO da lavoura e commercio. **Breve notícia sobre a primeira exposição de café do Brazil - Relatório.** Rio de Janeiro: Typ. e Lith. de Moreira, Maximo & C., 1883; **LE BRÉSIL à l'exposition internationale de St-Pétersbourg.** ST-PÉTERSBOURG: Imprimerie Trenké et Fusnot, 1884.

¹⁴ Cf. informações constantes no site oficial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/casimiro-de-abreu/historico> Acessado em: 30/12/2021.

¹⁵ **MONITOR Macahense: Jornal Político, Litterario, Commercial e Agricola (RJ) - 1864 a 1870.** Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=026980&pesq=&pagfis=1> Acessado em: 20/12/2021 Cf. também nas edições 157 e 158.

condutas do município, que em seus artigos 70, 71, 76, 78 e 79, versam sobre as impossibilidades de tocar tambor, de andar com objetos perfurantes e outras coisas mais, seguindo o comportamento que já era adotado em outros lugares no Brasil, em especial nos Códigos de Postura da Corte e como pode se observar a seguir:

Pede-se-nos a transcrição dos seguintes artigos das posturas da Câmara Municipal d'esta cidade.

Art. 70. *Fica proibido o toque de tambor nas danças dos pretos, sob pena de 10\$rs. de multa imposta ao dono, administrador, ou feitor de qualquer fazenda ou situação.*

Art. 71. *Fica absolutamente proibido o uso, quer de dia, quer de noite, de faca de ponta e de outros instrumentos perfurantes, ou cortantes, de pistolas e espingardas, sem competente licença da autoridade policial, sob a pena das leis criminais. O escravo que for encontrado com armas de fogo, sob qualquer pretexto que seja, sofrerá duzentos açoites, além da perda da arma, e da multa de 30\$rs. paga por seu senhor.*

Art. 76. *É proibido toda perturbação do silêncio e sossego público, quer de dia, quer de noite: o contraventor de dia, será multado em 4\$rs., e de noite, das dez horas em diante, no duplo.*

Art. 78. *O dono, arrendatário, ou administrador de qualquer casa de jogo, que n'ella consentir jogos de azar, ou de parada, será multado em 20\$rs. e quatro dias de prisão, e no duplo na reincidência, sendo cassada a licença, que tiver obtido da câmara, na qual se terá designado a qualidade do jogo que se permitir.*

Art. 79. *Se o jogador for filho-família de menor idade, ou escravo, será multado o dono da casa, arrendatário, ou administrador em 30\$rs. e oito dias de prisão: o escravo será corrigido com cinquenta açoites.*

Não é de se espantar que tal ação influencie, ainda que indiretamente, as vilas e cidades ao redor. No mesmo caminho, na vila de Barra de São João, o quarto substituto do Delegado de Polícia, Eduardo Luiz da Cunha Sudré

faz saber a todos que o presente virem, que fica proibido nesta Vila e seu termo, andarem escravos sem ordem de seus senhores, por escrito ou de administradores, pelas estradas ou reunidos em tavernas e casas de negócio das 8 horas da noite em diante, ficando sujeitos os escravos que forem encontrados fora dessa hora e sem a ordem referida, a pena de 50 açoites e seus senhores sujeitos ao pagamento das despesas feitas com os mesmos. E para constar mandei lavrar o presente que assigno. Barra de S. João, 8 de Março de 1865. - E eu Bernardino José Fernandes dos Reis, escrivão que subscrevi. Eduardo Luiz da Cunha Sudré. (VOZ DA BARRA, anno I, número XIII, p. 3-4)

Barra de São João, banhada pelo rio de mesmo nome, se mostra como um centro importante para as cidades e vilas da proximidade, em especial aquelas que não tinham contato direto com o mar e dele necessitavam para o transporte de cabotagem, amplamente utilizado.

Sobre isso, existe a constante indicação por parte do Almanak Laemmert¹⁶ de que a administração da Província, ou, até mesmo particulares fariam bons negócios caso olhassem para o rio São João com olhos atentos, afinal, "Se o rio de S. João que comunica com a famosa lagoa Inturnoahiba, obtivesse os cuidados do governo ou de uma companhia, seria de grande vantagem para a interessante parte dos municípios de Cabo Frio, Capivary, Nova Friburgo e Macahé."

Sobre tal localidade, o editor do Almanak diz ainda que

Enriquecido pela natureza com elementos apropriados para um dia vir a figurar entre os municípios prósperos da província, teve, porém, de retardar um pouco a marcha esperançosa que tinha encetado na vereda do progresso, já em razão da abolição do tráfico de escravos em 1850, que acabava de dar impulso a todas as povoações do litoral, já pelo esquecimento em que jazeu durante o tempo em que teve de prestar obediência à sede de um município cioso. (...) Lamentamos que a mais tempo não se tenha estabelecido no lugar casas comerciais, com capitais suficientes para dar vida e impulso às transações paralisadas pela falta de dinheiro. [e que]Um comércio mais animado traria como consequência infalível melhoramentos na navegação de cabotagem, que não se acha bastantemente regularizada, e quem sabe se ainda não veríamos as rodas de um vapor sulcar as aguas do rio S. João! (ed. 19, ano 1862, p. 111-112)

E, apesar de sua independência formal com a elevação à vila em 1846, Barra de São João continuou fortemente conectada às vilas vizinhas, em especial Cabo Frio e Macaé. Não apenas as autoridades judiciárias e administrativas estavam em constante trânsito entre as vilas e cidades, como as próprias legislações serviam de referência para que fossem feitas regras locais ou tomadas de empréstimo quando no código local faltavam disciplinadores da mesma matéria. Como já demonstrado anteriormente, Barra de São João toma emprestado das legislações de Macaé o código de posturas, enquanto a sua câmara ainda não tem autonomia para fazer o seu. Tal prática era comum, como pode ser percebido no caso análogo envolvendo a Câmara Municipal de S. João do Príncipe que, em 12 de março de 1887, autorizada pela deliberação do presidente da província, utilizou o código de posturas de Maricá e o Regulamento de Cemitérios de Cabo Frio¹⁷.

No entanto, apesar dessa conexão, devemos lembrar dos já referidos litígios que existiam no decorrer do estabelecimento das fronteiras terrestres e da própria câmara de Barra de São João. Barra foi fundada institucionalmente por Macaé, de quem deixou de ser freguesia

¹⁶ **Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro**, op. cit. Acessado em: 10/01/2022. Cf. ed. 14, ano 1857, p. 234.

¹⁷ **PROVINCIA DO RIO DE JANEIRO. Collecção de Leis, Decretos, Actos e Decisões do Governo da Província do Rio de Janeiro 1887**. Rio de Janeiro: Typ. da Papelaria Parisiense, 1887, p. 141.

em 1846, e, no momento de celebração do ato de independência, o presidente da Câmara de Macaé tentou tomar para si a localidade de Rio das Ostras, quarteirão da vila de Barra de São João, que era objeto de litígio entre as duas vilas. Os vereadores de Barra sabiam da importância de Rio das Ostras e se colocam contra a tomada de sua mais preciosa fonte de lucro¹⁸. A verdade é que existe uma exposição de motivos do porquê Itapebussus, fazenda de Rio das Ostras, deveria continuar sendo de Barra de S. João e não de Macaé, dentre os quais se destacam: a dificuldade que acarretaria ter de atravessar a lagoa de Boacica para chegar ao núcleo da cidade e o fato de que Macaé já era suficientemente rica sem Itapebussus, o que não se verificava para Barra¹⁹. Assim como o presidente da Câmara de Macaé que dizia ser parte do território de jurisdição do mesmo, protestaram os vereadores de Barra: "pois haverá quem sustente que o Itapebussus pertenceu jamais á Macaé? que o terreno imenso que se nos quer arrancar, onde temos nossos mais ricos lavradores deixou um momento de pertencer-nos?"²⁰

Além disso, a sessão da Assembleia Provincial de 16 de Julho de 1860 chama atenção para o fato de que não apenas os interesses políticos estavam em cena, existia também participação popular nas decisões de vinculação à uma vila ou outra, dado que os moradores dos lugares denominados Itapebussus e Várzea Grande solicitaram serem conservados no município de Barra de S. João²¹. Em semelhante estratégia, responderam o Dr. F. L. de Figueiredo e M. R. Almeida Júnior²² que relatam ser necessário primeiro ouvir a câmara municipal e o juiz de direito de Macaé acerca das representações dos moradores de Itapebussus para o estabelecimento dos mesmos no município de Barra de S. João, por ser ainda difícil precisar o local de estabelecimento das fronteiras²³.

¹⁸ Segundo legenda constante na Carta Chorographica da Província do Rio de Janeiro de Bellegarde e Niemeyer, de 1858 a 1861, Itapebussus possuía 2 fazendas de café e 3 engenhos de açúcar, de propriedade, respectivamente, de: Moraes Sudré, Pinto Magalhães, Reis, Pereira, Dias. Cf. Carta chorographica da província do Rio de Janeiro, op. cit.

¹⁹ **Annaes da Assembléa Legislativa Provincial do Rio de Janeiro: Relação dos Deputados à Assembléa Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.** Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/annaes-assemblea-legislativa-provincial-rio-janeiro/218740> Acessado em: 15/12/2021. Cf. ed. 2, ano 1861, p. 14.

²⁰ **O S. Joaneiro**, op. cit. Cf. ed. 14, 1859, p. 2.

²¹ **CORREIO Mercantil, e Instructivo, Político, Universal. Rio de Janeiro, RJ: [s.n.].** Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/correio-mercantil-instructivo-politico-universal/217280> Acesso em: 4 ago. 2021. Cf. ed. 202, ano 1860

²² Os nomes aparecem em sua forma abreviada em consequência de assim também aparecerem nas fontes das quais foram retiradas as informações.

²³ **JORNAL do Commercio (RJ) - 1827 a 1829. Rio de Janeiro: Typographia d'Emile-Seignot Plancher.** Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_01&hf=memoria.bn.br&pagfis=1 Acesso em: 20/12/2021. Cf. ed. 165, ano 1860, p. 2.

Os litígios da Câmara, no entanto, não envolviam apenas a delimitação do território. Alguns anos depois, em 1864, tendo a vila já sido constituída há 18 anos e em efetivo funcionamento há 5 anos, os representantes do povo, cidadãos aptos para serem eleitores, como previa a Constituição de 1824²⁴, continuavam com as discussões que apartavam os interesses de cunho social e beneficiavam alguns poucos. O assunto que ora estava em pauta era a atitude unilateral tomada pelo presidente da Câmara acerca da nomeação dos jurados, onde aponta-se que apesar da indicação pelo delegado de polícia de uma lista dos aptos a participarem da eleição para a junta revisora, houve exclusão da lista de nomes de cidadãos que concorriam para o cargo por conta da deficiência física, o que não estava no ordenamento jurídico, sendo esse fato ressaltado com interpretação da jurisprudência²⁵.

Algumas perguntas pairam, no entanto, sobre a demora no estabelecimento da Vila, que havia sido declarada em 1846, mas só se efetivou em 1859, por conta da necessidade de haver uma casa para que as sessões da Câmara acontecessem. Por qual motivo se dava essa demora? Falta de dinheiro para a construção e mobília da mesma? Essa não era a explicação, pois as elites locais contribuíram em outras frentes, como a construção da Igreja e a encomenda de sinos e outros objetos vindos da Europa para a mesma²⁶. Ao me questionar sobre os interesses em retardar o estabelecimento da câmara, acredito ser pelo medo das elites regionais de que, com a devida autonomia da Barra de São João, houvesse também o recrudescimento da vigília do Estado sobre as terras e sobre o mar, impactando negativamente o tráfico de escravizados.

Tal realidade pode ser comprovada, em especial, quando em 1851 o vapor *D. Affonso*, fretado pelo governo, encaminha para a região de Rio das Ostras o chefe de polícia Sr. Dr. Bernardo Azambuja e quarenta praças com o objetivo de inutilizar "todos os utensílios que estavam guardados em um grande barracão e eram indispensáveis aos navios que se destinam ao comércio dos negros. Foram também tomadas seis pequenas embarcações que serviam para o desembarque dos negros, como baleeiras, catrajas e botes (...)"²⁷.

Além da ação repressora, transferiu-se a posse do referido barracão, que anteriormente fazia parte do patrimônio de José Joaquim Marques de Abreu²⁸, para "pessoa de confiança". A

²⁴ BRASIL. **Carta de Lei de 25 de Março de 1824**. Manda observar a Constituição Política do Imperio, oferecida e jurada por Sua Magestade o Imperador. Cf. especialmente o Capítulo VI - Das Eleições. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm

²⁵ **VOZ da Barra: periodico noticioso, Barra de S. João**. op. cit., Cf. anno I, número II, 1864.

²⁶ **Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro**. op. cit. Cf. ed. C00040, ano 1883, p. 299.

²⁷ **Correio Mercantil, e Instructivo, Político, Universal**. op. cit. Cf. ed. 25, ano 1851, p. 2.

²⁸ Para os títulos de terras, Cf. ARQUIVO Público do Estado do Rio de Janeiro - APERJ. **Registros Paroquiais de Terras do Século XIX**. Pasta: Barra de São João. Indaiassu (Sacra Família do Rio São

própria participação de José Joaquim Marques Abreu nessas investidas pode ser um indicativo desse retardamento na inauguração da Câmara. Como se pode observar na Carta Chorographica (fig. 2), ele era dono, também, de terras em Indaiáçu, que hoje é o distrito sede do município de Casimiro de Abreu, e poderia temer o prolongamento das perdas para as suas terras e patrimônio na dita vila.

A importância que a Igreja tinha para a vila era grande e, nisso concordamos com Silva e Linhares (1995, p. 22), para quem “a administração eclesiástica precedeu em muito as estruturas administrativas civis” tanto no período colonial, quanto no Imperial. Ela era, por exemplo, responsável por fazer o assentamento dos nascimentos, casamentos e falecimentos, demonstrando as grandes conexões entre o civil e o religioso. Não foram raras as vilas e as cidades que surgiram ao redor de uma capela, como bem demonstra o relato do Monsenhor Pizarro para o Rio de Janeiro. A ação da Igreja em Barra de S. João era, além de importante, rápida. Tanto é que, dos trâmites administrativos, a Irmandade de S. João Baptista que estava em organização em 1857, é listada já terminada em 1858, ao lado da já existente do Santíssimo Sacramento²⁹.

Após ter conseguido se estruturar e criar vias para a sua auto-administração, Barra de São João cresceu. Teve uma vida urbana ativa, buscando, inclusive, sua inserção nas discussões políticas mais amplas, tendo, assim, contribuído financeiramente para a ida de jovens para a Guerra do Paraguai³⁰. Barra de São João também possuía uma vida literária prestigiada pelos jornais, tendo o Sr. Antonio Baptista Gomes da Costa colocado seus livros para alugar, o Sr. José Paulo Pereira Souza, de 17 anos, natural da vila, publicado um livro na corte³¹, além das atividades festivas promovidas pelas irmandades religiosas e eventos artísticos organizados pelos grupos de teatro que se apresentavam na cidade, sendo o Theatro da Associação Dramatica Minerva o mais requisitado³².

João), p. 47. Disponível em: http://www.docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=REG_TERRA3&pagfis=1674 & Morro do Limão (Rio das Ostras), p. 169, Disponível em: http://www.docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=REG_TERRA3&pagfis=1796

²⁹ **Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro.** op. cit. Cf. ed. 14, ano 1857, p. 232; ed. 15, ano 1858, p. 275.

³⁰ **Voz da Barra.** op. cit. Cf. ano I, número I (1864), V (1865), VIII (1865), XI (1865) e XII (1865).

³¹ Para tal, podemos verificar o fato de Antonio Baptista Gomes da Costa ter colocado seus livros para alugar. Cf. **Voz da Barra**, op. cit. ano I, número I, p. 4; Além disso, José Paulo Pereira Souza, de 17 anos, natural da vila e que tinha publicado seu livro na corte, apesar de ter tido acesso apenas à “instrução que se adquire pela roça”. Cf. **Voz da Barra**, op. cit. ano I, número VIII, 1865, p. 2.

³² A participação nas peças era assídua, dado que os artistas solicitaram que os interessados em assistir à peça levassem as suas próprias cadeiras para não correrem o risco de ficarem sem lugar. Cf. **Voz da**

Parte da população são joanense tinha acesso à educação, ainda que questionável em sua eficácia em atender todos os setores sociais. A localidade possuía escolas³³, e apesar de ser difícil tecer maiores reflexões sobre o público que as frequentava, podemos verificar que as aulas ministradas estavam de acordo com a formação intelectual que se planejava para as elites, com a oferta de latim, gramática, geometria e etc. Além disso, cabe lembrar que o acesso aos quadros escolares esteve, por vezes, distante das populações negras, com forte apelo do Estado para que, esses sujeitos não encontrassem formas de educação formal, como ocorre na Lei de Educação de 1837 (BARROS, 2016, p. 595).

No entanto, a falta de letramento ou sua precariedade não significava que as comunicações entre os diversos grupos sociais não aconteciam. Seja porque os poucos letrados conseguiam acesso às informações e passavam de forma oral para os seus companheiros, ou, porque a educação, apesar de não chegar formalmente a esses grupos, encontrava outros caminhos. Indicador disso é o relato encontrado quando da fuga do escravizado Justino, da cidade de Cabo Frio, que se correspondia através de cartas com o seu irmão em Macaé³⁴, como se observa na transcrição do anúncio a seguir:

Escravo fugido.

Anda fugido da fazenda de Macedo, na Pavuna d'Aldêa de S. Pedro, de Cabo-frio um escravo de nome Justino, crioulo, de cor fula, grosso de corpo, altura regular, pouca barba mas sempre cortada, esta e o cabelo grisalhos; rosto algum tanto cheio, boca regular, algumas pintas ou nodoas brancas no beijo inferior, pescoço curto, o peito bem alto na parte mais superior e coberto de cabelo mais branco do que o da barba e cabeça, fala grossa, pés delgados mas largos e bem feitos, em ambos tem as juntas ou joanetes dos dedos polegares bem salientes, quando caminha, costuma inclinar a cabeça para o chão, tem o ofício de carpinteiro, falqueja e serra, fala bem, é muito sagaz e manhoso, pelo que tem ganho sinais de vergalho pelo corpo e braços; quando anda de fuga costuma, ora dizer-se forro, ora que vai á serviço do senhor. Levou um machado para melhor impor a última mentira. Tem irmãos em Macahé, que cativos ou forros, o certo é que tem correspondência com ele, um dos quais lhe tem escrito com os nomes de Laurentino, Januário e Francisco, dizendo-se também carpinteiro, e que estando forro trabalho de jornaleiro. Supõem-se muito natural que por ali seja o seu paradeiro, por se lhe ter visto uma carta em que o tal irmão

Barra, op. cit. ano I, número VI, 1865, p. 4. Os anúncios voltam a ocorrer na edição VIII, demonstrando que o grupo ficou bastante tempo na cidade.

³³ **Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro.** Op. cit. Cf. ed. 13, ano 1856, p. 238. Além disso, Cf. PROVINCIA DO RIO DE JANEIRO. **Collecção de Leis, Decretos e Regulamentos da Província do Rio de Janeiro 1851.** Rio de Janeiro: Typ. do Diario, de N. L. Vianna, 1851, p. 195; PROVINCIA DO RIO DE JANEIRO. **Collecção de Leis, Decretos, Actos e Decisões do Governo da Província do Rio de Janeiro 1882.** Rio de Janeiro: Typographia Montenegro, 1882, p. 728 e outros.

³⁴ **Monitor Macahense,** op. cit. Cf. ano 1864, ed. 163, p. 4. Também nas edições 164, 165 e 168.

Laurentino, Januario ou Francisco o convidava para lá, sem que mau grado do anunciante dissesse em que casa ou lugar de Macahé residia. O tal irmão que d'ali lhe escreveu dê-lhe o nome na sobrecarta de Justino Francisco de Aguiar. Gratifica-se generosamente a quem o capturar e entregar á polícia de Macahé, ou na Barra de S. João ao Sr. comendador Bastos ou em Macahé aos Srs. Janot Jacques e filhos onde será gratificado. (grifos meus)

Algumas considerações podem ser retiradas do que nos informa o anunciante. A principal delas, como proponho anteriormente, é o fato de que os escravizados se correspondiam, consagrando o movimento de interpretação de que ambos ou sabiam ler, escrever e tinham meios materiais suficientes para enviar cartas ou possuíam redes de solidariedade que o fizesse. Além disso, as suas capacidades eram chanceladas pelo dono dele, proveniente de outro padrão social, que aprova o feito dele ‘falla[r] bem’, demonstrando não apenas o conhecimento, mas o domínio da palavra — ainda que não seja possível aferir se tal *falar* refere-se ao domínio da língua oral ou escrita.

Outro aspecto que salta aos olhos nesse trecho é a regularidade das fugas, afinal, tão acostumado estava com a ideia de fugir que já tinha um rol de desculpas que utilizava, desde as mentiras inventadas até os artifícios dos quais se utilizava para dar corpo às invenções, como carregar o machado que utilizava para trabalhar. Interessante ver também que o fugitivo possuía três irmãos em Macahé, não muito longe de onde morava antes de fugir, mostrando a força da família escrava como resistência e a possibilidade de manutenção dos vínculos parentais mesmo após a separação dos membros. Infelizmente, o anúncio não informa desde quando viviam separados, mas as correspondências e as fugas assíduas marcam a vontade de se reverem.

A ligação por correspondência de Barra de S. João com a Corte, e conseqüentemente com as outras províncias/países, era relativamente fácil para aqueles que tinham condições de usar o correio. Segundo o “Mappa da Partida dos Correios Terrestres” constante no Almanak Laemmert³⁵, os dias de partida eram variáveis nos primeiros quatro meses do ano, enquanto que os meses restantes as correspondências seguiam “nos mesmos dias declarados no mês de abril”, quais sejam: 3, 8, 13, 18, 23 e 28 para a rota de Campos. Essa rota, por sua vez, conduzia as malas com destino à Província do Espírito Santo, bem como diversas vilas, dentre as quais a de Macahé e, nesta, o Arrayal da Barra de S. João.

Cabe observar que esse processo de comunicação foi constantemente melhorado e expandido ao longo do século, acrescenta-se ainda que Rio das Ostras era uma dentre as 71

³⁵ **Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro.** Op. cit. Cf. ed. 5, ano 1848, p. 21 ss.

agências existentes na Província em 1857, e, uma entre as 90 no ano de 1861³⁶. Além do tráfego de correspondências e encomendas, Barra também possuía um fluente tráfego de pessoas comuns que vinham a negócios ou simplesmente passavam enquanto se encaminhavam para outra localidade. Para tanto, havia um hotel em Rio das Ostras que, em 1871, estava sob o comando de Joaquim David Pereira³⁷.

No que diz respeito a sua organização econômica, Barra de São João era um lugar cheio de terras cultiváveis. Sua localização próxima ao rio São João facilitava a produção de gêneros agrícolas, bem como o seu escoamento. A especificidade geográfica de ser banhada pelo rio São João e pelo mar favorecia a existência de portos privados, facilitando o transporte para a Corte e outras localidades da região. A existência desses portos privados facilitava sobremaneira a escravidão que se estabeleceu após a ilegalidade por tirar dos locais públicos e diminuir a vigilância, como veremos mais adiante. Muitos são os anúncios de arrendamento de *situações*³⁸ em Itapebussus, com proximidade do porto e 'muitas larguezas' para a produção de café, que conta, ainda, com engenhos de soque, conforme podemos ver nos anúncios de Luiz da Silva Mello³⁹. Dentre essas, destacam-se as 2 propriedades na *Fazenda Grapiupunha*, em Itapebussus, que se localiza a meia légua do porto e onde há engenhos de soque e aluga-se pessoas livres e/ou cativas para colher café, oferecendo sempre condução para o porto. Assim como a residência de Francisco Duarte Pereira, um dos donos de fazenda de café, com 8 a 10 escravizados, à venda e negociada com os escravizados ou sem os mesmos⁴⁰.

Nesse ponto, é importante notar que os cativos poderiam ser alugados para trabalharem as terras. Logo, quando não estivessem sendo utilizados pelos seus senhores de fato, passavam temporariamente aos mandos de outro, podendo acrescentar essa atividade aos lucros que seu senhor obtinha, além de criar laços de dependência intra e extrasenhorial, à medida que vinculava o senhor legítimo da propriedade escrava e senhor locatário, bem como o escravizado e o senhor locatário.

³⁶ **Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro**. Op. cit. Cf. ed. 14, ano 1857, p. 95 e ed. 18, ano 1861, p. 80.

³⁷ **Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro**. op. cit. Cf. ed. 28, ano 1871, p. 264.

³⁸ O termo 'situações' aparece por diversas vezes nos documentos consultados. De acordo com o Dicionário da Língua Portuguesa de Antonio de Moraes Silva, em seu segundo tomo, o termo situação pode fazer referência à/ao: assento da casa, lugar, cidade, praça. Cf. SILVA, Antonio de Moraes. **Dicionário da Língua Portuguesa composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro**. Lisboa: Officina de Simão Thadeo Ferreira, Anno MDCCLXXXIX, p. 405.

³⁹ **O S. Joaneiro**, op. cit. Cf. ed. 08, 09 e 10 de 1859.

⁴⁰ **O S. Joaneiro**, op. cit. Cf. ed. 1. Também na ed. 03, 1859, por venda de Francisco Duarte Pereira.

Os arrendamentos de terras em São João da Barra e região eram recorrentes e as formas de lidar com o trabalhador podiam variar bastante, como se pode observar nos anúncios seguintes:

Precisa-se alugar pessoas livres ou cativas para apanharem café, outrossim oferece-se a meias (qualquer que seja a porção que queiram colher) dando-se casa, e todo o mais necessário; inclusive a condução para a exportação. (...) A fazenda denominada Cantagalo, ainda tem para arrendar situações grandes e pequenas, com excelentes cafezais e mandiocais, pasto para animais e mais arranjos. Ha situações onde o Sr. arrendatário encontra tudo feito e desfrutável, isto é, casas, senzalas, café, mandioca, milho, & &. A quem convier dirija-se a referida Fazenda. A. D. Costa Cabral. (O S. Joaneiro, ed. 08, 1859; ed. 09, 1859.)

Em relação aos produtos aqui produzidos e vendidos, existia tanto a venda local quanto o escoamento para a Corte. Dentre os mais comentados, estão os que compõem a tabela de preços exposta no jornal da cidade como o café, a farinha, o feijão e o milho. Além dessa produção, podemos perceber uma certa autonomia da produção local e sua colocação no mercado, pois o editor diz que apesar das notícias da Europa não serem tão boas, o ‘mercado abriu-se com bastante animação’⁴¹.

Como dito anteriormente, existe um fluxo considerável de pessoas e mercadorias para o Rio de Janeiro, tanto que existem barracões que faziam o serviço de pronto embarque para a corte, como a casa de negócios de Bastos & Filhos⁴², que também fazia a venda de produtos importados, como o vinho do Porto. Soma-se a isso, as vendas de situações que existiam pelas diversas partes da cidade e contavam sempre com o anúncio para avisar dos produtos que chegariam ao porto e eram embarcados para outros destinos, quando não contavam com os seus portos particulares. Não se pode saber com certeza se todos os produtos transportados para a praça comercial do Rio de Janeiro eram consumidos ali mesmo ou se de lá seguiam para outros lugares. No entanto, a esse respeito, Ilmar Mattos (1987, p. 51) nos confirma que

Pelo comércio de cabotagem chegavam ao Porto do Rio de Janeiro mercadorias procedentes do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e de pontos vários do litoral paulista e fluminense atuais, como Cananéia, Iguape, Santos, Parati, Itaguaí, Ilha Grande, Guaratiba, Cabo Frio, Macaé e Campos.

⁴¹ O S. Joaneiro, op. cit. Cf. ed. 1, ano 1859, p. 3.

⁴² O S. Joaneiro, op. cit. Cf. ed 2, ano 1859, p. 4.

Por sua vez, a economia da região aparece nos jornais com caráter diversificado. Em 1864, José Júlio Lopes Gonçalves⁴³ propõe o cultivo do algodão como alternativa de produção. Como o destino do algodão não ficou explicitado e como não temos notícia de indústrias têxteis na região, sugere-se o caráter exógeno do processamento do mesmo e a peculiaridade do mercado que se estabelecia. Em sua exposição, José Júlio ressalta a importância que se dava a diversidade dos gêneros que eram produzidos na região, além de fazer seguir um histórico da plantação de algodão em diversas partes do mundo, tais como a França e os Estados Unidos da América — EUA. Ao citar a importância dos EUA no cenário internacional, quando do estabelecimento na Europa das fábricas de têxteis que utilizavam como principal matéria prima o algodão, chama atenção para a impossibilidade dos EUA continuarem ocupando esse posto por conta da “guerra intestina” pela qual passavam. Aí está, aos olhos do autor, o potencial de superação brasileiro que, apesar de não ter meios suficientes em termos estatais para promover melhorias em nível de maquinário, poderia contar com as ações individuais, chegando ele próprio, no mesmo artigo enviado ao *Jornal Voz da Barra* em 1864, a “ (...) querendo pela sua parte concorrer para que a cultura do algodão se propague neste município, ofereceu à câmara municipal desta vila oito arrobas de semente de algodão arbóreo, do Ceará, plantado em sua fazenda do Porto Grande.”

Portanto, percebe-se na Guerra de Secessão Americana e na impossibilidade de manter a produção algodoeira nos mesmos índices do período de paz, uma chance a ser aproveitada no sentido de suprir a demanda que se manterá no mercado internacional. Tamanha é a comoção e o envolvimento de José Júlio Lopes Gonçalves que, ao celebrar a emancipação da vila, professa, entre outras coisas, o seu desejo por ver Barra de São João tornar-se uma cidade, dado os constantes movimentos de prosperidade que levavam a crer no desenvolvimento breve da vila. É, portanto, nesse sentido, que declama⁴⁴:

Santas leis da criação

Q'a mão de Deus desencerra,

Produzirão sobre a terra

⁴³ Chama a minha atenção o fato de José Júlio Lopes Gonçalves habitar em Barra de São João e continuar com as suas posses em atividade no Ceará, sob as quais mandava e criava vínculos com outras propriedades. Essa informação pode nos colocar em vista, por exemplo, do fato de que a circulação de escravizados das áreas do nordeste para o centro-sul do Brasil fosse apenas uma realocação da propriedade cativa em outras terras do mesmo senhor. Além disso, pode ter significado um deslocamento dos investimentos ao se aproximar o fim da escravidão no Nordeste, em especial aquela ocorrida no Ceará, anteriormente à efetivada no 13 de Maio de 1888. Cf. **Voz da Barra**, op. cit. Cf. ano I, número IV, 1864, p.1 e 2.

⁴⁴ **O S. Joaneiro**, op. cit. Cf. ed. 14, 1859, p. 3.

A Barra de S. João.

Antes de ser povoação,

Foi ermo, foi soledade;

Mas veio a sociedade

Fez da aldeia município,

E segundo tal princípio

Ainda há de ser cidade.⁴⁵

O movimento do porto, por sua vez, demonstra um número expressivo de toneladas de gêneros variados que chegavam a Barra de São João, de 35 a 100 toneladas, em cada embarcação e que, junto, fizeram um total de 488 toneladas apenas entre os dias 19 e 22 do mês de junho de 1859. As embarcações carregavam vários gêneros, dentro os quais são destacados o pau-brasil e gêneros alimentícios, apesar de não especificados. O número de dias que normalmente ficavam era pouco, nunca chegando a mais de uma semana e normalmente contavam com equipe de até 8 pessoas. As saídas, por sua vez, entre os dias 1 e 14 do mesmo mês, registraram 328 toneladas⁴⁶.

Segundo Alberto Lamago, (2007, pp. 6-7 APUD LIMA, 2013, p. 83-84), o café foi uma das molas propulsoras da economia do Império. Esse produto, quando produzido no norte da província do Rio de Janeiro, bem aclimatado nos morros da região e com clima próprio para a frutificação, encontrava escoamento pelos portos de Barra de São João e Macaé em direção a corte, apontando a importância desses entrepostos como articulares entre as diversas localidades produtoras como São Fidélis, Itaperuna, Bom Jesus, Capivary e etc., e a corte. Quando analisamos especificamente o segundo semestre de 1863, o porto de Macaé se mostra como uma opção bastante lucrativa e diversificada, apesar da primazia do café. Tal fato pode ser comprovado através da tabela 1 apresentada em um dos jornais da cidade, como segue:

Tabela 1 - Mappa dos gêneros exportados d'esta cidade para a do Rio de Janeiro durante o semestre de 1.º de julho a 31 de dezembro de 1863⁴⁷.

⁴⁵ No original: “Santas leis da criação / Q'a mão de Deos desencerra, / Produzirão sobre a terra / A Barra de S. João. / Antes de ser povoação, / Foi êrmo, foi soledade; / Mas veio a sociedades / Fez da aldêa municipio, / E segundo tal principio / Ainda hade ser cidade.”

⁴⁶ As relações de entrada e saída do porto não discriminam as quantidades exatas de cada produto. As entradas ficam a cargo de “vários gêneros” e as saídas, em síntese, são cargas de madeira, café, milho a vários compradores. **O S. Joaneiro**, op. cit. Para as entradas, cf. ed. 2, ano 1859, p. 4; Para as saídas, cf. ed. 1, ano 1859, p. 4

⁴⁷ Produzido pelo autor. Cf. **Monitor Macahense**, op. cit. Cf. ed. 157, ano 1864, p. 4.

Café	296:016	arrb.
Açúcar	76:104	“
Algodão	53	“
Araruta	4	“
Toucinho	30	“
Milho	11:258	alq.
Feijão	1:596	“
Farinha	3:222	“
Arroz	40	“
Couros	63	
Aguardente	430	Pipas
Madeiras	482 1/2	Dúzias
Ripas	150	“
Goiabada	19	Caixões

Fonte: Monitor Macahense, ed. 157, ano 1864. O autor, 2023.

Mas a vida dos comerciantes na região não era de todo segura para comercializar seus produtos. O Sr. Ruffino Antonio de Resende, com situação em Itapebussus, solicitou aos clientes e demais pessoas que tinham algo a tratar comercialmente que o fizessem durante o dia, pois já havia sido alvo de pessoas que lançaram fogo à sua casa três vezes⁴⁸. Outro cidadão, alcunhado de O S. Joanense, reclamava⁴⁹ aos srs. chefe de polícia da província, ao promotor público da comarca, bem como às autoridades competentes, que José Antonio de Athayde e Souza, 'réu qualificado de tentativa de morte', andava solto pela cidade. O reclamante pediu pelo devido cumprimento das ordens de prisão do chefe de polícia, que não eram cumpridas pelo delegado João José Ferreira Xavier, porque o mesmo era amigo do réu, que andava pela cidade dizendo que nunca seria preso enquanto ali fosse delegado João Xavier. Por ironia do destino, ou por outra eventualidade, João Xavier deixa de ser delegado no ano seguinte, em manifestação do presidente da província, que o exonera do cargo sem dar maiores explicações. No entanto, por mais que temporariamente estivesse fora da esfera pública de atuação na área de segurança e justiça, João Xavier volta a mesma ao se tornar juiz municipal do termo de

⁴⁸ **Monitor Macahense**, op. cit. Cf. ed. 240, ano 1864, p.4

⁴⁹ **Correio Mercantil, e Instructivo, Político, Universal**. op. cit. Cf. ed. 14, ano 1862, p. 2 e 3;

Barra de São João em 1873, conforme o expediente da secretaria do governo exarado pelo Ministro da Justiça⁵⁰. Seguem-se a este, os anúncios do rapto da filha do lavrador José Maria do Rego pelo próprio tio 'Francisco de tal Barreto', que foi se esconder em Barra de S. João⁵¹.

Cabe-nos salientar ainda que, apesar dos interesses da região serem de desenvolvimento, muitos problemas de infraestrutura eram enfrentados, como se pode observar no relato abaixo:

Ha mais de um ano que, a barca da passagem deste rio, está completamente arruinada. Fizeram-se alguns concertos, unicamente para que fosse navegando, até que da presidência viessem as necessárias ordens. Acha-se hoje no fundo completamente podre e sem corrente, e a passagem é feita em canoas, passando os animais a nado com grande risco, por causa da correnteza e extensão do rio. (O S. JOANEIRO, ed. 02, ano 1859.)

Isso nos indica que, por mais que o rio das Ostras fosse de difícil navegação e menor do que os outros da região, nomeadamente o rio Macaé e o rio S. João, esses últimos também não se mostravam em boas condições de navegabilidade, como observa-se no trecho apresentado.

Não é difícil de se ter em mente que nem todos os momentos da vila foram de prosperidade econômica. Como se pode observar no *Voz da Barra*⁵², o autor chama a atenção para a realização da festa em homenagem à Nossa Senhora da Conceição, apesar do momento economicamente difícil que passavam por conta da “escassez de produtos agrícolas” e do fato de que o Juiz eleito se recusou a fazer a festa. Nesse sentido, daí pode-se tirar duas conclusões: (1) a economia era extremamente dependente da produção agrícola e (2) existia uma preponderância do aparato estatal na organização da matéria religiosa, o que não impedia a população comum (endinheirada, por óbvio) de nela interferir quando julgasse conveniente. No caso em específico, o responsável pela organização foi o senhor Antonio José Moreira de Miranda.

Outra coisa que nos é muito importante é pensar, nesse século XIX, a ação das investidas britânicas na região por conta do apresamento dos barcos do tráfico ilegal. Verdade é que, muitos de seus barcos podiam ser vistos trafegando pelas águas entre Cabo Frio e Macaé, tendo alguns deles naufragado e sido socorridos pela população local, como se noticia o

⁵⁰ **Diário do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: Typ., Rio do Ouvidor n. 97.** Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docmulti.aspx?bib=094170&pesq=> Acesso em: 12/11/2021. Para sua exoneração, cf. ed. 117, do ano de 1863, p. 1. Para sua nomeação como juiz municipal, cf. ed. 19 do ano de 1873, p. 2.

⁵¹ **Correio Mercantil, e Instructivo, Político, Universal.** Cf. ed. 132, ano 1862, p. 2.

⁵² **Voz da Barra**, op. cit. Cf. ano I, número II, 1864, p. 1.

naufrágio do Royal Standart, navio inglês que saiu de Londres e tinha como destino final a Austrália. A embarcação se encontrou com um barco português que a ajudou, tendo também naufragado. Alguns tripulantes chegaram na praia de Itapebussus, “em frente á casa do Sr. Francisco de Paula Sodré”. Todos foram bem tratados e encaminhados ao vice-consulado português, outro indicador da presença dos interesses europeus na região, que se comunicou com a corte e tratou de encaminhar os ingleses para lá⁵³. Além disso, podemos observar o relato do choque entre um navio que saía do Rio de Janeiro em direção à Macaé, por volta de 3 milhas após Cabo Frio, com um navio de guerra inglês. Nessa situação, relata-se o não salvamento dos ingleses e uma grande perda material. Dentre os passageiros "Há mais 8 pretos da tripulação, cativos, que não escrevem; duas senhoras, e 4 escravos dos passageiros."⁵⁴

Pelo porto de Barra de São João não eram embarcados apenas produtos e viajantes. Havia também a facilidade de embarque de doentes para um possível tratamento na corte. O porto, que se localizava na foz do rio São João, bem como a facilidade de acesso a vias de comunicação por terra ou por mar com as outras vilas da região, logo fizeram o trabalho de separar os doentes incuráveis e legados à morte dos que tinham possibilidades financeiras de saírem vivos do conflito com a morte⁵⁵.

A vila tinha poucos profissionais liberais. Isso se devia, em parte, pela pouca lucratividade obtida por estes serviços já que a maior parcela da população era escravizada, não sendo possível bancar honorários de advogado e médico. Esse último aspecto fica explícito quando os moradores de Rio das Ostras, provavelmente da elite local, mas que tem a sua identificação prejudicada pela publicação em caráter anônimo, comemoram no jornal local a abertura de uma botica. Segundo eles, agora não seriam mais dependentes dos movimentos de cura dominados pelos escravizados e seus descendentes, que passavam demasiado tempo nos matos procurando ervas e demonstravam certo perigo ao circularem pelas casas dos indivíduos da boa sociedade⁵⁶. A chegada do boticário era, portanto, vista como uma autonomia frente às práticas de cura ancestrais que só os escravizados dominavam.

Até esse ponto, não nos é possível saber qual o volume exato do comércio realizado por escravizados e libertos nas ruas da cidade e da região, tampouco o lucro que dessa atividade

⁵³ **Diário do Rio de Janeiro**, op. cit. cf. ed. 284, ano 1869, p. 1. Proprietário Custódio Cardoso Fontes.

⁵⁴ **Voz da Barra**, op. cit. anno I, número VI, 1865, p. 2.

⁵⁵ **Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro.**, op. cit. Cf. ed. 34, ano 1877, p. 73.

⁵⁶ **Voz da Barra**, op. cit.. Cf. Ano I, Nº II, 1864, p. 3. Para “*boa sociedade*”, cf. MATTOS, Ilmar Rohloff de; GONÇALVES, Marcia de Almeida. **O império da boa sociedade: a consolidação do Estado imperial brasileiro**. São Paulo: Atual, 1991.

decorria. Mas podemos saber que tal atividade ocorria de forma regular e com expressão suficiente para que a Câmara Municipal de Macaé provocasse a Assembleia Provincial para que lhe fosse autorizada a cobrança de impostos sobre a atividade. E, assim, de acordo com a proposta de 7 de novembro de 1887 da referida câmara enviada à Assembleia, e, segundo o art. 17 do título III - “das disposições gerais” da Lei n. 2.941 de 4 de Janeiro de 1888, fica a mesma autorizada a cobrar impostos àquele que dedicasse a vida e o ganha pão ‘para vender quintada de qualquer espécie pelas ruas, á excepção de doces’ no valor de 10\$000 e ‘para ter casa de quitanda fora do perímetro da cidade, de 20\$ a...”, no valor de 30\$000. Ao lado dessa atividade, uma diversa gama de outros impostos eram estabelecidos, dentre os quais, para o exercício profissional de grupos nos quais se inseriram advogados, médicos, engenheiros, empregados públicos, proprietários de máquinas da produção do café e do açúcar⁵⁷.

De acordo com Cristiane Mattos (2009), as cidades brasileiras tiveram uma característica fundamental em sua gênese: estão vinculadas ao mar e ao interior. Pautando-se em Dantas (2006 APUD MATTOS, 2009, p. 63), a autora defende a ideia de que, por conta da grande comercialização de produtos através dos seus portos e da cabotagem, essas cidades acabaram por valorizar a função de escoamento portuário. No entanto, com o passar do tempo e na viragem do século XIX para o século XX, houve uma inversão no modelo de estruturação e essas mesmas cidades passaram a se relacionar mais com a incorporação da praia ao turismo litorâneo.

Como já foi possível perceber em nossa análise, Barra de São João possuía uma relação de longa data com o comércio de almas via seus portos no rio São João e no rio das Ostras. As águas do rio que dá nome à vila foram bem utilizadas durante todo o período analisado. É nele que os pescadores desenvolveram a sua lide, mas também é a partir dele que algumas das conexões com a espacialidade ao seu redor foram compostas. Das vilas mais interioranas, no pé da serra, vinham por suas águas e de seus afluentes as mercadorias, que embarcavam para o Rio de Janeiro. Barra era um lugar muito frequentado pelos habitantes das vilas vizinhas. Em especial, pelos comerciantes de Capivary, que utilizavam o rio São João para o desembarque de seus produtos. O trânsito entre as vilas era facilitado. Se levarmos em consideração os relatos dos viajantes da época (BERANGER, 1993, p. 31), enquanto Cabo Frio distava 20 léguas (96 km) do Rio de Janeiro, Rio das Ostras distava 3 milhas (4 km) de Cabo Frio.

⁵⁷ PROVINCIA DO RIO DE JANEIRO. **Collecção de Leis, Decretos, Actos e Decisões do Governo da Provincia do Rio de Janeiro 1888 volume I.** Rio de Janeiro: Typ. da Papelaria Parisiense, 1888, p. 146 e ss.

Os pescadores e a escravidão, a lide do mar e o julgo da terra

Como bem salientaram Lysia e Nilo Bernardes (1958), as condições geográficas do Rio de Janeiro exerceram grande influência na construção de vários centros pesqueiros. Das cidades da região aqui estudada, muitas recebem a denominação de vila de pescadores.

Essas vilas, organizadas em diferentes momentos, foram fruto das conexões entre os saberes pesqueiros indígenas, africanos e portugueses, como constatados não apenas para a região litorânea do Rio de Janeiro, mas em casos como o litoral paulista e pernambucano (SILVA, 1993 e 2001), demonstrando “que foi por arranjos, adaptações e trocas culturais que se desenvolveu historicamente uma cultura marítima nos trópicos” (SILVA, 2001, p. 10), que teve como ponto inicial a escravização dos “gentios da terra” para atividades ligadas não apenas ao cultivo e aos engenhos de açúcar, como para a pesca e a navegação de cabotagem (SILVA, 2001, p. 44). Para Eduardo Fonseca Júnior (2004, p. 29), a existência de Sambaquis na região, revela a complementaridade das ações de pesca e caça dos diferentes grupos tribais existentes no litoral datados desde os tempos remotos da existência humana na região, há cerca de 2 mil anos.

Essas conexões, como pode-se imaginar, surgem não apenas dos saberes práticos, dado o conhecimento dos povos indígenas das águas nacionais, mas também de características teóricas sobre o mar, como o melhor momento para pescar e a qual profundidade fazê-lo, e sobre a feitura de instrumentos para o processo pesqueiro, como a tinta para o barco, o cipó e as raízes para as redes. Além disso, os africanos que foram forçadamente trazidos para esse lado do atlântico, como salienta Luiz Silva (2001, p. 62 e ss.), já estavam acostumados com a lide do mar e do rio nas diversas localidades de onde procediam e de lá traziam as suas vivências e contribuições.

Estrategicamente situado ao lado de Cabo Frio, o porto de Barra de São João estava nos arredores de outro bem conhecido, o da armação das baleias em Búzios, um dos portos existentes em Cabo Frio, que começou a ter maior significância na década de 20 do século XVIII. Esse, por sua vez, por distar da freguesia central e que dava nome à cidade de Cabo Frio, não era frequentemente fiscalizado (MOREIRA; FERNANDES, 2018, p. 61), o que facilitava o contrabando de mercadorias aqui produzidas e a ação em outras atividades legais e ilegais, como o tráfico de escravizados.

Não é difícil imaginar que a vida no local se desenvolvia ao sabor da pesca e da agricultura, dada a importância que a região teve para a economia local e da própria província do Rio de Janeiro, com o desenvolvimento da produção de cana-de-açúcar nos Campos dos

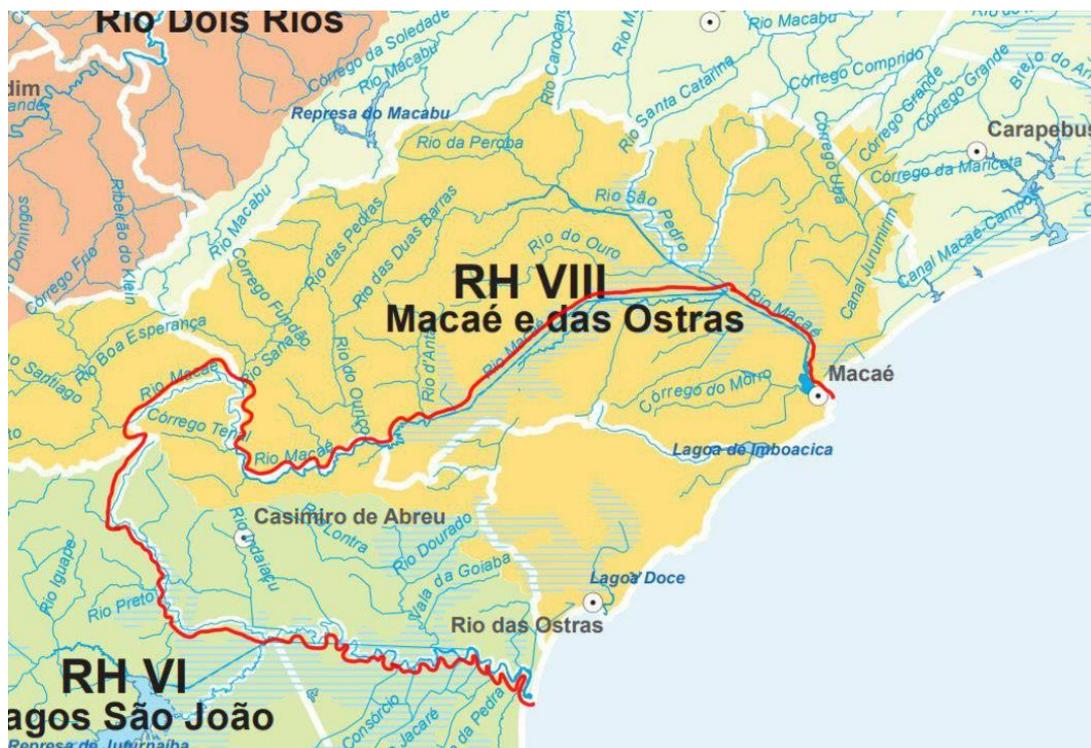
Goytacazes e de outros gêneros menos expressivos por todo o interior entre a corte e a dita cidade.

Sobre esse assunto, conforme ressalta Luiz Moreira (MOREIRA; FERNANDES, 2018, p. 26), viajantes que por essas rotas passaram se debruçaram e não deixaram de escrever. Um desses casos foi o descrito pelo militar espanhol Juan Francisco de Aguirre que, em 1782, passou pelo litoral do Rio de Janeiro. Nessas suas viagens, pelas circunvizinhanças de Cabo Frio reconheceu a pesca como uma das formas de alimentação, ao lado da farinha de mandioca. Em consonância com o observado por Juan Francisco de Aguirre, mais de meio século depois, em 1848, o engenheiro José Saturnino da Costa Pereira teceu alguns comentários sobre os rios da região que banham “(...) a praia, que termina no Morro São João, onde desemboca o Rio Una e o Rio São João, por esses dois Rios descem barcos com café e mantimentos, assim como grande cópia de madeiras, tomando esta carga de sumaca, que fundeiam na enseada” (ACCIOLI, 2012, p. 69 APUD MOREIRA; FERNANDES, 2018, p. 69).

O mapa abaixo elencado demonstra as Regiões Hidrográficas do Estado do Rio de Janeiro, ressaltada em vermelho a região em análise nesse trabalho. Nele é possível observar as interconexões dos cursos de água que ligam a região aqui analisada. Em especial, pontuamos aquela entre os rios São João e o rio Macaé, que desaguam no Oceano Atlântico, via de comunicação não apenas com a corte, mas também com o exterior. Além disso, merecem destaque os rios Indaiáçu, Dourado e Lontra, que forneciam o contato do porto de São João com as vilas e cidades interioranas.

Figura 3 - Regiões Hidrográficas do Estado do Rio de Janeiro, com recorte nas regiões VI e VIII⁵⁸

⁵⁸ Cf. CONSELHO Estadual de Recursos Hídricos. **Regiões Hidrográficas do Estado do Rio de Janeiro**. SANTOS, Ariane; LANES, Eny de; GUNDIM, Frank et al. Disponível em: <https://www.agevap.org.br/downloads/maparegiao.pdf> Acessado em: 15/04/2023



Fonte: CONSELHO Estadual de Recursos Hídricos, 2008, com adaptações do autor.

De forma semelhante, a ação pesqueira poderia ser exercida em conjunto com o trabalho na agricultura de outros gêneros, a farinha de mandioca e do café, como de fato verificamos em outras áreas do Brasil. Luiz Geraldo Silva (2001, p. 84), em seu trabalho sobre o Recife/PE, nos dá um panorama sem precedentes sobre como a pesca poderia ser utilizada como fonte de renda aliada à produção açucareira, dentre outros gêneros agrícolas. Os lucros dessas atividades, por sua vez, poderiam ser empregados nas artimanhas do tráfico negreiro e, diversificando os ramos de atuação, consolidar a fortuna dos envolvidos nessas atividades. Além disso, Luiz Geraldo Silva (2001) nos ajuda a traçar linhas de interpretações que compreendem a complexa dinâmica entre a pesca e o mundo agrícola que podem ser expandidas para todo o Brasil e exploradas em suas especificidades locais, como também percebido por Lysia e Nilo Bernardes, pois

A distribuição dos centros de pesca ao longo deste litoral, ora recortado, ora retilíneo, tem profunda influência no gênero de vida dos pescadores pois variam com as condições físicas diversas aí encontradas, as possibilidades de alguma atividade complementar. (BERNARDES; BERNARDES, 1958. p. 34)

Foi a partir da consideração das comunidades pesqueiras do interior de Portugal que Luiz Silva (2001) extraiu as suas proposições. Levando em consideração o caráter

expansionista dessa atividade, com as grandes distâncias percorridas pelos portugueses, a princípio nas cidades que se desenvolviam ao longo do Mar do Norte e posteriormente nas “boas distâncias por mar” (SILVA, 2001, p. 31), o autor analisa o estabelecimento de comunidades pesqueiras também no que viriam a ser os territórios lusos na América, dado o fato de que “no contexto do Renascimento, os portugueses constituíram um dos povos marítimos que mais experimentaram novidades e descobertas quanto aos novos meios de navegação pelo mar” (SILVA, 2001, p. 34).

E, supõe-se nesta dissertação que a região entre os rios São João e Macaé esteja repleta das relações descritas pelo autor. Tal fato pode ser observado quando o *Monitor Campista*⁵⁹ retrata a chegada de 200 colonos da Ilha da Madeira, em Rio das Ostras, em 1834. Eles haviam sido contratados pelo Sr. Comendador José Alves Pereira, que os acompanhou em viagem desde a corte no vapor Bezerra de Menezes. Além de ter sido considerado cavalheiro pelos outros tripulantes, tratando com carinho e sempre oferecendo os cuidados necessários aos colonos que trazia junto a si na embarcação, Pereira é tido como possuidor de múltiplas fazendas em Rio das Ostras e, também, da Fazenda Boa-Vista, em Cantagallo. Tal aspecto nos faz pensar que a formação dos saberes ligados à pesca e às lides com o mar e o rio estavam em constante formação, sempre recebendo não só escravizados, mas também uma população imigrante portuguesa.

É viável, portanto, fazer uma conexão com os processos de formação de outras áreas do antigo império português, que também sofreram influências das práticas pesqueiras. Exemplo perceptível dessa relação portuguesa junto às comunidades escravizadas é o caso da formação de São Tomé e Príncipe. Nessa ilha, as populações nativas usavam a pesca em conjunto com as práticas de agricultura, sobretudo o de transporte dos produtos da roça para as cidades por meios fluviais. Chamados angolares por conta de sua vinculação aos *cimarrones*⁶⁰ angolanos que migraram para a ilha em fins do século XV fugindo das empresas do tráfico de

⁵⁹ **MONITOR Campista**. Campos dos Goytacazes, RJ: S/A Monitor Campista, 1834. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030740> Acesso em: 4 ago. 2021. Cf. ed. 115, ano 1879, p. 2.

⁶⁰ Flávio Gomes caracteriza a *maronage* e a *cimaronaje* — no caribe francês e espanhol, respectivamente — como formas de organização social dos povos negros semelhantes ao quilombismo no Brasil. Embora partindo de outro *locus*, é possível que esse termo faça referência ao mesmo movimento. Cf. GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil**. São Paulo: Claro Enigma, 2015, p. 9-10.

escravizados para o Brasil, esses habitantes demonstram a fusão Brasil-África-Portugal e a pesca⁶¹.

Para além dos aspectos econômicos, trabalhar no mar era uma atividade vista como manutenção das atividades de família, revelando o caráter hereditário da especialização em partes do território brasileiro, com a passagem de pai para filho dos conhecimentos e dos padrões sociais que a especialização legava. Não obstante, uma parcela desses pescadores que habitava a região trabalhava na pesca em conjunto com a atividade na terra, em um esquema de complementaridade em um trabalho considerado artesanal, antes do processo de capitalização da pesca, e, parte dessas atividades aqui desenvolvidas era fruto do trabalho escravo.

Luiz Geraldo Silva nos deixa clara essa posição quando demonstra a diferença da introdução do elemento africano na lide pesqueira em Portugal e no Brasil. Enquanto em terras portuguesas já existia uma maior relação com a pesca, chegando a ser institucionalizada em comunidades pesqueiras,

No Brasil, diferentemente, não havia qualquer tradição marítima formal e anterior no mundo da pesca, da navegação de cabotagem ou mesmo do trabalho em canoas. Tratava-se de um universo livre à escravidão. Assim, os escravos passaram em poucos anos, muito rapidamente, a construir maioria em dados oficiais, tais como os aqui analisados. (SILVA, 2001, p. 82)

Desse mundo da pesca marítima artesanal realizada pelos escravizados, surge a figura do pescador artesanal, que se utiliza dos conhecimentos do mundo marítimo, mas igualmente se beneficia das tradições orais das comunidades em que se fundamenta. Não diferente, temos que perceber o trabalho do pescador artesanal como um dentre os possíveis e que conta com variações dentro da mesma função. É daí, por exemplo, que surgem os diferentes modos de vida e culturas entre os pescadores artesanais, dentre os quais, se dividem em: (1) pescadores de alto - iam muitas milhas mar adentro, efetivando a pesca em jangadas e utilizando linhas e anzóis; (2) pescadores de rede - pescavam no mar de dentro, entre os arrecifes e a linha da costa; (3) os camaroeiros - pescavam camarões, pitus e outras espécies de alto valor comercial em mangues e outras áreas litorâneas; (4) caranguejeiros - coletores de caranguejo, os quais também pescavam outros seres vivos como siris e ostras (SILVA, 2007, p. 87). Essa divisão ajuda a compreender como são traçados não só graus de especialização diferenciados como também modos de vida diferenciados, com as suas marcas culturais, cantigas e práticas de

⁶¹ SEIBERT, Gerhard. *Os angolares da ilha de São Tomé: Náufragos, Autóctones ou Quilombolas? Textos de História*, Brasília, vol. 12, nº 1/2, 2004.

venda, bem como físicas, dado o envolvimento em atividades que poderiam mutilar seus dedos e deixar outras marcas pelos corpos, especialmente pés.

De acordo com os dados oficiais do Censo de 1872⁶², do total de homens livres da Freguesia de Sacra Família de Ipuca de Barra de São João, do município homônimo, 1.062 eram classificados enquanto pretos, pardos e caboclos, contra os 1.789 de homens brancos. Quando se trata da população feminina livre, os números para a Freguesia se repetem em grandeza, chegando a margem de diferença a uma drástica diminuição: 1.266 eram consideradas pretas, pardas e caboclas, enquanto 1.464 eram consideradas brancas. Distribuídos em um total de 1.158 casas, os 5.581 habitantes livres recenseados em 1872 em Barra de São João eram 5.124 de nacionalidade brasileira e 457 de origem estrangeira.

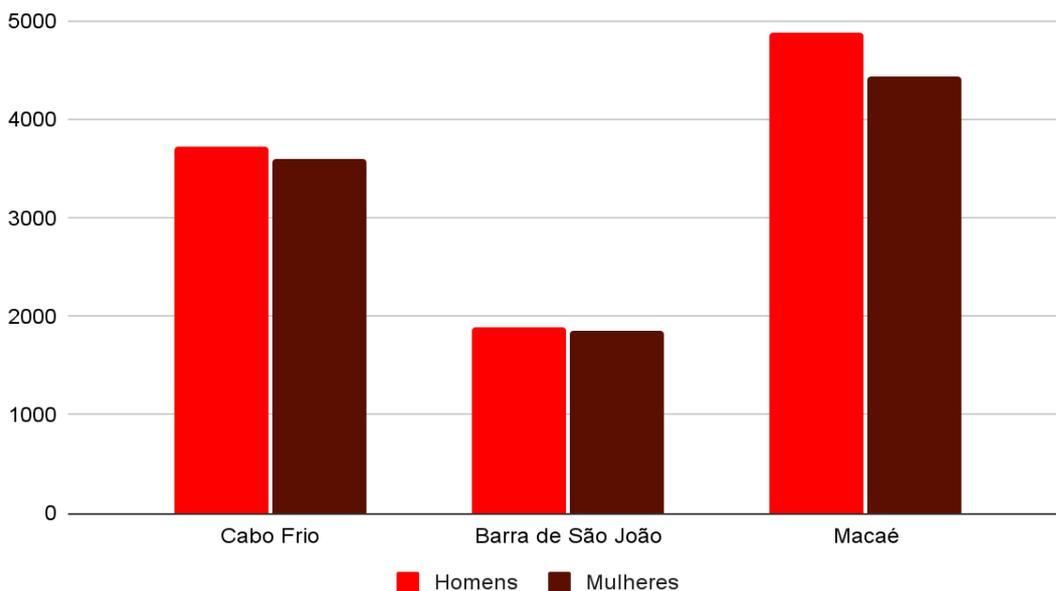
Quando se trata dos números referentes à população escrava, os dados do Censo de 1872 indicam para a Freguesia de Sacra Família de Ipuca e Barra de São João 3.760 habitantes, dentre os quais 1.899 homens e 1.861 mulheres, divididos entre pretos e pardos. Em relação à nacionalidade, cabe-nos dizer que 1.499 dos homens eram brasileiros e 450 estrangeiros. Entre as mulheres, 1566 eram nacionais e 295 eram estrangeiras. Não é de se espantar, que ao considerar a instrução desses escravizados residentes em Barra de São João, a sua totalidade seja constituída por analfabetos, ao passo que, apesar de em pequeno número, 1.128 pessoas adultas livres em Barra eram consideradas como sabendo ler e escrever.

Os gráficos apresentados abaixo (2 e 3) demonstram a relação entre as populações escravizadas que existiam na região compreendida entre Cabo Frio, Barra de São João e Macaé e o quantitativo de sua presença em relação à população livre. Como se poderá observar, os números de escravizados nas cidades em destaque não tendiam a ser tão pequenos, mas, especialmente quando se colocam os gráficos 3 e 4 em comparação, pode-se pensar uma tendência ao mascaramento dos números ali de fato existentes.

Gráfico 2 - População Escrava no Censo de 1872⁶³

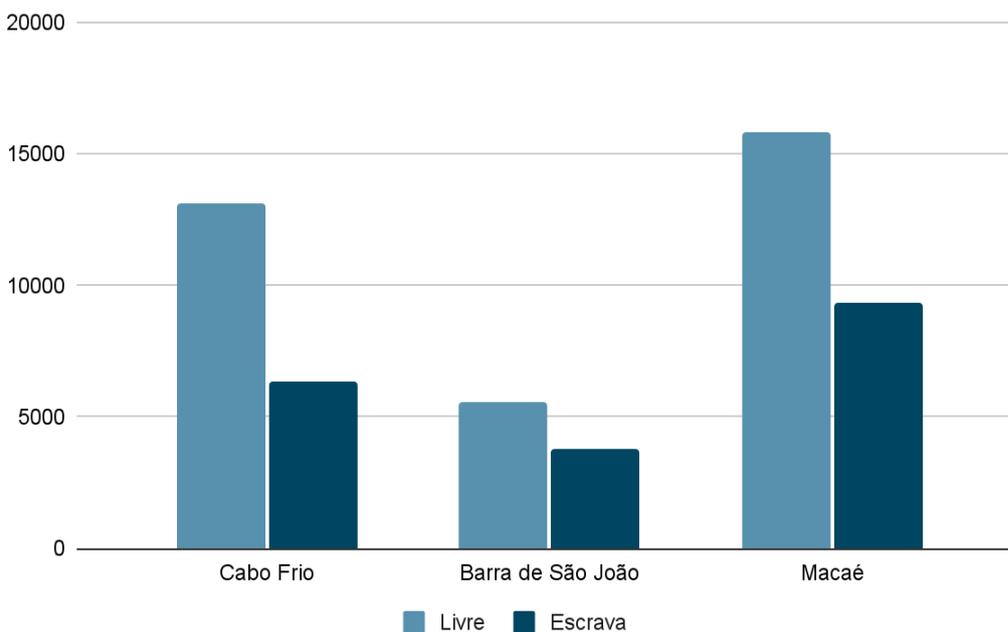
⁶² **RECENSEAMENTO do Brasil em 1872**. Rio de Janeiro: Typ. G. Leuzinger, [1874?], p. 83 e ss. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=225477&view=detalhes> Acesso em:10/01/2022

⁶³ Produzido pelo autor. Cf. **RECENSEAMENTO do Brasil em 1872**. Rio de Janeiro: Typ. G. Leuzinger, [1874?], p. 85. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=225477&view=detalhes> Acesso em:10/01/2022



Fonte: RECENSEAMENTO do Brasil em 1872. Rio de Janeiro: Typ. G. Leuzinger, [1874?], p. 85. O autor, 2023.

Gráfico 3 - Relação População Livre vs. População Escrava no Censo de 1872⁶⁴



Fonte: RECENSEAMENTO do Brasil em 1872. Rio de Janeiro: Typ. G. Leuzinger, [1874?], p. 83 e ss. O autor, 2023.

⁶⁴ Produzido pelo autor. Cf. RECENSEAMENTO do Brasil em 1872. Rio de Janeiro: Typ. G. Leuzinger, [1874?], p. 83 e ss. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=225477&view=detalhes> Acesso em: 10/01/2022

Quando falamos em especialização, esses números infelizmente fogem à dinâmica social local específica de Barra de São João e nos demonstram, por exemplo, que entre os 388 pescadores existente na província do Rio de Janeiro, 104 eram escravizados⁶⁵. Enquanto isso, um universo muito maior era percebido nessa mesma província no quantitativo de pessoas ligadas à produção nas lavouras: 280.084. Destas, 141.575 eram escravas e 138.509 livres.

Sobre o assunto, é importante levar em consideração que de acordo com os estudos de Luiz Silva (2001, p. 182), apoiado no mapa demonstrativo de embarcações nacionais do Ministério da Marinha, a população envolvida no comércio de cabotagem no Rio de Janeiro em 1854 era da ordem de 7.971 pessoas, dentre as quais, 4.111 escravas.

A discrepância observada entre os recenseados e os inscritos no Ministério da Marinha residia no medo de, ao serem recenseados, entrarem para o rol de pessoas aptas a serem coagidas para o recrutamento na Marinha de Guerra.

Quando se comparam os números de pescadores matriculados em todo o Império pelas capitâneas dos portos com o número de pessoas da mesma profissão existentes em todo o Império e por províncias escolhidas de acordo com o Censo da População de 1872, tem-se uma dimensão efetiva daquela resistência à inclusão nas listagens e, logo, ao recrutamento. (SILVA, 2001, p. 224)

A relação da vila e das cidades vizinhas com a escravidão era tênue. Qual era a possibilidade de vilas, como a de Macaé e Cabo Frio terem utilizado todos os escravizados que importavam em atividades que não as da lavoura? Além disso, qual a probabilidade de terem, de súbito, em 1850, parado de fazer uso das artimanhas do mar para objetificar gente através do tráfico ilegal de escravizados? Afinal de contas, quando contrastados os números dos desembarques (gráfico 4) e das quotas do fundo de emancipação (gráfico 5), esses dados nos demonstram a possibilidade de continuidade das chegadas ilegais. Outra questão que se põe é: como pode ser o número de nacionais em 1872 tão elevado em relação ao de estrangeiros, dado o alto número de desembarques de escravizados, em período em que o tráfico já tinha sido tornado ilegal pela Lei Feijó de 1831⁶⁶?

Algumas dessas questões, por ora, ficam sem resposta. Mas dados do *Slave Voyages*⁶⁷ nos ajudam a perceber a intensa movimentação que ocorria nos portos de Macaé e Cabo Frio.

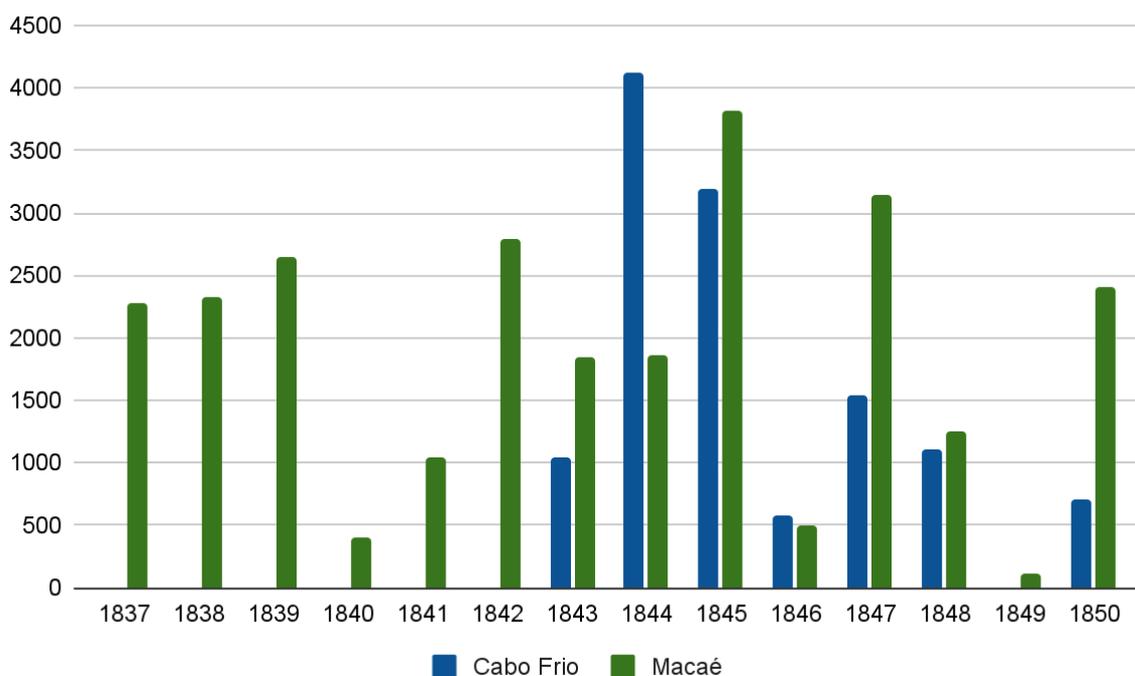
⁶⁵ Cabe ressaltar que os dados do Censo de 1872 não mencionam mulheres que exercem a profissão da pesca.

⁶⁶ Cf. **Lei de 7 de Novembro de 1831 que Declara livres todos os escravos vindos de fôra do Imperio, e impõe penas aos importadores dos mesmos escravos.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-7-11-1831.htm Acessado em: 10/04/2022.

⁶⁷ Cf. <https://www.slavevoyages.org/voyage/database>

Como pode-se observar no gráfico 4, apresentado abaixo, entre os anos de 1837 e 1850, cerca de 26.281 africanos escravizados desembarcaram ilegalmente nos portos de Macaé. Somam-se a estes, outros 12.285 que fizeram o mesmo pelos portos de Cabo Frio entre 1843 e 1850. Verdade é que, apesar dos números do *Slave Voyages* mostrarem os negócios ocorridos até 1850, podemos ter indícios de que a ação escravista na região perdurou por mais algum tempo, para dizer o mínimo⁶⁸. Bem como, da alta possibilidade de utilização dessa mão de obra em atividades que não a agricultura.

Gráfico 4 - Desembarque de Escravizados, 1837-1850.⁶⁹



Fonte: Desembarques de escravizados nos portos de Cabo Frio e Macaé disponíveis no site *Slave Voyages*. O autor, 2023.

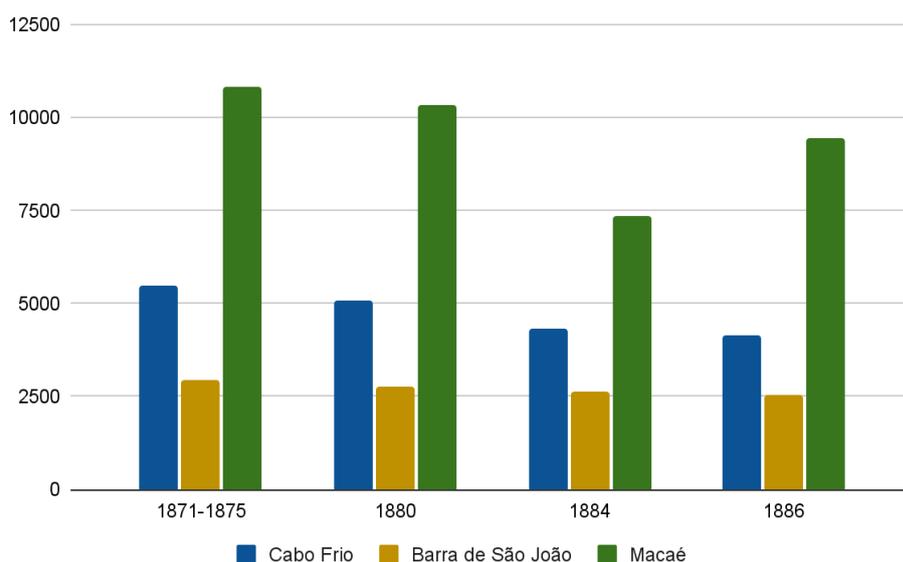
Quando todos esses dados são comparados com os números apresentados pelas distribuições de fundos aos municípios para a libertação dos seus escravizados, temos um panorama diferente. Se levarmos em consideração apenas os anos de 1845, 1847 e 1850 do

⁶⁸ Destaca-se aqui o trabalho de ABREU, Martha; YABETA, Daniela. (Orgs.) **Inventário dos lugares de memória do tráfico Atlântico de escravos e da História dos africanos escravizados no Brasil**. Niterói: Laboratório de História Oral e Imagem - LABHOI/Universidade Federal Fluminense, 2003. Além disso, é importante verificar a ação do Dr. Bernardo Azambuja, chefe de polícia, em seus relatórios oficiais da província e no *Correio Mercantil* sobre a fiscalização de portos e seus embarques/desembarques na tentativa de coibir o tráfico de escravizados em 1851. Para tal, indicamos: **Correio Mercantil, e Instructivo, Político, Universal**. op. cit. Cf. ed. 25, ano 1851, p. 2.

⁶⁹ Produzido pelo autor. Cf. Desembarques de escravizados nos portos de Cabo Frio e Macaé disponíveis em: <https://www.slavevoyages.org/voyage/database> Acessado em: 10/04/2022.

gráfico 4, teriam entrado pelo porto de Macaé o quantitativo aproximado do que é declarado como sendo escravizado no Censo de 1872 (gráfico 2), aproximadamente 10 mil pessoas. Por sua vez, a distribuição de fundos entre 1871-1875 (gráfico 5, apresentado abaixo) seria suficiente para que a mão de obra escravizada não mais ali atuasse. No entanto, como podemos observar no gráfico 5, as quotas continuam a ser distribuídas, deixando-nos a par da possibilidade de extrapolação dos números relatados pelo Censo e, também, da forte vinculação da economia ao trabalho escravo⁷⁰.

Gráfico 5 - Quadro demonstrativo das quotas do fundo de emancipação distribuídas aos diversos municípios da província do Rio de Janeiro, 1871-1886⁷¹



Fonte: PROVINCIA DO RIO DE JANEIRO. Collecção de Leis, Decretos, Actos e Decisões do Governo da Província do Rio de Janeiro, anos 1876, 1880 e 1876. O autor, 2023.

⁷⁰ Em que pese os Fundos de Emancipações não servissem para alforriar os africanos livres desembarcados no Brasil, é pouco provável que os desembarcados no litoral que aqui é estudado fossem assim classificados e entendidos.

⁷¹ Os dados apresentados encontram-se em um conjunto em que se relacionam quotas distribuídas e o número de escravizados alforriados pela quota. Para os propósitos da pesquisa aqui desenvolvida, o gráfico demonstra apenas o número de escravizados alforriados. Produzido pelo autor. Cf. In: **PROVINCIA DO RIO DE JANEIRO. Collecção de Leis, Decretos, Actos e Decisões do governo da Província do Rio de Janeiro 1876.** Rio de Janeiro: Imperial Instituto Artistico, 1877, p. 173, referente à primeira distribuição; **PROVINCIA DO RIO DE JANEIRO. Collecção de Leis, Decretos, Actos e Decisões do Governo da Província do Rio de Janeiro 1880.** Rio de Janeiro: Typographia Montenegro, 1881, p. 227, referente à segunda distribuição; **PROVINCIA DO RIO DE JANEIRO. Collecção de Leis, Decretos, Actos e Decisões do Governo da Província do Rio de Janeiro 1880.** Rio de Janeiro: Typographia Montenegro, 1881, p. 262-264, referente à quinta distribuição; **PROVINCIA DO RIO DE JANEIRO. Collecção de Leis, Decretos, Actos e Decisões do Governo da Província do Rio de Janeiro 1886.** Rio de Janeiro: Typographia do Fluminense, de F. R. de Miranda, 1887, p. 299-300, referente à sétima distribuição.

Dentre as diversas maneiras de perceber essa existência dos escravizados e a consequente movimentação deles pela região, mas também pelo território brasileiro, escolhemos, nesse momento, voltar nossos olhos para dois importantes fatos: a ação repressora do Império na região e a ação da polícia da corte sobre os escravizados que tentavam a vida ao migrarem dos recantos da província.

Quando tratamos especificamente de Rio das Ostras e região, podemos ver que em sua parte costeira, suas praias de águas calmas eram essenciais para o estabelecimento de grande fluxo de desembarque ilegal de escravizados (ABREU; YABETTA, 2003, p. 25 e seg.). Prática a qual chamava atenção por sua estrutura, com a criação de uma rede de portos de desembarque ilegal e aparato de apoio, como os casebres observados pelo chefe de polícia Bernardo Augusto Azambuja, em 1851 no Relatório de Província, em sua visita pela região, nos quais, ao chegar em Rio das Ostras, "inutilizou todos os utensílios que estavam guardados em um grande barracão e erão indispensáveis aos navios que se destinam ao comércio dos negros."⁷²

Além disso, Itapebussus, quarteirão de Rio das Ostras, se destaca ao ponto de existir, no Correio Mercantil, um relato de José Maria Velho da Silva, delegado de polícia de Macaé, enviado a 25 de outubro ao Dr. João Lustosa da Cunha Paranaguá, chefe de polícia da província do Rio de Janeiro, a respeito do caso do crioulo José Rita, que preso por 8 meses na corte, encontrava-se "sem parte que o acuse e sem processo"⁷³.

Ambos os representantes estatais tratam o caso como uma 'fatalidade', já que a documentação que comprovava a inocência do mesmo havia sido remetida ao chefe de polícia da província, em Nitherohy, mas nunca chegou à corte, onde José Rita estava preso. No caso específico foram coletados relatos de Anna Maria de Jesus Roubeaud que empregara José Rita no passado e que conforme salientou a sua ex-proprietária, encontrava-se livre no momento das diligências. A mesma assegurava que José Rita, diferentemente do que o acusavam, não tinha furtado ela e nem havia assassinado Antonio Martins Roubeaud, seu então marido.

Em outra perspectiva, o trânsito de pessoas escravizadas vindas de outros pontos do Império também não era algo tão difícil. Tal se confirma pela notícia de que um escravizado, de nome Agostinho, pertencente a José Ignácio Luiz e Silva, e vindo há poucos meses do Maranhão, com seu senhor⁷⁴. A verdade é que o fato de ter sido noticiado não se vinculava a sua viagem, mas por ter fugido do seu senhor, com quem viajara para a Barra de São João e,

⁷² **Correio Mercantil, e Instructivo, Político, Universal.** op. cit. Cf. ed. 25, ano VIII (1851), p. 2

⁷³ **Correio mercantil, e Instructivo, Político, Universal.** op. cit. Cf. ed. 292, 1857, p. 1.

⁷⁴ **Jornal do Comércio,** op. cit. Cf. ed. 19, ano 1858, p. 4.

por tal motivo, previne-se para que não o deixe embarcar nos portos da região. Ambos estão morando em Itapebussus, agora considerado distrito da Barra de S. João e o seu senhor relata ser possível entregar o escravo no Rio de Janeiro, demonstrando que as relações de amizade, já que a casa na Corte não era a dele, eram essenciais para esse processo de vigia dos escravizados⁷⁵. Em consonância, encontra-se a defesa de Ignacio da Silva e Souza, "inspector do 5º quarteirão da freguesia da Sacra Família da Barra de S. João", em que atesta que não houve nenhum acobertamento de escravizados no quarteirão, citando a presença de Wenceslão José Maria que se hospedou para tratar do enfermo Domingos Teixeira de Araújo Porto, tendo sido recebido por José Thomaz Pinto de Magalhães, mas que não participava de acobertamentos⁷⁶.

Nesse sentido, ao analisarmos as diversas interconexões que o trabalho na pesca poderia ter, utilizaremos a perspectiva defendida por Flávio Gomes (1995, p. 69 APUD LIMA, 2013, p. 59) em relação à formação dos quilombos e de sua sobrevivência, a concepção dos campos negros, ou seja, a possibilidade da existência de uma complexa rede social de interações entre escravizados, libertos e livres, bem como a afinidade das diferentes regiões e das diferentes formas de organização do trabalho. Destas relações, como nos ressalta Flávio Gomes (1995, p. 83 APUD LIMA, 2013, p. 59), eram “feitas, desfeitas e refeitas alianças com outros grupos sociais”, demonstrando a complexa rede de relações sociais que se desenvolvia, em detrimento dos aspectos estáticos que parte da historiografia imputa ao duplo senhor-escravo (SILVA, 2010, p. 10). Essas alianças entre escravizados, libertos e livres se mostram extremamente importantes para a região, dada a negociação que deveria ser feita na atividade da pesca e sua comercialização.

A lide dos pescadores, em regime de escravidão ou não, estava envolta em sua realidade específica. No caso tratado, Barra de São João tinha expressiva produção de outros gêneros. Daí, convém entender que a ação dos pescadores se dava de forma complementar aos trabalhos exercidos nas lavouras. De grão em grão, de peixe em peixe, a economia da região se moldava.

⁷⁵ Cabe aqui chamar atenção para o fato de que as relações de amizade não serviam apenas para coibir a fuga dos escravizados, com as comunicações travadas entre os fazendeiros. Como retratado por Sidney Chalhoub, o mesmo pode ser expandido para os escravizados que articulavam as suas redes de solidariedade e, por vezes, mudavam o seu local de moradia em busca de familiares ou para ressaltar a sua condição de liberdade recém-adquirida. Tais afirmações, segundo o autor, são mais comuns nos anos finais da escravidão, especialmente na corte. Cf. CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

⁷⁶ **A PÁTRIA: Folha da Província do Rio de Janeiro**. Nictheroy: Ty. da Patria, de C. B. de Moura. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=830330&pesq=&pagfis=1> Acesso em: 15/12/2021 Cf. ed. 166, 1858, p. 4.

A pesca realizada na região estava atrelada às estações específicas do ano, por se tratarem de espécies seletas de peixes. E, mesmo nessas estações, o trabalho era realizado em dupla jornada. A pesca realizada na região de Cabo Frio era benéfica para a economia local, pois movimentava o comércio de peixe não apenas pelas ruas da cidade, mas também no processo de salgamento e de venda para Niterói (BERNARDES; BERNARDES, 1958, p.30).

Cabe lembrar que outro ponto importante dessa análise é o fato de que existia certo grau de liberdade na atividade pesqueira, bem como a ideia de que um contrato havia sido formado entre as partes, pescadores e arregimentadores da pesca. Quando não satisfeitos, os limites dessa noção de contrato e liberdade se chocavam, quase sempre em desfavor dos pescadores e canoeiros, que logo tratavam de utilizar as suas redes de amizade e influência para buscar outros rumos profissionais, ao menos no que dizia respeito a quem deviam obrigações (SILVA, 2001, p. 142 e ss.)

Das produções recentes sobre o processo de trabalho e de apropriação do capital exercido por profissionais da pesca temos aprendido que, apesar do extenuante esforço realizado pelos pescadores, cerca de 30% a 50% do lucro da pesca ficava nas mãos das pessoas que arregimentavam o trabalho (BERNARDES; BERNARDES, 1958, p. 23), o que pode ser considerado verdade, com índices até muito mais elevados para o caso da exploração com trabalhadores escravizados, também nos séculos XVIII e XIX, de acordo com a pesquisa de Saunders (1994 APUD SILVA, 2001, p. 67-68). Este lucro crescia consideravelmente quando o profissional responsável por arregimentar os trabalhadores nos diversos momentos, também era responsável pela produção das redes, da embarcação e, ainda que mais raro, quando participava ativamente da ida ao mar.

No caso específico de Barra de São João, podemos notar diversos anúncios de venda de embarcações, como o que vendia uma lancha com 11 palmos de boca e 36 de comprimento, com a indicação de tratar o negócio no açougue⁷⁷, ou, anos mais tarde, o mesmo estabelecimento movimentando a venda de uma canoa⁷⁸. Além do processo de compra e venda, cabe sublinhar os anúncios de perda, como o feito por Francisco Ribeiro Basto, que anuncia a gratificação para aquele que der notícias sobre o paradeiro de sua canoa "com 30 palmos de cumprido e 2 e meio de boca", pintada e presa por corrente⁷⁹.

⁷⁷ O S. Joaneiro, op. cit. Cf. ed. 04, 1859, p. 4

⁷⁸ Voz da Barra, op. cit. Cf. ano I, número IV, 1864.

⁷⁹ Voz da Barra, op. cit. Cf. ano I, número XIV, p. 4, 1865.

Segundo Luiz Silva (2001, p. 159), a produção de navios em estaleiros espalhados pelo Brasil era algo incipiente no século XVII, mas bastante pulverizado e legitimado ao longo do século XVIII dado as benesses de não ter que depender das condições no norte da Europa.

É verdade que, dentre as muitas facetas da interconexão entre as classes abastadas e influentes da sociedade são joanense, um ator específico se destacou nesta atividade durante o século XIX. No que diz respeito ao aparato tecnológico e material para a produção pesqueira, Antonio Joaquim Flores teve a sua importância ressaltada, entre outras coisas, pelo fato de ter reunido cerca de 200 pessoas no lançamento do seu palhaborde ao rio São João⁸⁰. Este número expressivo de participantes para coroar uma ação não tão usual, revela a relevância que Antonio Joaquim Flores tinha em Barra de São João. Isso, no entanto, se dava não apenas porque tinha um estaleiro, único na região, mas também porque exercia os mais diferentes cargos na estrutura administrativa da vila, criando situações de dependência e influência política e econômica.

No entanto, não nos furta dizer, antes de terminar este capítulo, que assim como os indígenas, escravizados e quilombolas atribuem uma relação com a terra diferente daquela dos grandes produtores (KRENAK apud NOVAES, 1992), o mesmo ocorria em relação ao mar e aos rios. Entendido como uma relação econômica pelos fazendeiros da região, como se observa no uso dos estaleiros e dos portos de embarque, para os escravizados o mar poderia significar religiosidade, lembrança da terra de origem, alimento e por que não dizer liberdade. Essa, por sua vez, não necessariamente estava atrelada a fugir do cativo, pois vinha de diversas formas. Poderia representar sim o trabalho de ganho e o acúmulo de pecúlio para a compra de alforria - como demonstrou Sidney Chalhoub (1990) para as últimas décadas do século XIX na corte - , mas também poderiam significar a liberdade de poder estabelecer com esse grande mar conexões outras no âmbito do espiritual. Afinal, para muitos dos que aqui estavam, o mar tinha sido a porta de chegada, depois do longo processo de escravização. Nesse sentido, o mar poderia significar a liberdade de um dia poder voltar às suas origens⁸¹. Em outra perspectiva, poderia significar uma oportunidade de fugir diretamente dos açoitados da escravidão, utilizando o mar como trágica rota de escape, como no suicídio do “escravo de um José de tal”⁸² que entre

⁸⁰ O S. Joaneiro, op. cit. Cf. ed. 02, 1859, p. 3.

⁸¹ Cf. LIMA E SOUZA, Mônica. **Entre margens: o retorno à África de libertos no Brasil 1830-1870**. Tese (Doutorado em História) - Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008. 271 p.

⁸² **Voz da Barra**, op. cit.. Cf. Ano I, N° VII, 1865, p. 1.

as possibilidades, escolheu utilizar o mar como uma forma de fuga dos arbítrios aos quais tinha que se submeter⁸³.

⁸³ Cf. REIS, João José. **A morte é uma festa: Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do Século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

2. CONFORMAÇÃO ECONÔMICA E POSSE DE ESCRAVIZADOS ENTRE OS RIOS SÃO JOÃO E MACAÉ NO SÉCULO XIX

Até aqui falamos de uma construção histórica da região pautada na importância do rio São João. Além disso, identificamos algumas semelhanças em relação às cidades vizinhas, em especial a de Macaé. Essas semelhanças estavam previstas tanto no aspecto formal, dado que a vila de Barra de São João era uma freguesia da dita cidade antes de tornar-se independente, quanto no aspecto prático, dadas as influências políticas e administrativas, que advinham da vinculação das câmaras municipais das duas localidades.

No entanto, apesar de sua união política e seus conflitos naturais, algo mais unia essas duas vilas do oitocentos. A região compreendida entre os rios São João e Macaé compunha um circuito que estava intrinsecamente ligado ao fato de serem localidades de frente para o mar e com grande ligação deste com seus rios. Em nossa análise, isso se torna fundamental porque nos deixa ver seu principal elemento de organização econômica: o mar. A partir dela era pautada a exportação de produtos agrícolas, especialmente café, com o uso da mão da obra escrava.

Nesse sentido, o esforço de delimitação da região aqui disposta e por mim nomeada como a Região da Bacia dos Rios São João e Macaé se dá de modo a estabelecer as fronteiras dentro dos marcos do rio Macaé, em seu desague no mar e ao interior do território, ligando-se ao rio São João, e igualmente o seu desague no mar, de maneira a ficar circunscrita dentro das margens do sublinhado vermelho a seguir :

Figura 4 - Regiões Hidrográficas do Estado do Rio de Janeiro, com recorte nas regiões VI e VIII e delimitação da Região da Bacia dos Rios São João e Macaé em vermelho⁸⁴

⁸⁴ Cf. CONSELHO Estadual de Recursos Hídricos. **Regiões Hidrográficas do Estado do Rio de Janeiro**. op. cit.

de outros proprietários, o rio serve como vizinho - atestando as fronteiras - e ajudante - ao passo que facilita o escoamento para a Corte tanto dessas cidades quanto das mais interioranas.

Distinta era a composição social de quem as possuía. Alguns eram conhecidos por ocuparem cargos públicos, tanto na vila de Barra de São João - como no caso de João José Ferreira Xavier⁸⁷, chefe de polícia e posteriormente delegado - quanto na Corte, como se dava com o Visconde da Cachoeira; outros, eram conhecidos por suas diversas posições de influência, como Francisco José Teixeira Bastos, José Joaquim Marques de Abreu, Antonio Joaquim Flores e tantos outros, que detinham investimentos na construção de navios, no comércio de secos e molhados, no transporte para os armazéns na Corte e etc. Nomes como Francisco José Teixeira Bastos e seu irmão, José Gonçalves Teixeira Bastos, segundo apontou Nilma Accioli (2011, p. 16) são mencionados pelo Almanack Laemmert como sendo responsáveis pelo Bastos e Amaral, sediado na Rua Direita, nº 28, na esquina com a do Ouvidor, na Corte, e também pela House of Commons Papers como influentes no tráfico africano, sendo considerados por estes como “proprietários de alguns navios constantemente empregados no tráfico de escravos e alguns barracões na costa africana. Foram os primeiros a usar, no transporte de escravos da África, barcos a vapor”⁸⁸.

A excepcionalidade dos terratenentes acima citados fica a cargo de Francisco José Teixeira Bastos, que em sociedade com seu irmão José Gonçalves Teixeira Bastos possuía uma firma nomeada *José Gonçalves Teixeira Bastos e irmão*, localizada na corte, além de armazéns, lojas e fazendas. Sendo os irmãos Bastos pioneiros na utilização de navios a vapor na costa africana⁸⁹, foram também responsáveis, em sociedade, pela firma *Amaral e Bastos*, executora dos desembarques em Rio das Ostras e Macaé, já no período pós Lei de 1850 (ACCIOLI, 2011, p. 23 e ss). Em que pese a importância dos mesmos, curiosamente, possuíam propriedades pequenas, a saber: 65 braças⁹⁰ de testada em Barra de São João, no caso de José, e 375 braças no Rio Dourado, para o Francisco.

⁸⁷ Cf. id., em especial p. 60 e 60 verso. Além das já referidas posições públicas, cabe destacar também que o mesmo foi o responsável por arrecadar os valores destinados à passagem da barca do Rio São João, pelo valor de 740 reis. Cf. **Diário do Rio de Janeiro**, op. cit. ed. 217, ano 1869.

⁸⁸ José Joaquim Marques de Abreu já foi anteriormente apontado como possuidor de barracões no Morro do Limão, em Rio das Ostras. Antonio Joaquim Flores possuía estaleiro na região.

⁸⁹ A critério de comparação, o uso de navios a vapor no Rio de Janeiro para o contato regular da Corte com a Europa e os Estados Unidos da América é também de 1850. Cf. NOVAIS, Fernando A. (coord.); ALENCASTRO, Luiz Felipe de. (org.) **História da vida privada no Brasil: Império**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

⁹⁰ A braça é uma unidade de medida amplamente utilizada nos registros do século XIX e até os dias atuais encontra recepção no meio rural. Conforme os dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada — IPEA, a braça linear equivale a 2,20 metros. Disponível em:

para reger essa nova expressão do mercado nacional -, como também maior foi o investimento em obras públicas para a melhoria da infraestrutura do país.

Na Região da Bacia dos Rios São João e Macaé, a saída encontrada foi a aplicação desses recursos foram tarefas como a ampliação da malha ferroviária. Com projeto de 1852 e existente desde 1854, a Estrada de Ferro D. Pedro II,⁹⁵ que conectava a Praça do Comércio do Rio de Janeiro com diversos pontos do Império, passou a ser gradativamente aumentada, com variados ramais. Como uma alternativa para a diluição dos aumentos das tarifas que estavam sendo cobradas nas pequenas distâncias, floresce um bom exemplo disso para a região em análise, que pode ser observado no imbróglgio causado na Assembleia Provincial nas sessões de 1871.

Dentre os calorosos debates, muitas são as posições tomadas. Mediante a proposta e criação de uma lei para a construção de uma estrada de ferro de Niterohy a Campos em 1869, alguns defendem e aceitam de pronto esse acréscimo, como o deputado F. Belisario⁹⁶. No entanto, outros, como Azevedo Macedo fazem apartes a essa posição, já que a Lei Nº 1.585 de 13 de novembro de 1871 havia transferido a "estrada denominada de Macahé a Campos [e] declarada 2ª secção da estrada de ferro de Niterohy a Campos", frustando os investimentos dos que tinham investido não apenas na construção da ferrovia que ligava Macaé e Campos, mas também no canal com o mesmo objetivo⁹⁷.

Posição mais radical assume o sr. J. Coelho⁹⁸, que em vistas da construção, decide colocar-se contra a mesma, dado que o empreendimento serviria apenas para o enriquecimento e engrandecimento das cidades que compunham as duas pontas: Campos e Niterói. Visava, portanto, transformar Niterói em um “porto de exportação de primeira ordem”, esbanjando dinheiro público e “reduzi[n]do o comércio de exportação de Cabo-Frio e da Barra de S. João”. Afinal, a importância da cabotagem era imensa, visto que “(...) um dos veículos de engrandecimento de uma localidade é o comércio trazido pela navegação de cabotagem, e desaparecendo esta, foge aquela”.

Para termos uma noção da preocupação que causou no deputado Coelho a construção da estrada de ferro, podemos recorrer aos números do quantitativo de produtos

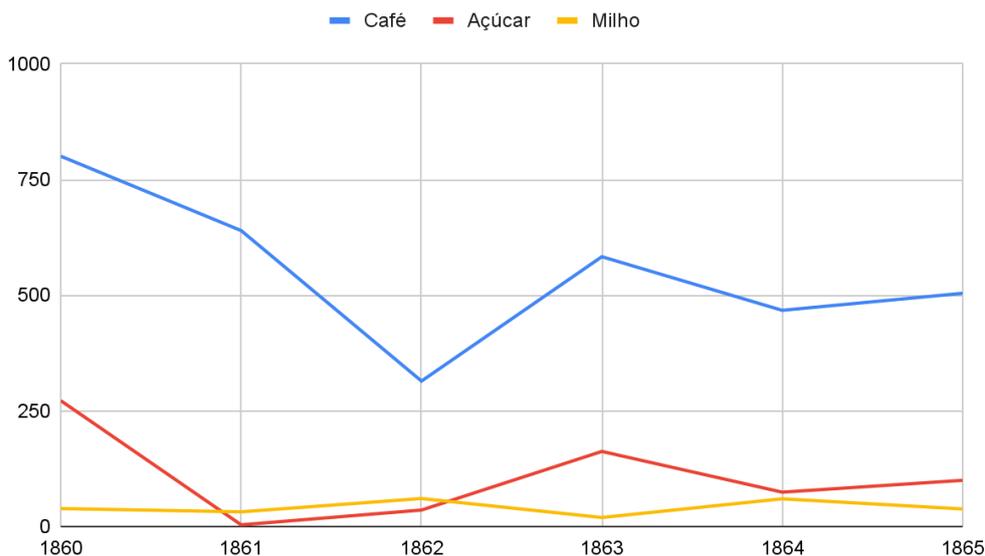
⁹⁵ Para maiores informações, cf. <https://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/609#:~:text=A%20hist%C3%B3ria%20das%20ferrovias%20no,com%2014%20km%20de%20extens%C3%A3o> e <http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/317-estrada-de-ferro-d-pedro-ii>

⁹⁶ Cf. Discurso proferido na Sessão de 23 de Dezembro de 1869 por F. Belisário na Assembleia Legislativa Provincial. **Jornal do Commercio**, op. cit. ed. 20 de 1870.

⁹⁷ Cf. **Annaes da Assembléa Legislativa Provincial do Rio de Janeiro**. Op. cit. ed. 1, de 1871, p. 327 e ss.

⁹⁸ Cf. **Jornal do Commercio (RJ)**, op. cit., ed. 309, ano 1871, p. 2 e ss.

agrícolas exportados na segunda metade do século na região. Gráfico 6 - Mapa dos Gêneros Exportados de Macaé para a Corte, 1860-1865⁹⁹



Fonte: Monitor Macahense, ano 1866, ed. 378. O autor, 2023.

Assim como a Baía de Guanabara configurava-se como uma forma de “intensa integração da capitania e da província fluminense” (BEZERRA, 2011, p. 6), também serviam de integração essas águas do interior. É verdade que as águas da Guanabara tiveram importante papel no desenvolvimento do comércio do Rio de Janeiro, mas não podemos esquecer que além do comércio de grosso trato, também navegavam por essas águas o desenvolvimento cultural do Império.

Quando o tráfico se tornou ilegal, ao menos no que se refere à mudança da posição do Estado em relação aos traficantes com a lei de 1850, os marinheiros, barqueiros, canoieiros, proprietários de embarcações e todos os ligados ao trabalho no mar e no rio tiveram que se reorganizar para continuar tirando da água o seu sustento, que muitas vezes estava atrelado, na verdade, ao esforço inverso, qual seja: levar para e através da água aquilo que lhe colocaria o alimento à mesa.

⁹⁹ Cf. **Monitor Macahense**, op. cit. Mappa da Exportação de Gêneros d'esta cidade de Macahé para o Rio de Janeiro, nos seguintes annos de 1860 a 1865. Cf. Ano 1866, ed. 378, p. 4. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=026980&pagfis=466> Acessado em 16/07/2023. Os dados são apresentados na casa do milhar, em arrobas para o café e açúcar e em alqueires para o milho. Cabe ressaltar a existência de outros gêneros, ainda que em menor proporção, como: gomma, batatas, toucinho, farinha, feijão, arroz com Casca, couros de boi, madeiras, aguardente, goiabada e etc. Barra de São João, por outro lado, foi responsável por escoar em 1857 o montante de 277.932 arrobas de café, 44.436 alqueires de milho, 1.579 de farinha, 3.176 de feijão e outros. Cf. Relatório do Vice-Presidente da Província do Rio de Janeiro. João Manuel Pereira da Silva 1857 p. 71 APUD ACCIOLI, Nilma Teixeira. **José Gonçalves da Silva à Nação Brasileira: O tráfico ilegal de escravos no antigo Cabo Frio**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2011, p. 31.

No entanto, não nos furta dizer que o próprio comércio de escravizados não deixaria de acontecer. Passaria a contar, agora, com novas artimanhas e com novas técnicas. O cuidado que se deveria ter com o processo de desembarque, nas águas nem sempre calmas do interior da província, era diferente daquele que se tinha quando o desembarque era feito nos principais portos e com toda a comodidade que a legalidade conferia à ação.

Com essas alterações que o tráfico sofreu ao longo do tempo, especial foco deve ser dado a mudança no local de desembarque. Esse fato torna-se especialmente relevante porque a partir de 1850, quando da ilegalidade prática, ainda que na formalidade já o fosse, os desembarques foram levados aos portos do litoral, afastando-se do grande aparato que lhes estava disponível nos grandes centros imperiais e das cidades portuárias, que agora não mais podiam abertamente compactuar com o dito comércio, já tornado ilícito em 1831, mas supervisionado de maneira irregular pelo Estado imperial.

Transpor essa lógica para outras espacialidades era, também, criar novas sociabilidades, envolver outros agentes e gerar novas zonas fronteiriças, nas quais interesses diversos se coadunavam. Marcus Carvalho (2012) nos informa que as práticas já consolidadas no século XIX tiveram que ser repensadas: do desembarque ao cuidado em terra, algumas alterações foram percebidas. Em algumas dessas esferas, por vezes, houve completa reconfiguração. Dentre elas podem ser citadas: (1) o desembarque, muitas vezes, acontecia em alto mar; (2) o tempo entre o desembarque e a recuperação dos escravizados traficados passava a inexistir, dado que a acomodação destes no litoral poderia levantar perseguições policiais, às vezes naturais e outras vezes provocadas pelos conterrâneos com quem os traficantes nutriam inimizades; (3) o processo de venda da mão de obra traficada deveria ser feito antes mesmo da chegada das embarcações no local de destino, pois não havia possibilidade de um comércio a céu aberto.

A escolha do local de desembarque tinha papel fundamental. Não podia ser aos olhos das autoridades locais, que apesar de coniventes em alguns momentos, ainda assim podiam representar certo empecilho. Mas também não podiam ser de tal maneira reclusos ao ponto de terem que fazer uma marcha para chegar ao local de emprego da mão de obra. Portanto, “o ideal era que o porto fosse perto das propriedades agrárias produtivas ou então das povoações mais importantes, onde havia compradores certos, ou onde estavam os consignatários da carga” (CARVALHO, 2012, p. 231).

O desembarque passa, então, a ser conduzido com a ajuda dos locais, que auxiliavam na escolha dos melhores locais para navegabilidade e fundeamento. Além disso, em épocas do comércio irrestrito e legal de escravizados, era normal que houvesse, em terra, um aparato mais

organizado para o recebimento dos recém chegados, que passava, também, pela alimentação. Quando da reestruturação das bases de escravização, essas formas de recomposição da saúde, preparo (novas forças advindas da alimentação) ou ambientação (ao clima e aos novos costumes) precisaram ser reconsideradas. Isso porque, em se tratando de uma atividade ilegal, quanto mais chamasse a atenção para o elemento da escravização, mais chances havia de os lucros serem menores, diante da possibilidade de aprisionamento.

No entanto, é possível dizer que, apesar de ser feito ‘por baixo dos panos’, esse processo passou a exigir maior preparo dos que faziam parte dessa ‘engorda’ e isso poderia ser a causa de novas vagas de emprego. Em muitos casos, os locais reuniam-se em torno de suas roças para a produção de frutas tropicais, especialmente as ricas em vitamina C, para ofertar aos recém-chegados ainda em alto mar. Canoas, de tamanhos diferenciados eram utilizadas nessa empreitada. Anúncios, como os previstos nos jornais de Barra de São João e Macaé nos demonstram que essa possibilidade não estava de todo distante. Fossem elas "propícias para a pesca" ou "capazes de carregar de 150 a 200 arrobas", o seu uso era frequente¹⁰⁰.

Como bem observou Carvalho (2012), a utilização dos barcos menores para os chamados “barcos de quitanda” (JEHA, 2011, p. 95 apud CARVALHO, 2012, p. 248) que se supriam a partir das plantações de roceiros menores nas proximidades do local de desembarque trouxe uma mudança pois

Percebe-se, portanto, que o tráfico se tornaria uma alternativa concreta de renda extra para os barqueiros da costa, antes envolvidos apenas com a pesca e o transporte de pessoas e mercadorias. Quem tinha barco e conhecia o litoral ganhou uma oportunidade de lucro com o contrabando de escravos, mesmo que não tivesse nenhum contato com a África, nem capital ou mesmo experiência nesse ramo de negócios. O tráfico deu emprego a muita gente antes dependente da pesca e do pequeno comércio de cabotagem. (CARVALHO, 2012, p. 239).

Os navios de grande porte que andavam pelo litoral sem estarem perdidos ou em perigo de naufrágio eram vistos com maior desconfiança. Afinal, os traços dos negócios denunciavam a atividade e “qualquer navio que fosse avistado em rota errante, sem estar em direção aos portos mais conhecidos, era, obviamente, um navio negreiro” (CARVALHO, 2012, p. 232). É por esse mesmo motivo que os navios utilizados na ilegalidade ficaram cada vez menores,

¹⁰⁰ Para o caso de Macaé, cf. **Monitor Macahense**, op. cit. ed. 375, ano 1866, p. 4. Para o caso de Barra de São João, cf. **Voz da Barra**, op. cit. anno I, 1865, número XIV.

facilitando o embarque e o desembarque e também criava a possibilidade de abandono do mesmo caso fossem abordados, sem que isso causasse grande prejuízo material¹⁰¹, afinal

Esses riscos impeliam os traficantes a entrar em sintonia com os potentados locais, tecendo alianças políticas e mercantis nas imediações dos melhores portos naturais, ou mesmo comprando ou arrendando essas terras. Essa rede de apoio era a melhor garantia do sucesso de um desembarque. (CARVALHO, 2012, p. 257).

Envolvidos em uma rede de múltiplos negócios quando da reorganização do tráfico, os traficantes se apoiavam em diversificar a sua produção para aumentar suas fortunas. A posse de escravizados, por óbvio, não havia diminuído na região, assim como o tráfico não havia cessado com a lei de 4 de setembro de 1850. No entanto, por mais que seus efeitos práticos fossem escamoteados, algo de crucial havia mudado. Apesar da complacência, uma virada na ação do Estado brasileiro pode ser percebida.

Para ilustrar esse ocorrido, o caso de José Gonçalves da Silva, analisado por Walter Pereira (2011) é essencial. José Gonçalves da Silva foi um traficante de escravizados de Cabo Frio, dentre as muitas profissões que desempenhava, que teve os seus bens capturados pelo Estado e a sua liberdade cerceada, tendo sido preso na Corte por sua ação referente ao tráfico ilegal. Ao ser surpreendido no comércio ilegal e tendo recebido as devidas punições, recorre as suas redes para a atenuação dos vexames aos quais julgava estar sendo submetido e, porventura, para a revisão dos bens que lhe haviam confiscado.

Seus esforços foram muitos e as redes de sociabilidade foram todas acionadas, no Brasil e no exterior. José Gonçalves só conseguiu ser liberto por suas boas relações na Corte e mercês que havia acumulado com o Imperador. Apesar disso, seus bens, que dariam conta da sua manutenção econômica e de seu status, permaneceram apreendidos pelo governo 14 anos após a investida policial. Nos momentos que sucederam a Lei Eusébio de Queirós instalou-se um grande medo entre os proprietários de escravizados e fazendeiros. Isso porque, como explicitado por Walter Pereira (2011) no caso de José Gonçalves, o traficante estava ficando cada vez mais aberto às investidas do Estado e poderia ser preso e até chegar a ser açoitado. O próprio José Gonçalves foi um caso exemplar.

Além das transformações na economia, também foram afetados os níveis sociais dos traficantes. Apesar de ainda contarem com prestígio, decorrente sobretudo das outras áreas nas quais mantinham investimentos, adicionou-se uma camada cada vez maior de estigma em

¹⁰¹ Marcus Carvalho (2012) ressalta a recorrência do uso de brigues, escunas, sumacas, palhabotes e iates no tráfico.

relação aos seus ofícios. Esses estigmas, com certeza, não tinham a ver com uma pretensa moralidade atribuída à escravização. Ligava-se, sobretudo, ao fato de terem esses mesmos traficantes agora a possibilidade de sofrer investidas policiais e serem presos, em que pese mantivessem as suas boas conexões pessoais.

Alguns outros resquícios, por exemplo, podiam ser observados em relação à posse de terras. Entre omissões e vendas, aqueles que praticavam o tráfico se viam progressivamente alijados de suas terras que serviam de ancoradouro dos recém chegados. José Marques de Abreu, a despeito de possuir terras em Rio das Ostras, como o conhecido Morro do Limão, dele se afastara. Morreu, conforme salientado pelo caixeiro Antônio José Gonçalves que trabalhava no Morro do Limão, longe de suas terras defronte para o mar e sem nelas pisar havia muito tempo¹⁰².

Nesse ponto, podemos perceber um fio de condução para uma problemática levantada no capítulo anterior. Uma questão que ficou em aberto foi a demora que se pode observar para o estabelecimento efetivo da Câmara da cidade de Barra de São João. Apesar de ser declarada vila em 1846 e, portanto, apta para o seu desenvolvimento político independente, Barra de São João só teve a constituição de sua Câmara efetivada em 1859, 13 anos depois.

De certo, não era comum que os traficantes recebessem o mesmo fim que José Gonçalves, dado que alguns nomes ligados ao tráfico também eram influentes na política imperial. Em que pese a punição de José Gonçalves tenha sido vista como exemplar para dar fim aos anseios britânicos relativos ao fim do tráfico, isso, por outro lado, não impediu que o medo de uma virada de percepção sobre os traficantes se tornasse usual e representasse um perigo recorrente. Nessa ótica, o atraso do estabelecimento da Câmara pode ter sido uma estratégia para deixar longe a fiscalização mais acirrada e que representaria mal presságio nos negócios de muita gente.

As autoridades locais também eram proprietárias de terras e cativos, o que fazia com que as inimizades e os interesses causassem interferências no tráfico. Delações eram, por vezes, utilizadas para benefício próprio. Não havia possibilidade de recurso à lei, já que se tratava de um negócio ilegal. É nesse sentido que se torna possível falar de um “senhor de engenho-trafficante”, que conceitua Marcus Carvalho (2012, p. 246) como sendo “aquele potentado rural que se tornou trafficante, ou o trafficante que se tornou rendeiro ou dono de terra, enfim, alguma forma de aliança mercantil e política viabilizando a empreitada.”

¹⁰² Cf. Nilma Accioli, op. cit., p. 25.

Outro aparato que pode ter contribuído para facilitar o processo de desembarque era a complacência do corpo diplomático português nos negócios relacionados ao tráfico, como ressaltado por João Oscar (1985, APUD Pereira, 2011, p. 290) e Gerard Horne (2010, APUD Pereira, 2011, p. 290 e ss). Na Região da Bacia dos Rios São João e Macaé, pode-se perceber a existência de ao menos um vice-consulado português¹⁰³. A ação do mesmo aparece em dois casos específicos, quais sejam: (1) a venda em leilão público dos bens do cidadão português Bento Gomes da Cunha, assassinado por um de seus escravizados¹⁰⁴ e (2) a ação no auxílio de desembarque de navios naufragados, tanto particulares quanto oficiais ingleses¹⁰⁵. A existência por si do vice-consulado não permite afirmar com exatidão as tramas desenroladas pelo corpo diplomático da área, mas nos deixa indícios de que sua ação era similar ao analisado em outros casos ao longo do litoral atlântico.

Independentemente do que dizia o arcabouço jurídico de nosso país acerca da proibição do tráfico de escravizados e das ações dos chefes de polícia, fazendeiros da região continuavam a angariar, para os seus respectivos, cabedais bens semoventes escravizados das mais diversas procedências geográficas, como se pode observar nos dados disponibilizados no gráfico 4 do capítulo anterior. E como maneira de resguardar-se dos questionamentos acerca dessa atividade, mantinham o hábito de não guardarem os documentos ou de o fazerem de maneira mais superficial possível.¹⁰⁶

Neste trabalho, temos como primícia a ideia de que a história do Brasil deve ser feita, também, por mãos negras, como defende Beatriz Nascimento (2021). Afinal, somente através dessa ampliação das bases interpretativas e correção da distorção proporcionada pela escritura de uma história concentrada em um só viés de compreensão, poderemos superar a visão parcial de nossa construção histórica.

¹⁰³ Cf. notícia do auxílio prestado pelo vice-cônsul português em Macaé em favor dos tripulantes e passageiros do naufrágio do Royal Standart, *Diário do Rio de Janeiro*, op. cit. cf. ed. 284, ano 1869, p. 1.

¹⁰⁴ Cf. **Voz da Barra**, op. cit., ano I, 1865, número XI.

¹⁰⁵ Para o caso inglês temos o naufrágio do Royal Standart a caminho da Austrália, cf. **Diário do Rio de Janeiro**, op. cit. ed. 284, ano 1869; para o caso do navio particular que navegava entre Macaé e Cabo Frio, saído da Corte, e que entrou em choque com um navio de guerra inglês, cf. **Voz da Barra**, op. cit. ano I, 1865, número VI. Há menção de pretos cativos e escravos.

¹⁰⁶ Casos como esses eram reconhecidamente comuns em grande parte do Brasil. Como a propriedade ilegal não era internamente questionada, os litígios eram frequentemente expostos apenas nas regiões de fronteira ou quando do conflito internacional. Demonstração de tais ocorrências podem ser observadas não apenas na pressão exercida pelos ingleses em todo o território, mas especialmente na província de São Pedro do Rio Grande do Sul, como relatado no trabalho de Beatriz Gallotti Mamigonian acerca da disputa com o Uruguai. Cf. MAMIGONIAN, 2011.

Por esse motivo, a construção da história dos povos negros nos momentos finais da escravidão no Brasil deve ser escrita também pela ótica desses agentes. No entanto, ao debruçar-nos sobre as fontes disponíveis, encontramos um grande desafio: os documentos que chegam até os dias de hoje demonstram, sobretudo, o olhar das pessoas que detinham o poder. Ficamos, portanto, presos em uma questão: entre o querer e o possível.

Mas, dizer que essas fontes são as possíveis no momento, não quer dizer que faremos uma incursão nelas com a perspectiva do olhar de quem as escreveu. Na verdade, como já bem demonstrou a historiografia, olhar para esses documentos procurando o não-dito e o silenciado entre as palavras que achavam importante, também é um exercício louvável. Portanto, assim como fez Robert Slenes (2011), Ricardo Salles (2008) e tantos outros, procuraremos estabelecer um nexo explicativo para essa sociedade a partir desses documentos oficiais, mas buscando descurtinar a história dos subalternizados. A demografia escrava e as famílias já estiveram em enfoque no trabalho destes autores¹⁰⁷. Buscaremos desvelar essa sociedade da Região da Bacia dos Rios São João e Macaé através dos inventários e testamentos legados pelos senhores que ali moravam durante o século XIX. Por mais que demonstre as suas limitações, também nos oferecem possibilidades.

Os inventários e os testamentos serviram de prova da posse dos escravizados, especialmente nos momentos após o recrudescimento da vigia do Estado, pois eles atestavam que os escravizados já faziam parte da escravaria antes das leis que proibiam o tráfico. Ao mesmo tempo que afirmavam a posse, documentos como o testamento e a certidão de batismo dos filhos dos escravizados eram importantes no momento de brigas pela liberdade pessoal e de sua prole. Como o *status* dos filhos seguia o de sua genitora, os filhos e as filhas que viessem a nascer depois da liberdade condicional conferida pela Lei do Ventre Livre, poderiam ser considerados livres. É nesse sentido que podemos perceber a importância deste documento como prova de liberdade para os agentes envolvidos.

O Livro de Registro para a Matrícula dos Escravos servia como exemplo de uma tentativa de controle do governo Imperial. De maneira que, em cada distrito houvesse um livro sobre a responsabilidade dos coletores municipais. A prova da procedência não era a única preocupação dos representantes da coroa. Como bem salientado por Ariana Espíndola (2015), tinha-se o objetivo de arrecadar impostos sobre a propriedade e não causar vexames ou

¹⁰⁷ Cf. SALLES, Ricardo. **E o Vale era o escravo. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 180. Para o Oeste Paulista, SLENES, Robert W. **Na senzala, uma flor - Esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

insatisfações gerais com aqueles que davam a base de sustentação para o jogo político nacional. É dessa maneira que são rechaçados os coletores que extrapolam as suas esferas de ação e tentam fazer valer a lei de 1831 que previa a ilegalidade do tráfico.

É importante, no entanto, deixar registrado que apesar de ter sido criada pela Lei nº 59 de 8 de outubro de 1833, a taxa anual de escravizados só pode ser cobrada com a efetiva regulamentação que se deu pelo Decreto nº 151 de 11 de abril de 1842. Nessa regulamentação, previa-se o registro e estipulava-se, também, que no tempo destinado a essa primeira matrícula, não seriam exigidos títulos de comprovação da posse, mas findo este, sim.

Apesar do fato de que “O ato de matricular os escravos poderia servir a objetivos distintos: de controle de movimentação dos escravos, cobrança de taxas, fiscalização do contrabando e da transferência de propriedade escrava, ou simplesmente com intuítos estatísticos.” (ESPÍNDOLA, 2015, p. 9), a Lei do Ventre Livre, como popularmente é chamada a Lei 2.040 de 28 de setembro de 1871, tornou em obrigatoriedade aquilo que até então era praticado a depender do gosto senhorial. A matrícula de escravos passa a servir, portanto, como uma prova de liberdade. Mas também como prova de escravidão, se levarmos em consideração que não mais seriam negociados os que não possuísem a inscrição. Nesse sentido, o rol de documentos fornecia as “provas que legitimassem a sua demanda” (ESPÍNDOLA, 2015, p. 13), seja ela pela liberdade ou pela escravidão.

Tendo em vista esse panorama, podemos olhar para a sociedade da Região da Bacia dos Rios São João e Macaé. Com o auxílio do arquivo existente no Solar dos Mellos Museu da Cidade de Macaé — SdM¹⁰⁸, foram coletados dados de 34 inventários (e outros documentos pertencentes às mesmas pessoas juntados aos inventários) no período delimitado, qual seja, a segunda metade do século XIX.

Destes 34 inventários, 11 (32,35%) não foram utilizados por não possuírem bens arrolados ou porque quando do encaminhamento do processo de inventário, não foram encontrados bens suficientes para o mesmo. Outros, ainda, por mais que tivessem bens arrolados, esses eram insuficientes mediante o tamanho das dívidas existentes em nome do inventariado. Restando-nos, portanto, 23 (67,65%) com bens arrolados.

Destes, cabe destacar que apenas 4 (17,39%) não declararam qualquer tipo de propriedade agrícola. Enquanto 3 (13,04%) não declararam as propriedades em si, mas nos deixaram pistas de sua utilização, como a menção a cercados, machados, foices e outras

¹⁰⁸ Situado na Rua Conde de Araruama, 248 - Centro, Macaé/RJ. Para maiores informações, cf. <https://www.macaee.rj.gov.br/cultura/conteudo/titulo/solar-dos-mellos>

benfeitorias. Parece factível afirmar, portanto, que essa era uma região repleta de plantações, ainda que as dimensões variassem. Contando com 69,57% de seus inventariantes sendo proprietários rurais, a agricultura era impulsionada pelo cultivo do café. Cerca de 13, das 16 propriedades com plantações eram utilizados para o plantio desse grão, representando 81,25%. As outras 3 (18,75%) ficavam a cargo da plantação de mandioca para o engenho de farinha. Destas propriedades, apenas 1¹⁰⁹ (6,25%) não utilizava mão de obra escrava, embora não nos deixe entrever quais eram os trabalhadores.

Esta informação está em consonância não apenas com os dados demonstrados pela exportação de gêneros alimentícios para a Corte constante do gráfico 6, mas também pela entrada de Macaé e Barra de São João no rol de expositores do mesmo produto¹¹⁰.

Dos 23 testamentos constantes dos arquivos do Solar dos Mellos, 18 declararam possuir escravizados, ou seja, 78,26% dos inventariados e inventariadas tinham em sua posse, ao menos 1 escravizado declarado. Daí concluímos, também, que essa sociedade era essencialmente escravista. Para melhor visualização dos planteis existentes na região, as datas de inventário, o número de escravizados e as suas distribuições em parâmetros de sexo e local de procedência, organizamos a tabela a seguir.

Tabela 2 – Visão geral dos inventários que arrolaram escravizados na região delimitada, 1838-1885.¹¹¹

Inventariado/a	Inventariante	Ano	Total de Escravizados	Homens (%)	Mulheres (%)	Brasileiros	Africanos	Não informado local de origem	Tipo de proprietário segundo Ricardo Salles ¹¹²
Maria Gertrudes de Figueiredo	Manoel Joaquim de Figueiredo	1838	135	76 (56,3)	59 (43,7)	NF*	NF	135	Mega
Francisca Clara de Jesus	Manoel dos Passos Silva Braziliense	1843	7	2 (28,57)	5 (71,43)	6	1	0	Pequeno
Victoriano José Pacheco	João José Pacheco	1843	11	7 (63,64)	4 (36,36)	2	3	6	Pequeno
Luisa Barreto de Oliveira	Antonio Gomes da Silva, Manoel da Silva Riscado e	1847	3	0	3 (100)	NF	NF	3	Micro

¹⁰⁹ Propriedade de Ignácio Luiz Vieira, inventariada por Antonio Gonçalves da Silva e Antonio Luiz Vieira em 1877.

¹¹⁰ Centro da Lavoura e do Commercio. **Breve notícia sobre a primeira exposição de café do Brazil.** Op. cit.

¹¹¹ Inventários diversos, datados de 1838 a 1885, acomodados em 3 caixas e disponibilizados digitalmente pelos funcionários do Museu Solar dos Mellos.

¹¹² Cf. SALLES, Ricardo. **E o Vale era o escravo. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império.** Op. Cit., p. 155.

	Eduardo José Riscado								
Francisca Rosa de Santa Anna	João Golçalves de Oliveira e Antonio Gonçalves de Oliveira	1849	5	3 (60)	2 (40)	4	1	0	Pequena
Francisco Manoel de Figueiredo	Maria Candida de Figueiredo	1849	41	24 (58,54)	17 (41,46)	NF	NF	41	Médio
Eugenia Roza de Lima	Manoel José Nunes	1857	27	9 (33,33)	18 (66,67)	17	5	5	Média
Felizardo Carneiro da Silva	Catharina Maria do Desterro	1863	18	9 (50)	9 (50)	NF	NF	18	Pequeno
Ana Maria Magdalena	Manoel José dos Santos	1864	20	8 (40)	12 (60)	14	2	4	Média
Anna Affonso Pizão	Joaquim Gonçalves Martins	1865	17	10 (58,82)	7 (41,18)	NF	NF	17	Pequena
Anna Nogueira Guedes	José Joaquim Ferreira Guedes	1866	7	4 (57,14)	3 (42,86)	3	1	3	Pequena
Roza Maria da Conceição Bastos	José Gomes de Lima	1868	2	0	2 (100)	2	0	0	Micro
Benedicto Costa	D. Carlota Adelaide Costa	1875	11	7 (63,64)	4 (36,36)	NF	NF	11	Pequeno
D. Thereza Maria Pereira	Augusto Dumas	1875	8	5 (62,5)	3 (37,5)	1	7	0	Pequena
Victorio Jozé Barreto	D. Maria Joaquina da Conceição	1879	15	7 (46,67)	8 (53,33)	2	1	12	Pequeno
D. Emília Roza da Encarnação	João Jozé da Cunha Pinto	1879	12	3 (25)	9 (75)	NF	NF	12	Pequena
Fortunata de Mendonça Borges	Rodrigo José Ferreira Borges	1881	42	27 (64,29)	15 (35,71)	NF	1	41	Média
Euzébio de Queiroz Mattoso Ribeiro	Rachel Francisca de Castro Carneiro Mattoso	1885	109	50 (45,87)	59 (54,13)	86	32	0	Mega

*NF = Dado Não Fornecido. As linhas verdes representam a divisão dos documentos consultados por caixa de depósito.

Fonte: inventários da Região da Bacia dos Rios São João e Macaé, 1838-1885, SdM. O autor, 2023.

Dentre os que não entram para essa conta, alguns, apesar da grande fortuna que tinham, não declararam escravizados, seja por não possuir ou pelo interesse em omitir. Como o curioso caso do inventário de Ignácio Luiz Vieira, que possuía 300 braças de testada em terras com 600 braças de fundos, 1 casa para fazer farinha, 5 mil pés de café, 1 mandiocal, árvores frutíferas, tachos, forno e outros materiais de agricultura, mas não possuía escravizados; outros,

como Manoel Machado de Sá, não deixava bens significantes para a feitura do inventário; outros, ainda, empregavam tudo o que tinham no serviço da igreja, como o caso do Padre Florencio das Dores Maia.

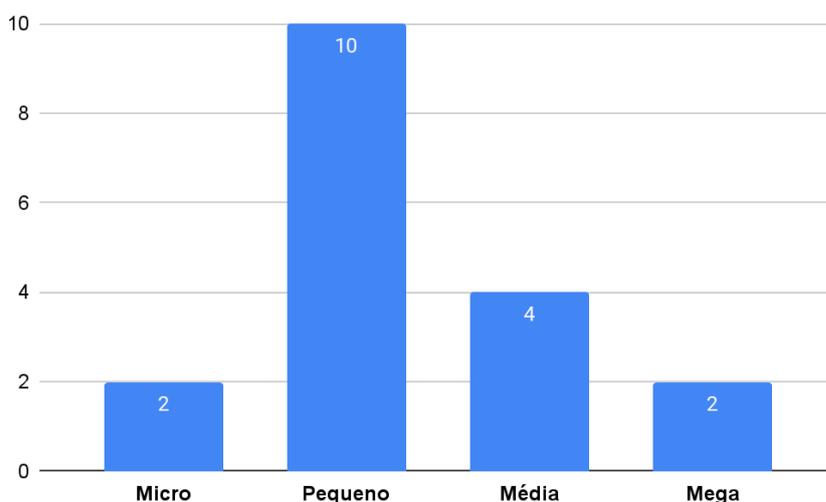
O número de escravizados arrolados nos testamentos perfazem o total de 490. Número relativamente baixo, considerada a importância que essa mão de obra tinha para o norte fluminense. Há que se levar em conta, no entanto, as diversas condicionantes que levam a esse número, como o baixo número de inventários existentes e a possibilidade de ocultação dos cativos nos números oficiais.

O número que se apresenta, no entanto, nos deixa perceber algumas características que podem ser fundamentais para entendermos o tipo de escravidão que se processava nessas bandas. Distribuídos entre 18 proprietários, esses escravizados compunham posses de diversos tamanhos.

Levando em consideração a classificação empregada por Ricardo Salles (2008, p. 155), podemos dividir a tipologia dos senhores de escravizados da região em: (1) micro, possuindo de 1 a 4 escravizados; (2) pequeno, de 5 a 19; (3) médio, de 20 a 49; (4) grande, de 50 a 99 e (5) mega, contando com 100 ou mais.

No caso aqui observado, a relação de proprietários pode ser observada no gráfico a seguir:

Gráfico 7 - Relação dos proprietários de escravizados por tamanho da escravaria na Região da Bacia dos Rios São João e Macé, 1838-1885.



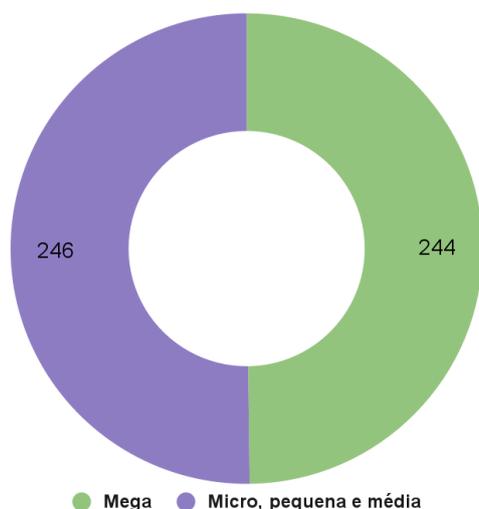
Fonte: SdM, inventários *post-mortem*. O autor, 2023.

Como se pode depreender do gráfico 7, existiam na região, em sua maioria, proprietários de pequeno porte, ou seja, aqueles que detinham entre 5 e 19 cativos. Os extremos,

micro e mega, eram um duplo: representados em número igual de possuidores, mas que se diferenciava muito na quantidade de escravizados de cada um. Enquanto as propriedades micro tinham 3 e 2 cativos, compostos ambos por uma mãe e suas filhas¹¹³, as mega propriedades chegavam a mais de 100 escravizados.

Desse fato decorre, por exemplo, a concentração de escravizados nas mãos dos mega proprietários. Dos 490 escravizados da região, 244 estavam nas mãos de 2 mega proprietários, enquanto 246 se dividiram entre os outros 16 proprietários inventariados, perfazendo uma concentração de 49,19% dos escravizados arrolados em apenas 2 proprietários. Observe o gráfico a seguir.

Gráfico 8 - Escravizados por tipo de propriedade na Região da Bacia dos Rios São João e Macé, 1838-1885.

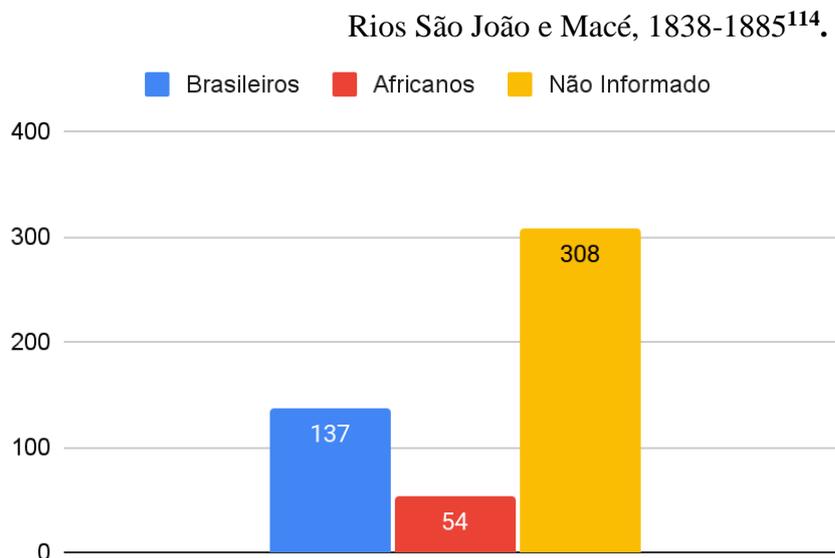


Fonte: SdM, inventários *post-mortem*. O autor, 2023.

Ao contrário do que constatou Ricardo Salles (2008, p. 198) para Vassouras, Daniel Gandra (2020) para Pirai e Rodrigo Marreto (2019) para Cantagalo durante grande parte do século XIX, a população de africanos na Região da Bacia dos Rios São João e Macaé não era grande. Em que pese fosse os desembarques continuassem a acontecer por grande parte do século XIX, os dados nos mostram que o número de crioulos, ou seja escravizados nascidos no Brasil, era superior ao de africanos.

Gráfico 9 - Procedência dos escravizados constantes nos inventários na Região da Bacia dos

¹¹³ Para maiores informações, cf. os inventários de Luisa Barreto de Oliveira (1847) e Roza Maria da Conceição Bastos (1868).



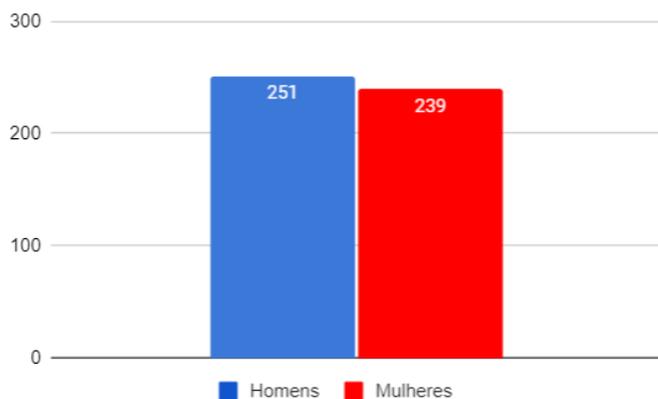
Fonte: SdM, inventários *post-mortem*. O autor, 2023.

Outra componente foi adicionada ao gráfico: aquela que diz respeito aos escravizados que não tiveram as suas origens descritas nos inventários. De qualquer maneira, caso optássemos por transferir a lógica que temos nos que tiveram as suas nacionalidades identificadas, a proporção se manteria, assim como continuaria válida a afirmação.

Outra situação se configura quando falamos da composição em relação ao sexo. O número expressivo de homens demonstra que a sociedade macaense seguia o fluxo de outras regiões escravistas, onde o número de homens era superior ao de mulheres. Em que pese essa configuração não tivesse unicamente a ver com a vontade dos senhores ou com o tipo de trabalho exercido em terras brasileiras, não podemos deixar de sublinhar as vontades inseridas nessa maioria masculina.

Gráfico 10 - Quantidade de Homens e Mulheres/Total constantes nos inventários na Região da Bacia dos Rios São João e Macé, 1838-1885.

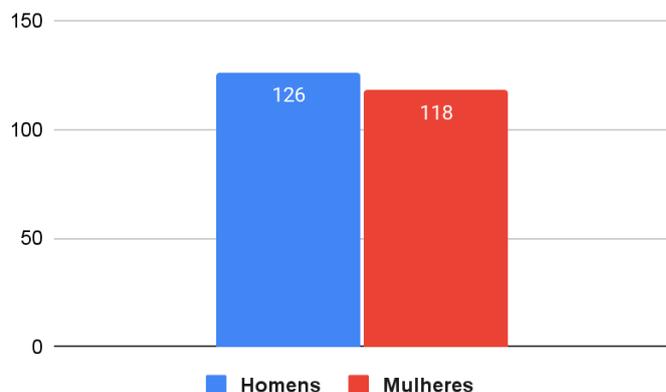
¹¹⁴ Nesse quantitativo constam 9 escravizados falecidos de Euzébio de Queiroz Mattoso Ribeiro, que foram considerados para a composição da nacionalidade, retirados da Matrícula Geral de Escravos anexa ao inventário, mas não se incluem nos bens inventariados, por motivos óbvios.



Fonte: SdM, inventários *post-mortem*. O autor, 2023.

A prevalência do sexo masculino era na razão de 51,22% do total, como se pode observar no gráfico 10. Embora houvesse maioria masculina, não podemos dizer que era uma maioria esmagadora. Essa distância continua a vigorar quando enfocamos apenas os mega proprietários, passando a corresponder a 51,63% de homens, como se pode observar abaixo.

Gráfico 11 - Quantidade de Homens e Mulheres/Mega Proprietários constantes nos inventários na Região da Bacia dos Rios São João e Macé, 1838-1885.

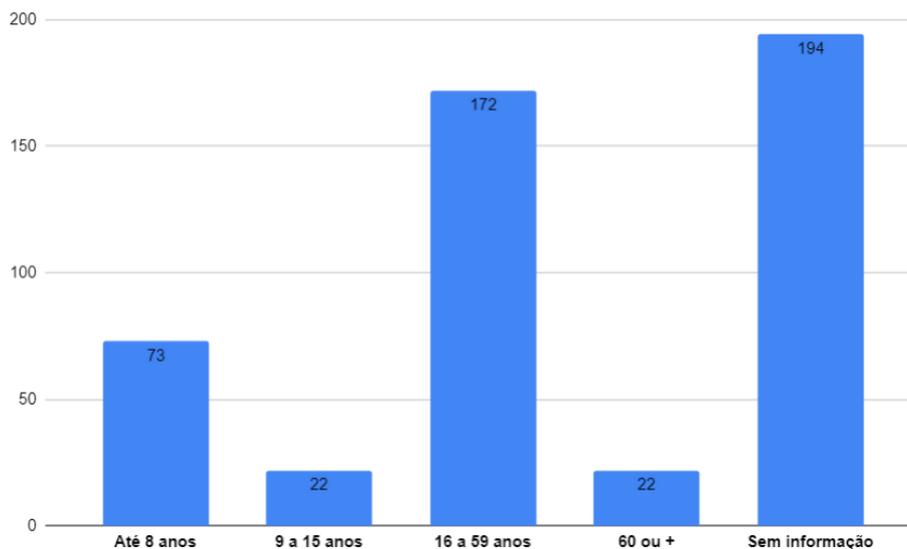


Fonte: SdM, inventários *post-mortem*. O autor, 2023.

Quando paramos para analisar a idade dos cativos, podemos verificar que há predominância de escravizados em idade laboral, ou seja, entre os 16 e os 59 anos¹¹⁵, excluídos os que não possuem informações relativas à idade.

¹¹⁵ Optamos por mesclar a divisão etária entre aquela praticada na época, que estabelecia o máximo da idade produtiva em 49 anos - utilizada por Ricardo Salles em **E o Vale era o escravo**, op. cit., e os dados referentes às iniciativas de libertação gradual, em especial o estabelecimento dos 60 anos na lei do sexagenário.

Gráfico 12 – Idade dos escravizados nos inventários post-mortem na Região da Bacia dos Rios São João e Macaé, 1838-1885.



Fonte: SdM, inventários *post-mortem*. O autor, 2023.

Perfazendo um total de 172 cativos, os que estavam em idade laboral simbolizavam 35,61% do número total. Se considerarmos apenas os que foram indicados com as suas respectivas idades, esse percentual sobe para 59,52%.

Muito embora a idade laboral estabelecida seja a partir dos 16 anos de idade, é verdade que algumas crianças apareciam nos inventários com profissões já bem delimitadas. Em que pese a entrada no mundo do trabalho para os escravizados acontecesse tão logo quanto possível, é pouco provável que uma criança de dois ou três anos já estivesse em exercício de suas funções laborais, como são os casos de Mérsia e Francisco, presentes no inventário da falecida Ana Maria Magdalena em 1864¹¹⁶. Agrava-se a impossibilidade desse serviço quando paramos para analisar o ofício: caixeiros. Não é de se estranhar que, independentemente de o termo caixeiro estar referido como o responsável pelo controle do fluxo de caixa em possíveis lojas de seco e molhados ou pela venda itinerante, Mérsia e Francisco não teriam habilidades suficientes para ambas as tarefas. Em posse disso, a opção mais crível é a de que o declarante estivesse entrevedendo uma continuidade geracional nas obrigações de trabalho, o que não seria de todo estranho. Nessa esteira de pensamento, essa constatação talvez indique a necessidade de um treinamento específico para a criança ao longo de sua formação.

¹¹⁶ cf. inventário de D. Ana Maria Magadela. Assim como Mérsia e Francisco, aparecem João e Paulina, com 4 e 5 anos, respectivamente.

Apesar da concentração de escravizados nas mãos de dois proprietários, como demonstrado nos gráficos 7 e 8 acima, seria enganoso pensar que havia, também, uma concentração das atividades exercidas.

Em que pese o inventário de Maria Gertrudes de Figueiredo realizado em Abril de 1838, com 135 escravizados em sua escravaria, não nos possibilite dizer a função exata de cada um deles, as suas outras posses nos dão uma pequena ideia. Contando com 200 mil pés de café em um terreno com 4.500 braças, Maria Gertrudes conseguiu deixar um montemor avaliado em 93:278\$200. É provável que os 93 contos de réis não tenham vindo apenas do trabalho com o cultivo do café, afinal, dentre os bens são destacadas ferraria completa, casa de farinha com pertences, olaria, forno, balanças, pesos e etc. Bem como, outros semoventes de diversas qualidades, como bovinos, suínos e equinos. Não bastassem essas informações, apesar de não nos ser possível afirmar a existência de famílias, dada a ausência de descrição destas ou até mesmo pela inexistência da idade dos escravizados, podemos também inferir que dentre o quantitativo demonstrado, havia algumas delas. Fosse pela "casa dos órfãos", avaliada em 1 conto e meio de réis (mesmo valor da casa de vivenda da dita proprietária), ou pela existência de cercados para quilombos.

O quilombo existente, ainda que não nos permita ter ideia de que tipo de sociabilidades eram mobilizadas ali, nos informa sobre a coexistência e os limites entre a liberdade e a escravidão. Assim como os quilombos, é possível afirmar que as famílias escravas existiam na região delimitada. Alguns plantéis, a exemplo dos micros proprietários, eram compostos em sua totalidade por famílias. É bem verdade que podemos indagar, por exemplo, qual composição familiar estamos considerando, já que no caso dos micro-proprietários são mães solteiras. Na propriedade de Roza Maria da Conceição, por exemplo, a escravaria era formada pela escravizada Victoria, crioula com 22 anos, e sua filha Maria, também crioula e com 2 anos de idade; no caso de Luisa Barreto de Oliveira, a escravaria era composta por Maria, de 44 anos e adoentada, e suas duas filhas Joana, com 15 anos, e Maria, com 5 anos.

Ana Maria Magdalena, citada anteriormente por ter em sua escravaria algumas crianças trabalhadoras, nos deixa entrever em seus inventários os laços familiares. Ao citar duas escravizadas, Joanna e Mariana, como sendo filhas de Genova e Petronilha, abre-nos um leque de interpretação. O primeiro véu entre o qual podemos olhar é, novamente, a existência de famílias nucleares dentro dos plantéis. No entanto, ao percorrermos o inventário, não achamos nem Genova e nem Petronilha em suas posses. Em que pese a morte de Genova e Petronilha fosse a opção mais óbvia, não trilharemos esse caminho. Em primeiro lugar: caso desejasse citar nominalmente o nome de todas as genitoras mortas, o teria feito para todos os outros de

sua escravaria, estabelecendo um padrão a ser seguido. Em segundo lugar, na mesma escravaria encontramos Sabrina (20 anos) e Ponciliana (16 anos) que eram forras com condição. Embora a condição de alforria não tenha sido divulgada em inventário e nem o motivo pelo qual ambas se encontravam à espera de suas manumissões, Sabrina e Ponciliana nos mostram que havia precedência para a alforria nas vivendas de Ana Maria Magdalena. Concluimos, portanto, que Genova e Petronilha possivelmente estavam vivas e tinham sido libertas por Ana Maria Magdalena. Por ainda viverem em locais próximos – ou quem sabe na mesma propriedade —, foram nominalmente citadas.

A situação de moradia dos cativos ainda continua sendo uma incógnita. Os dados aos quais tivemos acesso nos demonstram que as senzalas existentes eram bem aquém do que necessário. O preço de avaliação das mesmas provas que não apenas eram lugares pequenos, mas também como não tinham grande importância dentro do cabedal que fazia parte das riquezas dos detentores de escravizados.

O material de construção, muitas vezes descrito como insuficiente, não era o dos melhores. Não é possível estabelecer uma comparação direta entre as casas de vivendas senhoriais e as senzalas, dada que a importância das primeiras era não apenas monetária, mas também simbólica, por representar a ambiência de reprodução da classe senhorial, seus gostos e costumes. Nem é esperado também que os senhores habitassem em condições análogas às experienciadas pelos seus trabalhadores. Mas a discrepância deve ser pontuada, dado que algumas senzalas aparecem descritas como avaliadas em menor relevância se comparadas, por exemplo, com alguns mobiliários.¹¹⁷

Não me parece ser possível afirmar que as famílias escravizadas da região em análise tenham tido o privilégio de possuir casas separadas para viver. O contrário, no entanto, era uma prática comum, se levarmos em consideração as fazendas existentes no Vale do Paraíba e no Oeste Paulista¹¹⁸. Nessas, embora fosse possível perceber o estabelecimento de senzalas comunitárias, também existiam aquelas separadas para as famílias, que recebiam o privilégio de morar em separado como recompensa.

No caso de Euzébio de Queiroz Mattoso Ribeiro, filho do Ministro de Justiça Eusébio de Queirós, responsável pela Lei de 1850 que delimitou o fim do tráfico para o Brasil, a

¹¹⁷ No inventário de Felizardo Carneiro da Silva, por exemplo, são descritas 8 senzalas, casinhas cobertas e deterioradas, pelo montante de 56\$000 (ao custo de 7\$000 cada), enquanto a cômoda da casa, feita de cabiúna, valia 20\$000.

¹¹⁸ Para o Vale do Paraíba, cf. SALLES, Ricardo. op. cit., p. 180. Para o Oeste Paulista, cf. SLENES, Robert W. op. cit.

escravaria era um pouco mais diversificada, levando em consideração que para este temos as informações constantes na Matrícula de Escravos¹¹⁹.

Algumas indicações extras devem ser feitas quando comparados o inventário e o registro de escravizados provenientes da Matrícula de Escravos. A primeira delas é aquela referente ao fluxo de escravizados. Apesar de serem indicados 109 no inventário *post-mortem*, as indicações na Matrícula nos permitem afirmar que o número era superior.

Destes, podemos destacar: Na corte, com os filhos que se mudaram: 1 (Aureliana, 31 anos, brasileira e pajem); Libertos 11 (p. 1, todos brasileiros, 7 libertos e 2 libertos condicionalmente; 2, p. 3; 1, p. 4). Não é possível afirmar com exatidão a condição que pairava sobre a liberdade condicional de Irinêo e Jorge (ambos pajens e libertados em julho de 1885).

O trabalho de Márcio Soares (2009) para a região de Campos dos Goytacazes, vizinha da aqui analisada, sugere que 74,6% das condições impostas aos escravizados com liberdade condicional estavam atreladas à prestação de serviços até a morte do seu senhor, 13,3% de seu cônjuge e 12,1% a parentes e outros legatários (SOARES, 2009, p. 173). Levando em consideração a especialização do trabalho para ambos e o fato de que em março de 1882 já havia sido liberto o escravizado Aureliano, também pajem e que constava anteriormente como na Corte em companhia dos filhos do seu senhor, é provável que Irinêo e Jorge também tenham sido condicionados à prestarem serviços com outros familiares de seu senhor, ainda que em outras localidades. Seguem-se 27 falecidos e 3 vendidos (destes, cabe destacar um escravizado de 8 anos de idade, vendido depois de 1872, quando o registro foi feito, ou seja, depois da Lei do Ventre Livre).

Estas constatações nos permitem somar aos números indicados no inventário a quantidade de 42 outros escravizados que passaram pelos plantéis do referido proprietário. Além disso, o registro permite que a especialização e o local de nascimento dos mesmos sejam extraídos, ainda que não em sua completude, pois alguns dos registrados não possuem as respectivas indicações. Daqueles que podemos coletar, 32 dos 118 eram africanos.

Dentre os 32 africanos, as seguintes profissões: roça, hospedeira, foguista, caseiro, tratador de porcos, maquinista, carpinteiro, barqueiras e outros. Cabe ainda destacar entre os africanos, 2 apontados como tendo como especialização "saber ler" e outros 2 que foram dispensados do serviço por sua pouca habilidade para o trabalho. Além disso, destacamos, entre

¹¹⁹ Conforme a legislação vigente à época, especialmente o Art. 2º do regulamento n. 4.835 de 1º de dezembro de 1871.

os brasileiros: carpideiras, enfermeiras, guia de carro, pedreira, feitor, ferreiro, serviço doméstico, galinheiro e cozinheiro.

Desta grande diversidade, chamam a atenção 5 pessoas. Aquelas descritas como barqueiras fazem renascer, dentre as diversas profissões, aquelas ligadas ao mar. Sendo todas elas mulheres, africanas e viúvas, contavam com idades (57, 66, 62, 55, 62 anos) que demonstraram que, possivelmente, o seu ofício fora aprendido em solo africano.

A utilização de pescadores na colonização portuguesa não era uma novidade que se guardou exclusivamente para as terras americanas. No caso dos pescadores africanos, a implementação da atividade pesqueira deu-se, também, nas ilhas do Atlântico. Cabe ressaltar aqui aquela praticada a partir da década de 1460 em São Tomé.

Servindo de um ponto de confluência para o tráfico de escravizados oriundos da Costa da Mina, São Tomé, capital da capitania de mesmo nome, acostumou-se a ver a população negra participando da vida social, ainda que em condições de escravização. Por esse mesmo motivo, a mobilidade social era baseada no conflito. Isso se justifica porque, quando se leva em consideração os angolares - nome que receberam os africanos escravizados levados para a ilha -, havia uma recusa do trabalho na agricultura, em contraposição ao já exercido em suas comunidades originais ligadas à pesca (SEIBERT, 2004).

3. POSSUIR ESCRAVIZADOS NA REGIÃO DA BACIA DOS RIOS SÃO JOÃO E MACAÉ NO SÉCULO XIX, UMA CONFIGURAÇÃO DE MEGA PROPRIETÁRIOS.

Até aqui nos debruçamos sobre a conformação histórica da Região da Bacia dos Rios São João e Macaé. Buscamos entrever nas fontes disponíveis as conexões que se estabeleceram entre o rio, o mar e as gentes que com ele interagem e se mesclavam. Nesse sentido, pudemos observar que o processo de criação da vila de Barra de São João esteve fortemente ligado ao caráter fluvial e de sua importância no comércio de cabotagem, bem como à produção agrícola, característica que compartilhava com Macaé, a vila vizinha da qual havia se emancipado.

Ademais, tivemos também o esforço de entender como se dava a posse de escravizados na região. Em Barra de São João, assim como em grande parte do oitocentos fluminense, a posse de escravizados, na localidade que denominamos de região da Bacia dos Rios São João e Macaé, teve faces distintas, indo da grande propriedade à micro propriedade, que empregava geralmente não mais de 5 escravizados trabalhando junto aos seus senhores. Essa diversidade de propriedades, no entanto, não foi suficiente para fazer com que a posse de escravizados fosse desconcentrada. Pelo contrário, observamos que 49,19% dos escravizados arrolados em inventários disponíveis no SdM estavam concentrados nas mãos de somente dois proprietários.

O capítulo que se segue tem como objetivo entender de forma mais verticalizada a posse de escravizados na região da Bacia dos Rios São João e Macaé tendo como ponto de partida os dois inventários de mega proprietários que sobreviveram ao tempo, a saber: Maria Gertrudes de Figueiredo e Euzébio de Queiroz Mattoso Ribeiro. Fizemos essa escolha, pois esses dois documentos reúnem a maioria das pessoas escravizadas que ali viviam. Para tanto, o leitor nos acompanhará em uma incursão nos registros dos inventários deles, bem como a documentação também arrolada nos processos. Além de perceber a posse de escravizados, o capítulo tem como finalidade, sempre que possível, perceber como se dava a organização social dos mesmos.

Conforme foi apresentado no capítulo anterior através do gráfico 7, o número de senhores de escravizados considerados mega propriedades era composto pela minoria. No entanto, embora os 2 proprietários representassem apenas 11,11% dos 18 que compunham o total, o número de escravizados que dominavam exprimia 59,66% dos 490 cativos encontrados em todos os inventários. Nesse sentido, embora não fossem a maioria em número que expressasse certo predomínio social dos mega proprietários, o papel simbólico e o poder econômico que emanavam de sua escravaria eram responsáveis por criar padrões para outros

senhores, políticas e econômicas ali encontradas. Nesse capítulo, portanto, a análise se centrará nas posses dessas duas pessoas que eram mega proprietárias, a saber: Maria Gertrudes de Figueiredo e Euzébio de Queiroz Mattoso Ribeiro.

Antes de adentrarmos nessas mega propriedades, no entanto, é importante ressaltar que as micro, pequenas e médias propriedades não devem ser ignoradas. Pelo contrário, estudos demonstram ser possível afirmar que, em muitas regiões escravistas, esses pequenos senhores eram a maioria numérica dos proprietários (Mattos, 2013, p. 43). Importantes expoentes na produção para o mercado interno, as micro, pequenas e médias propriedades exerciam um papel de complementação àquelas voltadas para a *plantation*¹²⁰. É nelas, também, que se pode ver com maior frequência o trabalho conjunto entre senhor de escravizado e os próprios escravizados — ainda que em atividades diferentes. Muitas delas, compostas por apenas um grupo familiar, como o caso anteriormente relatado de Luisa Barreto de Oliveira (1847) e Roza Maria da Conceição Bastos (1868), compartilhavam não apenas a labuta, mas a habitação.

Nesse estreitamento de laços era possível observar o surgimento de relações específicas. Afinal, ainda que formalmente donos de escravizados, o trato para com esses era diferenciado para que a coabitação não fosse prejudicada ou inviabilizada. Em que pese não tenhamos acesso aos registros oficiais que demonstrem a vinculação dos produtos que saíam pelo porto da cidade para as suas respectivas fazendas de produção, o número de cafeeiros e outros produtos agrícolas presentes nos testamentos e inventários, bem como o maquinário disponível, nos deixa perceber a pertinência dessas fazendas tidas como pequenas propriedades, não apenas para a produção no mercado interno, mas também no conjunto do comércio com a corte. Logo, não podemos deixar de levar em consideração aquelas propriedades tidas como de menor fôlego, quando consideradas as propriedades da região.

A complementaridade entre as grandes e mega propriedades e as de menor porte não é uma especificidade do caso brasileiro. Em outras regiões escravistas o mesmo aconteceu. Podemos encontrar um paralelo para essa realidade em Diane Burke (2010) no caso do fazendeiro Stephen Hempstead, com sua propriedade no Missouri, que relatou em seus diários o "infundável, mas necessário trabalho" que realizava junto à sua esposa e aos seus escravizados. Não muito diferente também era a relação com o trabalho especializado, que era alugado quando era necessário complementar a mão de obra qualificada que faltava. Quando

¹²⁰ Cf. Mattos, 1987 APUD Mattos, Hebe. **Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista (Brasil, século XIX)**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013, p. 19.

ampliamos o enfoque na sociedade do Missouri, podemos observar maiores semelhanças com a sociedade brasileira do oitocentos: ambas eram extremamente dependentes do trabalho escravizado; a agricultura era o carro chefe da economia, no caso estadunidense a produção ficava a cargo do milho; existia uma produção paralela para o mercado interno, pecuária suína. Cabe salientar, também, a existência de grande desenvolvimento de navegação fluvial para o escoamento da produção, em especial do rio Missouri.

Nessa complexa sociedade, por mais que dependessem de certo apadrinhamento dos grandes nomes das diversas regiões, as relações horizontais entre esses grupos menos abastados e com propriedades menores em tamanho, mas igualmente grandes em importância, era o que dava a sustentação para a coesão social, tornando-as conectadas em suas diversas faces.

3.1 Maria Gertrudes de Figueiredo

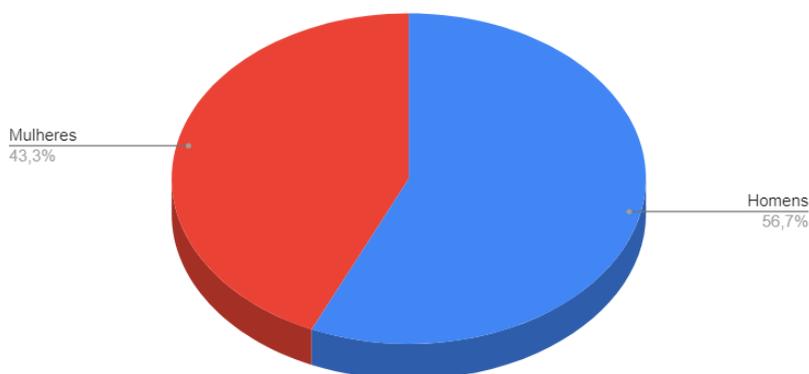
Optamos por iniciar a nossa incursão pelo inventário de Maria Gertrudes de Figueiredo não apenas por ter antecedido cronologicamente o outro caso analisado, mas também por ter sido feito o inventário em outras bases. Como não havia à época de inventariamento dos bens da mesma, a saber: 21 de abril de 1838, a obrigatoriedade do Registro de Matrículas de Escravos - tornado mandatário apenas mediante o artigo 8º da Lei Nº 2.040, de 28 de setembro de 1871, popularmente conhecida como a Lei do Ventre Livre -, as informações reunidas acerca dos escravizados de sua escravaria são tão gerais quanto mandava o costume da época. Como a pretensão aqui levantada é a de observar esses agentes sociais, a nossa ação fica mais limitada com a falta de detalhamento. Mas, ainda assim, não serão medidos esforços para extrair das informações disponíveis o máximo possível.

Embora tivesse grande quantidade de escravizados, Maria Gertrudes de Figueiredo não consta em noticiários da época e o que se sabe sobre a sua morada, além do inventário feito por seu cônjuge, são aqueles encontrados e retirados por tabela do relato de Charles Darwin, quando da sua passagem em 1832 pela região. Embora tenha andado muitas vezes erratically pelas fazendas brasileiras, ao sabor daqueles que lhe ofereciam paragem, Charles Darwin chega à Fazenda Sossego porque Manoel Figueiredo era “parente de um membro de nossa comitiva” (DARWIN, 2013, p. 32). Embora nada fale sobre as características particulares e individuais de seus anfitriões, deixa-nos um discurso sobre aquilo que mais lhe interessava: como a vida daquela fazenda se processava, em especial os gêneros ali plantados

— com papel de destaque para o café, bem como a fauna, flora e aspectos climáticos. Manoel Joaquim de Figueiredo, cônjuge de Maria Gertrudes de Figueiredo e tenente coronel, foi, também, o inventariante citado na documentação encontrada no Museu Solar dos Mellos. Ambos possuíam três filhos: Maria Gertrudes de Figueiredo Laurie, Manuel Joaquim de Figueiredo e Bernado Joaquim de Figueiredo, todos maiores de 21 anos e aptos a participarem da partilha dos bens deixado por Maria Gertrudes. Dito isto, passemos ao coletado no inventário.

O primeiro critério de diferenciação que pode ser questionado é o de sexo. Composto por 135 escravizados, a escravaria de Maria Gertrudes contava com 76 homens e 58 mulheres¹²¹. Essas cifras nos levam aos seguintes percentuais:

Gráfico 13 – Relação Percentual entre Homens e Mulheres na escravaria de Maria Gertrudes de Figueiredo, 1838.



Fonte: inventário de Maria Gertrudes de Figueiredo, SdM. O autor, 2024.

O fator sexo aparece, quase sempre, aliado à idade, à nacionalidade (africanos ou brasileiros) e à região de embarque, no caso dos que por ventura fossem africanos, como os primeiros dados que se levantam para se ter uma noção das condições específicas da escravaria. No entanto, não temos esses dados arrolados no inventário, contamos apenas com uma exceção. Essa fica por conta de Lair, que, apesar de não ter nenhuma outra pessoa com o mesmo nome, é indicado como sendo rebolo, proveniente, portanto, do porto de Angola.

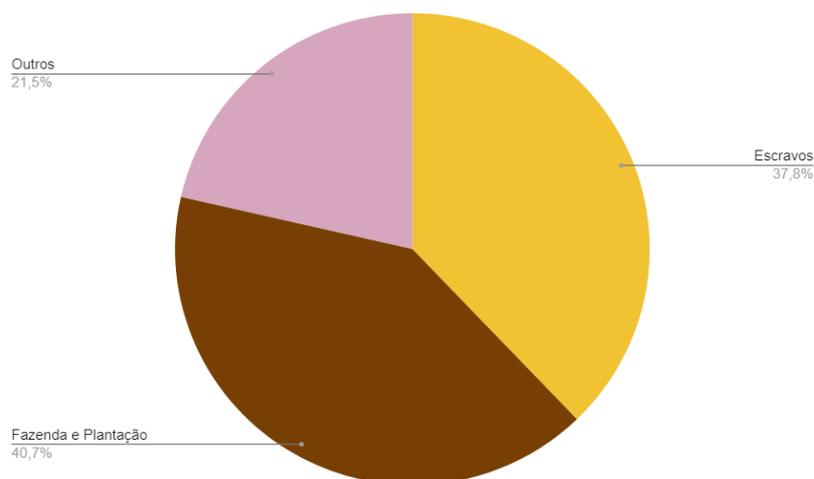
Como é de se esperar, não havia indicação das profissões exercidas pelos escravizados. Existem duas exceções, um padeiro e um capoteiro. No entanto, mais que um sinal de preocupação com a delimitação da especialização para incremento no preço desses

¹²¹ Dos nomes apresentados, não foi possível identificar o sexo de uma pessoa, incluída no quantitativo total, devido a sua baixa relevância no todo.

escravizados, essa nomeação se dá porque os nomes em si - José e Manoel - eram comuns e, portanto, a indicação da especialização servia como uma característica de distinção pessoal. No entanto, quando analisamos o comentário de Darwin (2013, p. 32ss) sobre a sua estadia na Fazenda Sossego, ele ressalta a existência de diferenciação bem delimitada para os ofícios, dado que existe um criado “cuja única função era enxotar da sala alguns cães, bem como um grupo de crianças negras que se aproveitava de todas as oportunidades para entrar.”

Muito embora o conjunto de escravizados avaliado em 35:270\$000 contos de reis representasse 37,81% de seu monte-mor de 93:278\$200 contos de reis, não é possível afirmar que existia uma variedade de investimentos. Isso porque os outros 38:000\$000 contos de reis, estimados em 40,74% do monte-mor, também eram aplicados aos serviços relacionados à roça, a saber: 18:000\$000 alocados em 4,500 braças de terras e 20:000\$000 em 200 mil pés de café. Logo, essa atividade ficava responsável por 78,55% do total da riqueza amealhada.

Gráfico 14 – Proporção da posse escrava e das atividades relacionadas à agricultura no monte-mor de Maria Gertrudes de Figueiredo, 1838.



Fonte: inventário de Maria Gertrudes de Figueiredo, SdM. O autor, 2024.

Algo que chama demasiada atenção no inventário de Maria Gertrudes é a existência de cercados da máquina e do quilombo na propriedade. A existência do quilombo dentro da rotina da fazenda e a sua delimitação como propriedade do senhor de escravizados é algo não muito frequente, dado a característica de refúgio e resistência dos escravizados que os quilombos tinham. Avaliado em 1:000\$000 contos de reis, talvez seja essa a “oficina para os negros, que tinham aprendido a fazer vários trabalhos” ressaltada por Darwin (2013, p. 32) em sua passagem pela fazenda.

Aqui cabe levar em consideração a ideia desenvolvida por Flávio Gomes em sua tese de doutorado intitulada *A Hidra e os pântanos* (1997) e em livro posterior de nome *História de quilombolas* (2006), onde defende que a existência dos refúgios quilombolas, em muitos casos, tinham grandes conexões com as comunidades adjacentes (livres, libertas, escravizadas, indígenas etc.) e delas participavam econômica e socialmente, como também delas recebiam participação. Foge a ideia, portanto, de que os quilombos seriam reconstituições romantizadas de uma África mítica e apenas uma reação aos desmandos do julgo da escravidão. Coloca no centro, por sua vez, a concepção de quilombo como uma ação e criação de mundos diversos — tais como diversos foram as constituições de quilombos no Brasil e na diáspora africana nas Américas.

No caso analisado, esse cercado do quilombo poderia, assim como nos informa Flávio Gomes (1997, 2006) para o Rio de Janeiro e para outras regiões, manter relações diretas entre os escravizados que plantavam em suas parcelas de terras destinadas à brecha camponesa e os quilombos, formando uma economia camponesa (1997, p. 16). Assim como também podem demonstrar ser esse o caso de um quilombo reivindicatório, que se caracterizava pela presença do refúgio no espaço contíguo às terras do próprio senhor e com duração variada, podendo variar de meses a anos.

O que no documento original aparece como “cercados da Fazenda, da máquina e do quilombo, por hum conto de reis”, embora não tenham o mesmo papel simbólico que a casa de vivenda da família, desta só se diferenciava monetariamente por 500 reis, já que a casa de vivenda aparecia avaliada em 1:500\$000. Além disso, a sua disposição ao longo do texto do inventário talvez também nos denote o lugar que ocupava. Não aparece ao lado dos primeiros bens declarados, como as braças de terras, os pés de cafés, as arrobas de café em coquinhos para serem beneficiadas e a casa de vivendas. Pelo contrário, aparece ao lado de bens de menor importância como pilões, telhas, relógios, éguas e outros animais.

Independentemente da maneira pela qual se configurassem ou a qual propósitos servissem, os cercados de quilombo aqui destacados faziam parte de um cabedal consciente e seriam deixados em herança para outrem. Integravam uma fortuna e faziam aumentar o prestígio social daquele que a possuísse ou viesse a possuir, sendo importante chave de distinção social, ainda que parecesse violar o sistema no qual se baseava.

A existência da percepção de comunidade escrava nessa região também pode ser extraída do relato de Darwin. Pela manhã, diz o autor que foram entoados hinos por todos os trabalhadores. Não somente, nos sábados e domingos “trabalham para si próprios” (p. 33). Essa relação foi categorizada como a *brecha camponesa* por Ciro Flamarion Cardoso (1987) e

demonstra a possibilidade de uma roça particular oferecer certa autonomia para os escravizados, ainda que sobre a observância e posse legítima do senhor. Essa autonomia, que não oferecia perigo real para o estabelecimento da escravidão no país, privilegiava ambos, ainda que de maneira desigual. O escravizado conseguia maior domínio sobre a sua alimentação — consumindo também aquilo que plantava e trocava com os companheiros de cativeiro, não apenas o fornecido pelo senhor — e, porventura, conseguia também angariar recursos para comprar a sua alforria e a de seus familiares. Para o senhor, por outro lado, representava um alívio nos gastos reservados para a alimentação dos escravizados e fazia com que os mesmos criassem vínculos com o local, diminuindo as possibilidades de frequentes rebeliões.

Um exemplo claro dessa prática pode ser encontrado nos relatos do Barão do Paty do Alferes, para quem

O fazendeiro deve, o mais próximo que for possível da sede da fazenda, reservar uma porção de terra onde os escravos fação as suas roças, plantação de café, milho, feijões, bananas, batatas, carás, aipim, canas, etc. Não se deve, porém, consentir que a sua colheita seja vendida a outrem, e sim a seu senhor, que deve fielmente pagar-lhes por um preço razoável, isto para evitar extravios e frequências das tavernas. (1878, p. 24-5).

Não só na diversidade alimentar, o benefício da roça poderia se estender ao que o Barão chamou de “amor ao país” (1878, p. 25) e ao consumo do tabaco, roupas diferenciadas e outras atividades que ao escravizado aprovesse. Ao lado dessa brecha, o dia santo também exercia um papel de importância, já que servia para inculcar a moralidade e os bons costumes, bem como contribuía, assim como a brecha, para melhorar a obediência. Essas constatações, semelhantes às observadas em outros planteis, demonstram que a comunidade formada por parentesco ou outros laços de solidariedade também tinha lugar na propriedade de Maria Gertrudes, além das negociações de autonomia e liberdade entre cativos e senhores.

Embora contasse com 126 bovinos e 38 equinos em seus bens, esses representavam pouco em seu monte-mor, 3:179\$000 ou 3,41%. Causa espanto, por outro lado, que Charles Darwin tenha salientado o número expressivo desses animais quando de sua passagem pelas terras de Maria Gertrudes e sua família. A quantidade de móveis também é algo salientado por Darwin e comprovado no inventário, em que pese o mesmo ressalte o descompasso entre a casa simples os móveis em contraste (Darwin, 2013).

Como podemos ver no inventário, é possível encontrar dentre os itens avaliados: “3.068 oitavas de prata, 613\$600; 1 caixa de ouro com 24 oitavas, 48\$000; 1 botão de brilhantes, 150\$000; 18 cadeiras de cabiúna, 54\$000; 2 cadeiras de cabiúna de braço, 10\$000; 1 sofá de

cabiúna, 16\$000; 1 mesa redonda, 16\$000; 2 aparadores, 20\$000; 1 guarda louça, 16\$000; 1 aparelho de chá rico, 32\$000; 1 aparelho de chá inferior, 16\$000; 1 aparelho de chá muito inferior, 8\$000; 1 serviço para chá de mesa, 15\$000; 18 garrafas de cristal, 18:000; 44 copos de cristal para água, 16\$000; 59 cálices, 9\$440; 6 compoteiras, 9\$600; 8 mesas de cabiúna, 10\$240; 4 marquesas, 48\$000; 3 candieiros de bronze e 1 de facha, 96\$000; 2 armários, 32\$000; 1 botica, 30\$000; 1 relógio de pêndulo, 100\$000; 1 relógio de ouro com cordão do mesmo, 286\$000;” Relógios de pêndulo e de ouro, candeeiros, armários, boticas, bacias e talheres de diferentes materiais e estado de conservação, mobiliário mais robustos como marqueses, guarda roupas e sofás em cabiúna, bem como aparelhos de jantar, de chá e outros utensílios para a alimentação compunham o leque de possibilidades. Nesse sentido, talvez aqui encontremos uma confirmação para a ideia que defendemos da importância conferida ao luxo nas mega propriedades.

Além desses, uma casa de farinha e seus pertences, bem como o tacho, a olaria e o forno demonstram a diversidade da produção na agricultura. Mas, ainda compõe o conjunto de bens, uma máquina de cerrar, chamando a atenção para a especialização no trabalho com a madeira, provavelmente realizado para a manutenção periódica das construções e cercas. Pode-se citar, em especial, o trabalho com troncos de árvores que serviam para a construção de canoas, como a que estava sendo construída pelo próprio Manoel, quando do retorno de Darwin à Fazenda Sossego, no dia 18 de abril de 1832. Os seus 21 metros de extensão e o empenho pessoal do proprietário da fazenda em construí-la demonstram a possibilidade de utilização cotidiana das mesmas na região que eram banhada por rio e mar.

O inventário é classificado como amigável e todos os filhos são maiores de 21 anos, ficando o mesmo ao mesmo tempo descrito e já dividido em quinhões para que os mesmos pudessem desfrutar das partes que lhes cabiam. Nesse sentido, os bens arrolados são divididos em quinhões aos herdeiros legítimos da seguinte forma: (1) ao cabeça do casal, a saber: Manoel Joaquim de Figueiredo – meações do total líquido de 56:589\$411 em 28:294\$705; (2) a Roberto Laurie, tido “por cabeça de sua mulher” D. Maria Gertrudes de Figueiredo Laurie – 12 escravizados, terras, pés de café e porção em dinheiro perfazendo o total de 9:431\$568. Aqui, apesar de ser maior de 21 anos, conforme costume da época, as mulheres eram representadas em seus negócios por seus maridos, por isso a menção de Roberto Laurie como cabeça de sua mulher; (3) a Manoel Joaquim de Figueiredo – 9 escravizados, terras pés de café e porção em dinheiro perfazendo o total de 9:431\$568; (4) Bernardo Joaquim de Figueiredo – 11 escravizados, terras, pés de café e porção em dinheiro perfazendo o total de 9:431\$568.

Essa divisão de bens demonstra a continuidade dos escravizados sob a posse da mesma família. Não é possível saber se os agora legítimos donos continuaram habitando a mesma fazenda ou, até mesmo, se permaneceram na freguesia. No entanto, independente de suas movimentações, o status e a riqueza gerada e acumulada os acompanharia, podendo ser adicionada via tráfico atlântico, interprovincial e pela diversificação das atividades profissionais exercidas. Os outros escravizados não divididos, possivelmente foram vendidos para o pagamento das dívidas, estimadas em 36:688\$789 e para o angariamento da quantia paga em dinheiro em cada um dos quinhões relacionados.

3.2 Euzébio de Queiroz Mattoso Ribeiro

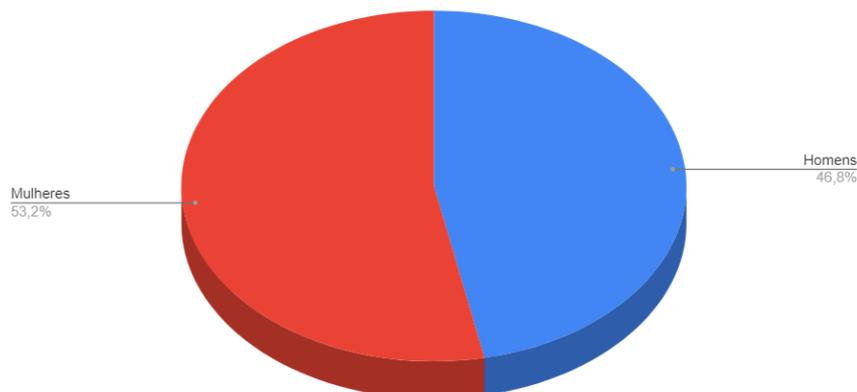
O segundo inventário analisado é de Euzébio de Queiroz. Não podemos deixar de pensar que a fama da família do personagem o precede, dada a importância política que o seu pai, Eusébio de Queirós Coutinho Matoso da Câmara, obteve durante o período imperial brasileiro, atuando como deputado, senador e ministro. O patriarca foi responsável pela Lei nº 581, de 4 de setembro de 1850, que objetivava colocar fim ao tráfico atlântico de escravizados e assim o fez, ainda que dentro dos limites práticos da ação da classe senhorial.

Não é possível precisar, com certeza, quando Euzébio Ribeiro começou a angariar para o seu cabedal o número de escravizados que declarava ter em seu inventário. Mas é possível imaginar que essa feitura tenha sido um trabalho de longa data. Ainda que não mencione no inventário, é crível que alguns dos que lá constavam poderiam ter sido fruto de herança, tanto dele quanto de sua esposa. No caso de Euzébio Ribeiro, no entanto, algo deve ser salientado: por ter falecido posteriormente à Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871, popularmente conhecida como a Lei do Ventre Livre, era obrigatório que tivesse realizado um Registro de Matrículas de seus escravizados. Nesse sentido, sempre que possível, os dados do inventário e do Registro de Matrículas serão cotejados.

Ao que nos cabe no momento, o inventário de Euzébio fez constar a posse de 109 escravizados. Não buscou fazer distinção entre os que eram nascidos no Brasil e os provenientes de África, mas nos deixou informações concernentes às idades e ao sexo. Desse modo podemos afirmar que entre os 109 trabalhadores cativos, 51 eram homens e 58 eram mulheres, como se pode observar no gráfico abaixo.

Gráfico 15 – Relação Percentual entre Homens e Mulheres na escravaria de Euzébio de

Queiroz Mattoso Ribeiro, 1885.



Fonte: inventário de Euzébio de Queiroz Mattoso Ribeiro, SdM. O autor, 2024.

A tabela e no gráfico dispostos abaixo apontam que as idades não seguiram um padrão muito rígido. Esse padrão não muito rígido e com acentuado número de crianças menores de 14 anos nos revela a alta concentração de reprodução natural na escravaria de Euzébio, que ao fim do século 19, não acolhia as almas do tráfico atlântico e as colocava como ingênuos, aqueles que, por força da lei, haviam nascido após o Registro de Matrícula realizado em 1872.

Tabela 3 – Faixa etária dos escravizados e ingênuos constantes na escravaria de Euzébio de Queiroz Mattoso Ribeiro, 1885.

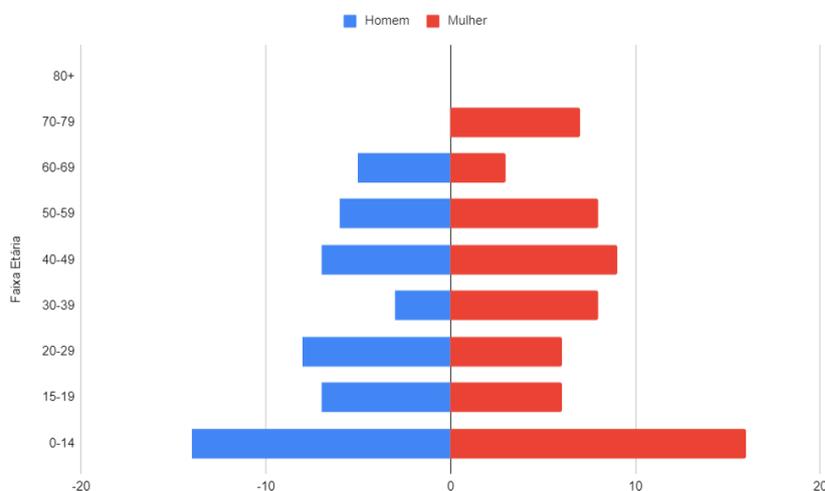
Idade/Sexo	Homem	Mulher
0-14	14	16
15-19	7	6
20-24	4	4
25-29	4	2
30-34	1	5
35-39	2	3
40-44	4	4
45-49	3	5
50-54	1	8
55-59	5	0
60-64	4	2
65-69	1	1
70-74	0	3

75-79	0	4
80-84	0	0
85-89	0	0
90-94	0	0
95-99	0	0
100+	0	0

Fonte: inventário de Euzébio de Queiroz Mattoso Ribeiro, SdM. O autor, 2024.

Como pode-se observar, há um claro predomínio de homens em idade laboral. Já as mulheres encontravam-se com meia idade. A base mais alargada, no entanto, mostra uma falsa continuidade da escravidão, já que as crianças eram ingênuas, ou seja, livres.

Gráfico 16 – Pirâmide etária dos escravizados na escravaria de Euzébio de Queiroz Mattoso Ribeiro, 1885.



Fonte: inventário de Euzébio de Queiroz Mattoso Ribeiro, SdM. O autor, 2024.

Como o gráfico acima demonstra, o processo de envelhecimento pode ser destacado de maneira a perceber que as mulheres tinham mais longevidade que os homens. Dos quinze escravizados com 60 anos ou mais, dez eram mulheres e cinco homens. Destas 10 mulheres, sete tinham mais que 70 anos, enquanto que nenhum homem foi encontrado nessa faixa etária. No entanto, esse processo de envelhecimento não era com qualidade. Dos cinco escravizados relatados como doentes no inventário, quatro eram homens, com idade entre 40 a 58 anos, e uma era mulher, com 40 anos. Além disso, entre as mulheres na meia idade e na velhice também

se podia observar alto grau de inválidas. Dentre os homens esse número chegava a sete, compreendendo os cinco homens que possuíam mais de 60 anos e outros dois com 40 e 45 anos. Já entre as mulheres, esse número era reduzido a três, com 39, 45 e 48 anos de idade. Disso, obtêm-se que: em que pese as mulheres tivessem maior expectativa de vida, os homens quando chegavam à idade avançada já estavam em situação de invalidez, provavelmente acentuada pelo trabalho.

Outro fator importante a ser pensado é o fato de que dentre os que constavam no inventário, 15 escravizados aparecem sem valores de venda discriminados. Destes, 10 são mulheres e 5 são homens. Todos, no entanto, possuem mais de 60 anos. A lógica aplicada, por sua vez, deve levar em consideração as discussões da Lei de Setembro de 1885 que garantia a liberdade aos sexagenários, mas que ainda não tinha sido de fato aprovada, dado que o inventário é levantado em agosto de 1885. Ao mesmo tempo, é possível perceber como o número de mulheres que chegou aos 60 anos é o dobro dos homens. Cabe observar, ainda, que dentre as mulheres, 7 estavam com mais de 70 anos, uma delas com 79, e os 5 homens representados nesse recorte não ultrapassavam os 65 anos de idade.

Os escravizados com 60 anos ou mais não tinham valores discriminados. O inventário foi feito em 07 de agosto de 1885, portanto, dias antes da Lei Saraiva-Cotegipe, Lei n.º 3.270 de 28 de setembro de 1885, popularmente conhecida como Lei do Sexagenário, que tornaria livres os escravizados com 60 anos ou mais. Nesse sentido, embora apareçam no inventário, as discussões que levaram à formulação da lei já deveriam estar borbulhando pela província e exerciam grande influência no estabelecimento dos preços. Ficavam, portanto, em um limbo entre a liberdade e o cativo e foram registrados sem valores discriminados. Outra possibilidade é a de que os escravizados fossem registrados sem valor não porque estivessem em uma zona indefinida entre a liberdade e o cativo, mas sim como uma tática de seus senhores para utilizarem sua mão de obra por mais um período de tempo antes que para eles fosse concedida a liberdade que estava sendo discutida nas casas legislativas.

A existência de famílias, com arranjos diversos de parentesco, e de outros laços comunitários entre os escravizados foi, por muito tempo, negada na historiografia nacional. No entanto, consolidou-se no Brasil, especialmente após os significativos trabalhos de Robert Slenes, *Na Senzala uma Flor* (2011), Hebe Mattos, *Ao sul da História* (2009) e Manolo Florentino e José Góes, *A paz das senzalas* (1987), a tese de que a existência era possível e, em alguns casos, até estimulada. O que se deveria fazer, portanto, era ampliar a concepção de família e enxergá-la além daquelas reconhecidas oficialmente pela Igreja Católica e por esta endossadas em cerimônias religiosas.

Essas relações familiares podem, contudo, serem interpretadas como uma autonomia consentida. Isto porque apesar de demonstrarem uma inclinação do escravizado para maior liberdade em sua agência cotidiana privada, estava nos limites da vontade daquele a quem prestava obrigações, como demonstrou para a província do Rio de Janeiro o trabalho de Manolo Florentino e José Góes (1997). Nesse sentido, ao passo que os escravizados ganhavam a possibilidade de levar uma vida privada longe dos seus companheiros de labuta, o senhor recebia em troca a relativa pacificação de seus escravizados ao negociar lugares sociais distintos em troca de bom comportamento e favores diversos. A possibilidade de formar família surge, então, como um elemento compensatório da assimetria de forças e de poder entre o senhor e o escravizado, como bem salientaram Carlos Engeman (2006), Manolo Florentino e José Góes (1997).

No caso específico aqui analisado, quando buscamos no inventário os dados referentes a graus de parentesco, o que se depreende das informações encontradas é que as famílias existiam. Não é possível saber, pelo que encontramos no inventário, quais eram as relações estabelecidas em termos de famílias ampliadas, dado que os filhos eram registrados ao lado de suas mães apenas, que não eram declaradas como casadas. Ao realizarmos uma busca no Registro de Matrículas por essas mulheres, todas elas aparecem como solteiras.

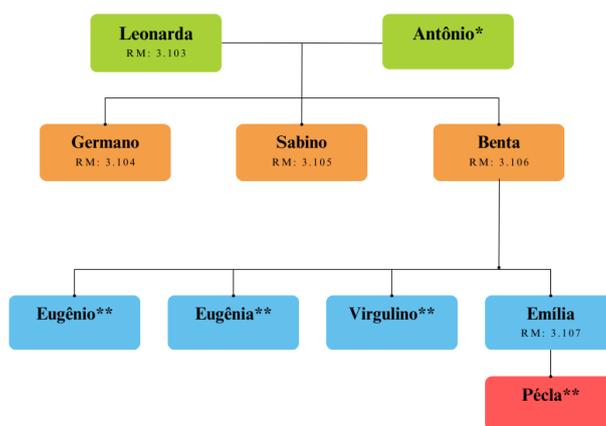
Dentro desse universo declarado no inventário, podemos afirmar que o percentual de famílias era de 27,66% entre as mulheres, considerando que 13 das 47 mulheres com idades superiores a 15 anos apareciam como mães. Cabe adicionar que não foram constatadas mulheres com mais de 50 anos que possuíssem filhos menores de 15 anos. Logo, a faixa etária na qual as mulheres tinham filhos estava entre os 23 e os 50 anos de idade.

De posse de informações constante no Registro de Matrículas e no Inventário post-mortem, é possível afirmar que existia uma continuidade familiar no cativeiro. Para exemplificar isto, convidamos-te a uma incursão nos dois documentos à procura do caso de Benta: brasileira, 45 anos e de roça. Benta aparece no inventário como mãe de 3 ingênuos, a saber: Eugênia, Eugênio e Virgulino. Quando procuramos por Benta no Registro de Matrículas, descobrimos não só a sua mãe, Leonarda — africana, 60 anos, viúva, ainda viva quando da feitura do inventário e dispensada do serviço —, como também encontramos sua outra filha, figurando ao lado de Eugênia, Eugênio e Virgulino, chamada Emília, que era brasileira, possuía 12 anos e recebeu o número de matrícula 3.107, também trabalhadora na roça. Se voltarmos ao inventário, por outro lado, conheceremos outra figura: Pécla, filha de Emília, que no momento da feitura do inventário possuía 24 anos. Embora não seja possível afirmar com certeza a idade de Pécla, já que a mesma não se encontra indicada no inventário, é possível delimitar como

idade máxima 12 anos, que é o interlúdio percebido entre o Registro de Matrícula e o inventário.

Dessa trajetória singular é possível estabelecer que 4 gerações da mesma família estiveram no cativeiro e sob o mando do mesmo senhor. Começando com a escravização de Leonarda, vinda de África, passamos por Germano, Sabino, Benta, Eugênia, Eugênio, Virgulino, Emília e Pécla. Para melhor visualização, observe o esquema a seguir:

Gráfico 17 – Árvore genealógica de Benta, seus ascendentes e descendentes, 1885.



* Não consta no Registro de Matrículas como parte do plantel, mas é mencionado na filiação de Germano, Sabino e Benta.

** Não constam no Registro de Matrículas, nascidos após a feitura do mesmo.

Fonte: inventário de Euzébio de Queiroz Mattoso Ribeiro, SdM. O autor, 2024.

Outro caso que me chama atenção é o da família de Margarida. Registrada sobre o número 3.056, ela era africana, viúva, inválida e exercia o serviço de horteleira, ou seja, cuidava da horta. No primeiro momento, não nos é possível saber o nome de seu cônjuge, nem se o mesmo ainda vivia. Mas, ao olharmos mais de perto, descobrimos tratar-se de Paulo, que não é discriminado entre as posses, mas figura como pai de 03 escravizados junto à Margarida, a saber: Fellippe (41 anos), Augusto (31 anos) e André (26 anos)¹²². Desses, apenas Margarida e Augusto ainda constam no conjunto de escravizados no momento do inventário. A continuidade da posse, no entanto, pode ter sido motivada pelo fato de Margarida ser inválida e Augusto aparecer como valetudinário no inventário. André, por outro lado, aparece com uma anotação no Registro de Matrículas em 11 de outubro de 1877. Embora não seja possível

¹²² Números de Registro de Matrícula: 3.057, 3.066 e 3.065, respectivamente. Idades no momento de anotação do registro, 1872.

distinguir a causa da anotação, não se trata do falecimento ou da aquisição de liberdade. De todo modo, não consta no rol de escravizados do inventário.

Reservamos o caso de Fellippe e isto motiva-se pela anotação de liberdade feita em seu Registro de Matrícula, ainda que sem indicação da data e nem de condições. No entanto, não é a liberdade pura e simplesmente que me chama atenção. Fellippe aparece como casado com Ismeria, também brasileira, e pai de Belisária (17 anos), Pulcheria (16 anos), Polydoro (14 anos), Caetano (10 anos), Hilário (8 anos) e Gabriel (5 anos)¹²³. Destes, a morte alcançou Belisária e Hilário, mas Pulcheria, Polydoro, Caetano e Gabriel continuavam vivos e sob o jugo da escravidão, disponíveis para a venda e com preços altos. Não existe nenhuma anotação referente à Isméria. A liberdade dela junto com seu marido não me parece crível, já que não há anotação semelhante no Registro de Matrículas. A venda, sim.

Instigam-me duas coisas: qual a relação que se estabeleceu para essa liberdade? Por quê Fellippe havia sido libertado e o restante de sua família não? A hipótese que me parece mais legítima é a de que a sua posição como feitor de roça lhe tenha dado esse privilégio. No entanto, o mesmo privilégio não foi dado a Germano, anteriormente citado e também feitor e mestre de engenho de açúcar. Talvez o leitor pense tratar-se de uma questão de idade, mas a diferença entre ambos era de apenas 1 ano. Restam, desta maneira, duas conclusões: o desempenho de uma função — no caso aqui relatado a de feitor — não era garantia, em si mesma, da retribuição com a liberdade; além disso, em que pese pudesse existir uma continuidade na manutenção de escravizados da mesma família na escravaria, como aconteceu com Leonarda, Benta, Emília e Pécla, isso não era marcado a ferro e fogo.

Embora seja de estranhar a quebra do vínculo familiar existente nas alforrias na escravaria de Euzébio — aqui relatada pelo caso da família de Fellippe —, é importante ressaltar que a historiografia reconhece a existência dessas práticas antes e depois das leis que proibiam a separação das famílias, nomeadamente o Decreto nº 1.695 de 15 de Setembro de 1869 e a Lei nº 2.040 de 28 de Setembro de 1871¹²⁴. No caso do sudeste brasileiro, Jonis Freire nos informa acerca das relações que se estabeleciam nas distribuições vinculadas à morte dos senhores e na venda. Em muitos dos casos analisados as famílias sanguíneas se mantinham, ainda que houvesse exceções. Não era de se estranhar também que conforme nos indicou

¹²³ Números de Registro de Matrícula: 3.058, 3.059, 3.060, 3.061, 3.062, 3.063 e 3.064 respectivamente. Idades no momento de anotação do registro, 1872.

¹²⁴ Cf. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1695-15-setembro-1869-552474-publicacaooriginal-69771-pl.html> e https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim2040.htm, respectivamente. Acessados em 06/03/2024.

Cristiany Miranda Rocha (2004 APUD FREIRE, 2012, p. 50), ainda que houvesse a separação das famílias — consanguíneas ou afetivas — no momento de separação formal da posse, a proximidade afetiva e geográfica se mantinha, levando em consideração que os herdeiros das grandes famílias normalmente moravam na mesma região.

No caso particular aqui analisado é possível afirmar que as famílias não foram divididas. Isso se dá porque o montemor descrito foi meado em duas parcelas de 66\$749:00. A primeira coube à inventariante, viúva do falecido, d^a Rachel Francisca de Castro Carneiro Mattoso. Essa, recebeu os quinhões em posses de objetos, mobílias semoventes — dentre os quais se inseriam os cativos—, canaviais e braças de terras existentes no inventário. A segunda parcela foi redividida em 10, cabendo cada décimo a um dos herdeiros explicitados, a saber: d. Maria Francisca de Queirós Carneiro Mattoso e os senhores José, Eusébio, Manoel, Bento, Francisco e Joaquim de Queirós Carneiro Mattoso, menores e representados por poderes de procuração por Bento Carneiro de Almeida Pereira, a pedido da mãe, Rachel; além de Luiz Antônio, João e Antônio de Queirós Carneiro Mattoso, maiores. Aos filhos, por sua vez, foram os quinhões distribuídos em ações da Companhia do Engenho Central e em braças de terras das fazendas inventariadas.

Embora herdeira de uma fortuna avaliada em aproximadamente 67 contos de réis, é possível entrever uma situação desfavorável para a viúva. Isso se dá porque em anos posteriores ao falecimento, levantamento do inventário e conseqüente pagamento das dívidas e distribuições dos quinhões, surgem credores desconhecidos e que não havia se manifestado previamente. Esses acontecimentos levam a mesma a recorrer a hipotecas no Banco de Credito Real do Brasil e no Banco Agrícola do Brasil já em 1888, voltando a recorrer aos mesmos em 1889 e 1890. Além disso, acessa também as suas possibilidades no Banco Hypothecario de Campos em 1891, em seu favor e de seus filhos menores.

Embora os laços de parentesco fossem importantes para o estabelecimento de famílias, é possível perceber que as relações de comunidade não ficavam restritas a estes. O apadrinhamento também era uma forma frequente de manter redes de sociabilidades entre os escravizados, sobretudo daqueles que não habitavam na mesma fazenda e nem eram posses do mesmo senhor. Aparentar-se e apadrinhar-se mutuamente, portanto, eram formas de angariar aliados para dividir os dissabores do cotidiano no cativo.

Seria ingênuo, no entanto, imaginar que esse processo de criação de laços comunitários era de todo igualitário. Como bem demonstrou Beatriz Nascimento (2021, p. 126 e ss.), os núcleos negros organizados estavam, ainda que de maneira não oficial, sob a liderança de pessoas que tinham papel significativo dentro daquela comunidade escrava, sendo, por vezes,

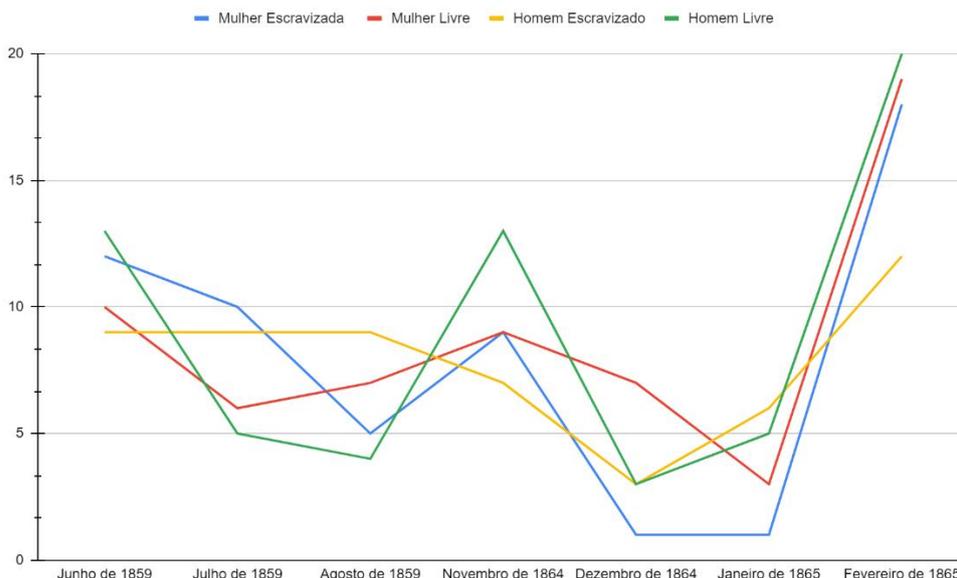
um curandeiro, uma parteira ou, até mesmo, alguém com boa capacidade física para a luta. Dessas organizações comunitárias poderiam surgir formações outras, como os quilombos.

Em muitos aspectos, a formação de uma comunidade escrava não estava apenas circunscrita ao compartilhamento dos espaços geográficos. A ela era necessário que se contabilizassem, também, interações como os métodos de manutenção da vida com relativa qualidade, o trabalho e rituais (Engeman, 2006) . Nesse sentido, os que chegam a essa comunidade encontram nela algo já bem estruturado, com seus códigos de conduta e costumes. A integração nela se dá de modo a criar vínculos com esse *status quo* e, ao mesmo tempo, revelá-los os seus próprios costumes.

O maior ou menor número de estrangeiros adicionados à escravaria poderia representar uma tensão social à comunidade estabelecida. Do ponto de vista dos escravizados, poderia gerar um estremeamento nas relações de poder já constituídas e estáveis. Por outro lado, quando consideradas do ponto de vista senhorial, poderiam adicionar ao caldeirão dos escravizados revoltosos novas ideias revolucionárias e ameaçar a durabilidade do cativeiro com o aumento das fugas.

As muitas paróquias espalhadas pelo território brasileiro eram, em certo grau, lugar de experiência desse ser coletivo, quando o espaço das fazendas não era comum. Era na igreja, sob os olhares repressores do aparelho estatal e religioso, que as reuniões, ainda que manifestadas apenas no olhar, aconteciam. Nelas, eram criados laços comunitários também perenes, aqueles do apadrinhamento. Na pia batismal, por conseguinte, se solidificavam essas relações.

Gráfico 18 – Batismos na Vila de Barra de São João entre os anos 1859 e 1865.



Fonte: Periódicos O São Joaneiro e Voz da Barra¹²⁵. O autor, 2024.

Em que pese, nesse momento, não se possa identificar as partes envolvidas nesses processos de batismo, há que se salientar a importância que os mesmos tinham. Como se pode observar nos dados levantados, houve expressivo aumento nas idas à pia batismal em 1865. Talvez esse movimento represente uma corrida ao batismo para legalização da mão de obra, que seria atestada como propriedade quando batizada.

Embora tenha inventariado 45 lances de senzala em seu poder, avaliadas em 1:800\$000, os dados são insuficientes para afirmar acerca da separação das unidades familiares no âmbito das senzalas. Mas, conforme defendido por Slenes (2011), aos escravizados que ganhavam o privilégio de estabelecerem famílias, usualmente também era destinado algum grau de autonomia e privacidade em suas residências, muito embora isso nem sempre fosse acompanhado da noção de conforto.

Ao mesmo passo que essas edificações significavam a retirada do senhor da obrigatoriedade de prover em termos alimentícios aqueles que estavam nessa configuração, abriam caminho para que o poder fosse, no limite, compartilhado. Além disso, traziam certo alívio para as contas da casa senhorial, que nem sempre era revestida em melhoria significativa para aqueles que não tinham o mesmo privilégio e seguiam dependentes do provimento vindo das dispensas senhoriais.

Quando nos debruçamos sobre o valor monetário que essas propriedades poderiam comportar, pode ser tentador pensarmos que havia uma diferenciação de classe entre uns e

¹²⁵ Voz da Barra, ano I, n. I; Voz da Barra, ano I, n. V; Voz da Barra, ano I, n. VIII; Voz da Barra, ano I, n. XII; O S. Joaneiro, ed. 1 a 10;

outros escravizados. Mas, falar em escravizado mais rico que outro apenas pela condição física de sua habitação é uma extrapolação desmedida. Se partirmos do pressuposto de que as senzalas faziam parte do rol de bens senhoriais, e, a concessão da moradia era uma benesse, temos que levar em conta que as condições em que se achavam as propriedades eram, no limiar, uma demonstração da importância atribuída pelos senhores aos escravizados beneficiados.

Logo, embora uma senzala ofereça maior ou menor status por sua condição de conservação, não poder ser anexada à riqueza do habitante. Por outro lado, não podemos deixar de considerar que a diferenciação entre os escravizados em nível de renda era uma realidade palpável. Aos que, além da habitação, era concedida a possibilidade de trabalho ao ganho, podiam amealhar renda e, frequentemente, significava a saída da condição cativa. No entanto, essa modalidade de trabalho escravizado é pouco frequente em áreas rurais, sendo mais assíduo nas cidades.

Quando paramos para observar a profissionalização na escravaria de Euzébio Ribeiro, chegamos aos seguintes números:

Tabela 4 - Ofícios indicados para os escravizados de Euzébio Ribeiro, 1885.

Especialização	Homem	Mulher
Pajem	4	0
Cozinheiro	1	0
Serviço Doméstico	0	11
Carpinteiro	3	0
Galinheira	0	1
Carreiro	7	0
Roça	4	24
Roça e Foguista	4	0
Horteleira	0	2
Feitor de Roça	1	0
Guia de Carro	4	0
Barqueira	0	5
Maquinista e Carpinteiro	1	0
Mestre de Açúcar e Roça	1	0

Trata dos Porcos	0	1
Ferreiro	1	0
Foguista da Máquina	1	0
Serviço de Empregada	0	1
Carreiro e Roça	1	0
Feitor e Mestre de Açúcar	1	0
Pedreiro	1	0
Enfermeira	0	1
Cocheiro e Carpinteiro	1	0
Não discriminado	14	15
Dispensada de todo serviço	0	2
Inválido	1	0

Fonte: inventário de Euzébio de Queiroz Mattoso Ribeiro, SdM. O autor, 2024.

A primeira observação que deve ser feita quando nos deparamos com esses números é a seguinte: as informações acerca das funções foram retiradas do Registro de Matrícula de Escravos, que continha um número diferente de escravizados se comparado àquele constante no inventário. O número total, neste caso, era de 118. Destes, 29 não apresentavam nenhuma observação em suas profissões. Muito provavelmente eram cativos que trabalhavam na roça os que não receberam denominação. Dos 89 restantes, 28 (24,92%) estavam diretamente ligados ao trabalho desempenhado na roça, fosse na plantação do café ou de outros tipos agrícolas. Chama atenção nesses números, o fato de que, no serviço doméstico todas as ocupantes fossem mulheres, bem como o expressivo quantitativo dessas no serviço da roça.

A grande disponibilidade de funções para a escravaria, longe de demonstrar uma perspectiva humanitária dos senhores, era um fator que conjugava nuances: aumentava a capacidade produtiva, de modo que as doenças eram facilmente controladas e, portanto, não causavam grandes paralizações; eram, também, uma forma de estabelecer bases para os cuidados diversos, desde a alimentação da casa (como se pode observar nos escravizados especializados no trato com porcos e hortaliças) até os reparos físicos (como pedreiros); além disso, podiam adicionar ao cabedal dos senhores, servindo de prestadores de serviços para as pessoas próximas que não detinham os mesmos conhecimentos; por último, mas não menos

importante, um escravizado com função bem delimitada poderia ter o seu preço acrescido no momento da venda.

Especializar-se não era, em termos gerais, resultado de boas práticas na agricultura ou apreço. Encontrava-se dentro de uma economia de trocas de favores e garantia de serviço sem maiores perturbações e fugas, ainda que relativas. De toda maneira, para os escravizados, trazia uma fuga ao trabalho braçal. Alguns tipos de ocupação deixavam espaço para a formação de um tempo extra para os cuidados de suas questões particulares. Como não eram empregados no trabalho na agricultura, o seu tempo laboral era ditado por outras regras. Nesse sentido, pode ser considerado usual que estes mesmos escravizados tivessem maior “capacidade de gerir os seus próprios negócios” (Schwartz, 2001, pp. 89-122 APUD Engemann, 2006, p. 158).

De maneira semelhante, era comum constatar que os escravizados tivessem o cuidado de angariar para os seus descendentes os mesmos privilégios que possuíam. Portanto, como continuação de suas funções, empenhavam-se em instruir os seus filhos e filhas nas suas colocações. Embora não fosse possível garantir que os filhos e filhas se manteriam na função almejada, tratava-se de certa perspectiva de autonomia. Essa autonomia proveniente das relações de trabalho especializadas ampliava-se quando passamos e entender o curso de vida do escravizado com expectativa de tornar-se liberto. Isso porque na área rural, a reinserção social e espacial dos migrantes, quer seja de áreas vizinhas, como freguesias, ou longínquas, se dava de maneira mais fácil para aqueles que tinham certo capital para montar pequenos negócios ou que exerciam ofícios especializados, assim, “o domínio de um ofício tornava-se, assim, um passaporte para o acesso à terra, na condição de agregado” (Mattos, 2013, p. 57). Para os poucos afortunados, a alternativa era desempenhar o papel de um assalariado rural até que conseguisse reunir capital, formar laços e voltar a ser um agricultor independente (Mattos, 2013, p. 52-53).

Nesse sentido, quando olhamos para os inventários aqui estudados, faz sentido pensarmos em crianças na mais tenra idade terem profissões já bem delimitadas. Acontece com Mérsia e Francisco, presentes no inventário da falecida Ana Maria Magdalena, anteriormente citada. No entanto, é de se estranhar que nenhuma indicação da condição de aprendiz seja utilizada para separá-los daqueles que já desempenhavam tal ofício de maneira profissionalizada. Casos semelhantes são observados por Engeman (2006, pp. 159-60) nas fazendas do sertão da Corte, quando são elencadas crianças de 8 e 1 anos com funções e ofícios na música.

Foge ao escopo das questões levantadas aqui, mas urge lançar foco em questionamentos como: existia algum tipo de pensamento coletivo no desenvolver de tarefas

comuns aos escravizados dentro das senzalas? Aqueles que eram especializados, solteiros e dividiam os seus cubículos com os que trabalhavam na agricultura tinham algum sistema de revezamento das atividades para que o trabalho dentro das senzalas não recaísse sobre os que não tinham especialização?

E se estamos falando de pessoas incapazes para o trabalho, é importante salientar que na escravaria do Euzébio esses eram em número de 10. Representavam 12,66% do total de seus escravizados e eram, em sua maioria, pessoas idosas. As doenças incapacitantes, por sua vez, eram físicas ou mentais? Embora essa informação não esteja clara, é possível acreditar que essa incapacidade era física ou, ao menos, havia sido adquirida após o Registro de Matrículas, já que as profissões dos mesmos se encontravam lá discriminadas.

A existência, na escravaria, de escravizados debilitados física e psicologicamente pode nos abrir uma janela interpretativa para a situação comunitária. Esses, afastados do trabalho pesado na agricultura, representavam um esforço a mais para os que estavam em idade laboral: cumprir as suas obrigações e trabalharem de maneira a compensar o senhor pela falta da mão de obra do adoecido. Nesse sentido, é possível especular que houvesse uma contraprestação da parte dos enfermos. A limpeza da senzala e outras atividades para a manutenção do espaço era realizado pelos doentes (aqueles que não tinham capacidade para o trabalho braçal, mas que poderiam realizar atividades domésticas)? É possível crer que sim. Outras maneiras também deveriam ser encontradas, sempre que possível, para aumentar a própria participação, como a especialização no aspecto religioso, na manipulação dos elementos de cura ou a execução de tarefas que não exigissem muito fisicamente. No caso aqui analisado, podemos perceber o trabalho realizado por Margarida, descrita como inválida e impossibilitada de trabalhar na roça com os outros escravizados, tornou-se horteleira. O cuidado com a horta dava trabalho, mas era considerado mais leve quando comparado à labuta no cafezal.

Além disso, o adoecido representava uma perda monetária para o senhor, deixava de angariar fundos na produção e tinha o seu valor diminuído para a venda, quando essa ainda era possível. Exemplos dessa prática podem ser percebidos com Luzia, com 40 anos e valetudinária, que custava 100\$000, enquanto Josepha, também com 40 anos, mas em boa saúde e custava 450\$000. Aqui entra em jogo, novamente, o caráter negociador. Conforme salientou Engemann (2006, p. 169), quanto maior era a negociação do trabalho feita por senhores e escravizados, menores eram as chances de doenças simuladas.

Tal qual se pode imaginar, o objetivo de se estabelecer uma comunidade estava, também, vinculada ao pacto que se estabelecia entre os participantes. Assim como se criavam pactos pela branquitude (Bento, 2021) que permitiam a formação de redes de influência em

partes longínquas da província ao nomearem semelhantes que receberiam os que quisessem denunciar os escravizados fugidos de seus pares, também se processava uma rede entre os escravizados. Essa, por sua vez, seria capaz de “tornar o lugar da escravidão, estranho e hostil pela sua própria natureza, em um lugar com alguma familiaridade” (Engeman, 2006, p. 186).

Segundo nos informa Iraci Costa (APUD Engeman, 2006, p. 206), a posse de escravizados tendia a aumentar de acordo com a idade do proprietário. Quando este chegava os 70 anos de idade, a propriedade estava em seu ápice e, depois, passava a declinar. Nesse sentido, é possível traçar para Eusébio de Queiroz o seguinte: apesar de os dados aqui encontrados apresentarem alguns desvios, a sua escravaria não tinha chegado ao ponto máximo, dado que tinha 48 anos quando da sua morte. Se extrapolamos os números para adicionar aqueles que não foram contabilizados, é crível que os números máximos, caso não se avizinhasse a abolição, se aproximassem de 200 escravizados.

Para afastar de si a possibilidade de ficar preso a uma só tarefa, ou até mesmo, às oscilações negativas do mercado, diversificou a sua ação e, conseqüentemente, a formação da sua mão de obra. Dentre os seus escravizados, como já vimos, as profissões eram muitas. Em que pese houvesse um expressivo número de escravizados, a indicação em seu inventário de que o engenho da fazenda se encontrava desmontado levanta algumas questões. A primeira delas diz respeito ao tempo de desabilitação desse engenho. Se estava desmontado há tempo, qual era o principal meio de sobrevivência desse conjunto familiar? A segunda, por que continuava a contar com um número elevado de escravizados? Qual destino seria dado a estes?

Ainda que não houvesse nenhuma preocupação ou intenção prévia de tornar a sua escravaria livre e com uma especialização já encaminhada, torná-los versados em ofícios poderia servir a diversos interesses. Como já bem salientado, o trabalho nas diversas frentes de investimento próprio em suas terras sempre seria uma opção; por outro lado, a aquisição de um ofício era uma das variadas formas de fazer com que o preço de seu escravizado fosse elevado. Logo, caso houvesse a necessidade da venda, com um ofício, os lucros seriam aumentados.

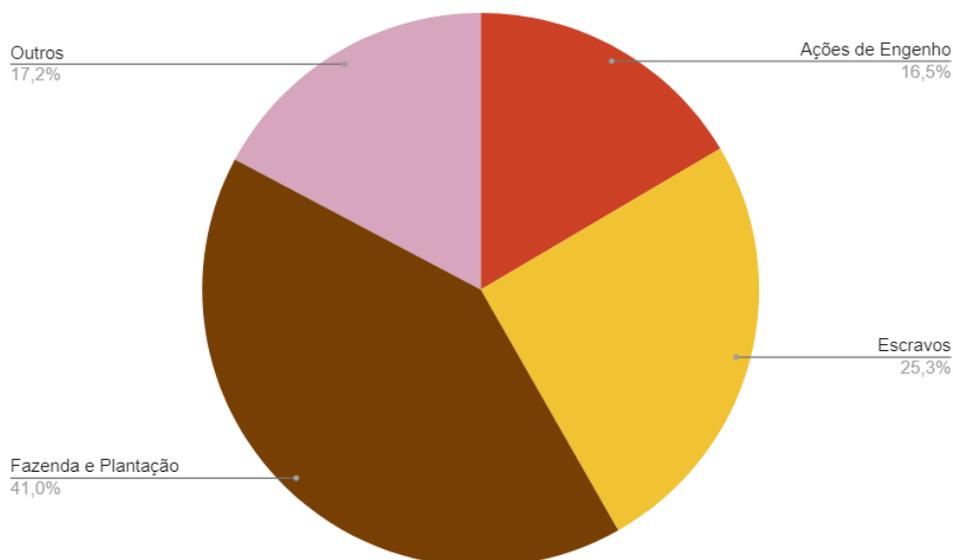
Quando olhamos para os preços e a proporção do preço dos escravizados na escravaria, podemos chegar às conclusões apresentadas a seguir. Se estivermos falando de mulheres, os preços variam: (1) 15 a 39 anos, aproximadamente 670\$000; (2) 40 aos 49 processava-se uma queda no preço, que passava a girar em torno de 400\$000; (3) aos 50, esse valor tendia a ser diminuído. As mulheres passavam a valer a metade do grupo anterior, girando o preço de venda em torno de 200\$000. É importante salientar que a existência ou não de filhos atribuídos às mulheres não aumentava ou diminuía o seu valor monetário. Cabe ainda chamar atenção para o fato de que as inválidas e valetudinárias não foram consideradas na elaboração dessas médias,

afinal, seguindo a lógica de transformar essas pessoas em produtos, quando os mesmos apresentavam uma falha o seu preço era abaixado.

Aos homens, por outro lado, temos o seguinte: (1) 15 a 29, o preço médio girava em torno de 900\$000; (2) aos 30 anos, o valor era diminuído em 100\$000, passando a valer 800\$000. E assim prosseguiam até completar 40 anos, quando de novo tinham um decréscimo em seu valor, passando a custar 600\$000. Diferentemente do que aconteceu com as mulheres, os homens a partir dos 50 anos passaram a ter variação no preço sem motivo aparente. Ao mesmo passo que se podia verificar escravizados ao preço de 300\$000, também era possível perceber outros com o valor de venda em 100\$000 ou menos, sem nenhuma indicação de doença ou qualquer outro tipo de impedimento para o trabalho. Ao contrário, variações de preço entre 200\$000 e 50\$000 eram percebidos entre Alberto e Anastacio, em que pese ambos fossem africanos, trabalhassem na roça e possuíssem idades semelhantes (58 e 59 anos). Embora a aproximação aos 60 anos justificasse a perda de valor da mão de obra, a diferença de 1 ano de idade entre Alberto e Anastacio não parece justificar uma diferença de 300% no preço.

Em que pese houvesse essa variação de valor, o que havia sido reservado do monte-mor de Euzébio Ribeiro em propriedade cativa somava um total de 33.780\$000, ou, 25,3% dos 133.499\$000 disponíveis. Dos bens de raiz, cabe destacar os 41:000\$000 investidos na Fazenda denominada do Mello, representando 41%. Além disso, o seu cabedal também contava com 110 ações da Companhia Engenho Central de Quissaman e mais 157 da 2ª Emissão, avaliadas todas pelo valor de R\$22:000\$000, ou 16,48%.

Gráfico 19 – Proporção da posse escrava e das atividades relacionadas à agricultura no monte-mor de Maria Gertrudes de Figueiredo, 1838.



Fonte: inventário de Euzébio de Queiroz Mattoso Ribeiro, SdM. O autor, 2024.

Com um total de 82,78% de seu monte-mor investido em atividades que giravam em torno da escravidão (terra, escravizados e beneficiamento), é possível afirmar que o poderio exercido por Euzébio Ribeiro o colocava dentro de um seletivo grupo de senhores de escravizados na região.

Como pode ser observado, a análise dos inventários de Maria Gertrudes e de Euzébio nos demonstram que os seus bens estavam arrolados, sumariamente, nos assuntos em torno da produção agrícola, 78% e 82%, respectivamente. Assim, confirmam a hipótese levantada no capítulo anterior acerca da direta relação entre os grandes senhores da região e a terra. Além disso, seus inventários nos permitem olhar, ainda que em níveis diferentes, as muitas possibilidades de existência na escravidão da região, não apenas nas diversas possibilidades de emprego da mão de obra — seja na agricultura ou na especialização —, mas também das possibilidades de existência da escravidão em sentido estrito e formas alternativas de viver o cativo.

CONCLUSÃO

A trajetória aqui desenvolvida nos possibilita olhar para os mundos da escravidão como algo complexo e diversificado, não monolítico, ainda que essa última acepção tenha sido assumida por pensadores consagrados no imaginário científico brasileiro do início do século passado, em especial aqueles que colocavam no peso das ações da sociedade escravista dois polos antagonistas e maniqueístas – a Casa Grande e a Senzala¹²⁶. Comungamos, portanto, das reflexões levantadas pela historiografia do último quartel do século XX, nacional e internacional, que possibilitou uma busca pelos sentidos produzidos pelos agentes sociais marginalizados, com enfoque na reconstrução plural da identidade nacional¹²⁷.

No primeiro capítulo pudemos perceber como rios e mares são de importância fundamental para a formação da região aqui estudada, transformados eles próprios em agentes históricos. Fomos levados a enxergar o rio como peça fundamental para que a economia da região, voltada para a agricultura, em especial de café, fosse dinamizada. Por eles, nomeadamente o rio São João e o rio Macaé, além dos conhecimentos múltiplos, também foram vias de fluxo das safras levadas das cidades do interior para a Corte, bem como fonte de alimentos através da pesca e da caça de crustáceos. Os rios foram essenciais para a conceituação de região que empregamos, utilizando o conceito de Ilmar Rohloff de Mattos de região como uma extrapolação de limites administrativos, sendo uma unidade histórica e socialmente construída.

Entramos em contato com a forma como se deu o processo colonial nas terras habitadas pelos indígenas Tamoios e entendemos as diversas modalidades de exploração da área, tanto para os interesses coloniais, como também, posteriormente, para os interesses dos fazendeiros. Através do movimento do porto, dos imbróglios nas demarcações das terras (com habitantes que tinham a possibilidade de optar na vinculação administrativa da sua porção de terra), as discussões administrativas no momento de estabelecimento das vilas e tantos outros fatores, compreendemos a importância de estabelecer-se em terras tão disputadas, especialmente por aqueles que visavam se beneficiar do insistente tráfico atlântico.

¹²⁶ Para todos os efeitos, a obra que inaugura essa linha de pensamento é a *magnum opus* de Gilberto Freyre. FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. São Paulo: Global, 2003.

¹²⁷ Cf., especialmente: GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil**. São Paulo: Claro Enigma, 2015; CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990; CASTRO, Hebe Mattos de. **Ao sul da História: lavradores pobres na crise do trabalho escravo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, Faperj, 2009.

Outro aspecto que deve ser pontuado é o da formação de elites plurais. Consolidados na região, os homens da boa sociedade participavam socialmente em diversas áreas. Ora apareciam envolvidos na vida política — como vereadores, oficiais de polícia e outros cargos da administração —, ora eram citados como relevantes terranentes, status mantidos com a posse de grandiosas fazendas, por vezes em mais de uma cidade. Era frequente que os nomes destes indivíduos também aparecessem em jornais e noticiários como mercadores, donos de armazéns e com conexões sociais, econômicas e políticas na Corte, além da bem estabelecida ligação que mantinham com as artimanhas do tráfico. Assim, as elites locais conseguiam formar e nutrir laços sociais em diversas áreas. Fosse através da colaboração política — assumindo cargos ora em Macaé e ora em Barra de São João, quando essas duas vilas já haviam sido divididas —, econômica ou simbólica, os diferentes modos de produção de marcadores das diferenças e desigualdades foram importantes para a configuração da região e estabelecimentos do *status quo* nas mãos de poucos privilegiados.

O semelhante envolvimento nos negócios da escravidão, especialmente o tráfico, foram fundamentais para forjar solidariedades, mas também para criar desavenças. De qualquer maneira, os interesses em torno da mão de obra escravizada, empregada majoritariamente nas roças de café da região, serviu como elo para os senhores e fizeram rodar a economia local, pautada não somente nas roças, mas também voltada a serviços de durações variadas, sumariamente a cabotagem e a pesca.

No segundo capítulo o leitor pode encontrar um maior enfoque na montagem econômica da região. Com suas muitas conexões portos afora, os produtores locais utilizavam-se dos rios para o escoamento por meio da cabotagem. Era, portanto, essencial que as muitas terras da região tivessem em suas delimitações rios acessíveis aos seus trabalhadores e fora do controle estatal. Nesse sentido, as tentativas de fazer passar pelos arredores trilhos de ferro não foram bem recebidos por parte dos homens da boa sociedade, que se empenharam em fazer as suas defesas nos foros competentes, em especial a Assembleia Provincial.

Foi nele também que encontramos as diversas medidas tomadas pelos traficantes de escravizados da região para se adequar às necessidades da nova situação. O maior rigor com os traficantes de escravizados implementados a partir da lei de 1850 fizeram com que esse grupo tivesse que se reordenar e ter mais cuidado com os desembarques agora ilegais nas águas nem sempre calmas. Além de novos métodos de transporte (normalmente com embarcações menores), novas formas de manutenção da escravaria a bordo (alimentação repensada para o tamanho das embarcações) e das novas práticas comerciais (já que os escravizados não poderiam ser levados para mercados à céu aberto), os traficantes também tiveram que se

preocupar com a nova onda de ataques que sofriam por causa das delações feitas por seus inimigos.

Foram levantados dados no Museu Solar dos Mellos que nos permitiram afirmar ser a região estudada essencialmente agrícola e tributária da utilização da mão de obra escravizada. Embora com uma discrepância entre o número de mega proprietários (2) e o micro, pequenos e médios (16), foi possível perceber que a quantidade de mão de obra concentrada por cada uma dessas porções se equivalia. Logo, embora representassem pouco no cômputo geral, os mega proprietários eram responsáveis por aproximadamente metade dos cativos. Além disso, embora os dados sobre procedência sejam insuficientemente precisos para fazermos maiores considerações, dentre os que possuíam as suas origens demarcadas, os brasileiros representavam 72% e, em termos de sexo, os homens representavam 51%. Temos, portanto, uma região que tinha escravizados majoritariamente brasileiros e homens.

Embora não fosse o principal enfoque, também foi possível perceber como o século XIX foi predominantemente masculino. Não apenas nos muitos inventários encontrados, que eram sumariamente de propriedades masculinas e sobre os quais as mulheres não tinham ingerência, inclusive quando do recebimento dos quinhões provenientes pela herança de seus pais — que eram passados aos seus respectivos cônjuges —, podemos também perceber uma ação secundária para as mulheres, quando nos aproximamos dos documentos de posse de terras e vemos a impossibilidade destas assinarem, ainda que fossem as proprietárias de fato da localidade.

No terceiro e último capítulo foi possível lançar luz às diversas construções do ser escravizado na região. Em que pese as forças utilizadas pendessem a balança para uma relação desigual, é necessário ter em mente que os atores sociais eram variadas e não seguiam um script pré-formatado para o seu status jurídico e civil.

À primeira vista, foi possível perceber que os mega proprietários — Maria Gertrudes de Figueiredo e Euzébio de Queiróz Mattoso Ribeiro — tinham uma escravaria diversa. Não apenas no fato de terem eles acumulado grande número em sua escravaria, englobando brasileiros e africanos, mas também por terem especializado a mão de obra. Essa mão de obra, por sua vez, compunha grande parte do capital acumulado por estes.

Acompanhamos, em alguns trechos, histórias diversas de escravizados. Alguns fugiam de seus cativeiros, outros demonstravam certa continuidade no julgo da escravidão — chegando a ter diversas gerações de sua família que permaneceram cativas. As suas entradas no mundo laboral também foram diversificadas. Havia aqueles indivíduos que exerciam suas atividades laborais na roça das fazendas de seus senhores; outros eram empregados nos serviços

domésticos; outros, ainda, tinham a sua mão de obra especializada e tornavam-se ferreiros, guias de carro, maquinistas, feitores, pescadores, barqueiros e tantas outras especializações. Quando não muito, acumulavam os trabalhos da roça com outras atividades, gerando maior renda para os seus senhores e possibilidade de pecúlio para interesses próprios.

A Região da Bacia dos rios São João e Macaé também nos oportunizou enxergar os alargamentos proporcionados nessa sociedade que prezava pela diversificação de laços sociais. Como já sabido na historiografia, foi possível perceber na região a existência de quilombos, que no caso em análise indicam uma coexistência com as senzalas e embaixo da ciência do senhor. Também pudemos perceber laços de solidariedades entre os escravizados, ligados pelos laços sanguíneos, mas que não deixavam de abrir as suas possibilidades para os compadrios.

De modo geral, podemos entender que para a região delimitada, os limites da escravidão se estabeleciam cotidianamente, alternando entre momentos de maiores liberdades e outros de maior controle. Nesse mesmo sentido, foi perceptível na documentação, por exemplo, a coexistência do cativo e das diversas possibilidades de liberdade, dentre as quais se incluíam a formação de quilombos.

Embora não tenha perdido o seu papel na contemporaneidade e continuem fazendo verter de suas águas produtos para serem comercializados nos diversos mercados de peixe da região, não foi possível confirmar neste trabalho a hipótese de que exista uma continuidade histórica entre os pescadores da região. No caso de Rio das Ostras, os membros da comunidade de pescadores locais foram todos renovados. Em conversa informal com os responsáveis pelo Museu Sambaqui da Tarioba, foi-me informado que para realizar uma exposição no mesmo foi feito o levantamento dos dados dos pescadores que aqui viviam e trabalhavam em 1992, ano de emancipação política de Rio das Ostras. Dos que ali trabalhavam no início da década de 1990, nenhum continua vivo. Por parte de seus descendentes diretos, um ainda mora na cidade, mas exerce sua profissão em outra área, sendo taxista. O mesmo foi observado por Nazário (2015, p. 85) no caso de Armação dos Búzios.

De toda maneira, ainda que não demonstre a sua continuidade histórica, a história dos pescadores na Região da Bacia dos Rios São João e Macaé, que povoam o imaginário social e oficial, precisa ser estudada com mais afinco. As questões que aqui foram colocadas servem como mais uma fagulha para que pesquisadores das múltiplas áreas do conhecimento passem a olhar para a região e completar com suas pesquisas o fogaréu que ilumina os chãos desse século XIX no litoral fluminense.

EPÍLOGO

Velado ¹²⁸

Quando o cachorro do Romão se mostrou à sombra da mangueira, parecia ser só mais um dos seus retornos ao lar. Todos os dias, pela manhã, era possível ouvir os passos de ambos, dono e cachorro, ao percorrerem as secas folhas da amendoeira situada defronte minha casa para mais um dia de labuta. E, como era de costume, ao entardecer, Romão voltava primeiro que o cão, que levava ainda uns poucos 20 minutos para chegar.

Corria o comentário que eu tinha me apaixonado pelo Romão. Eu não ligo. Apenas penso que ver a silhueta dele contra o sol poente é digno de cena de romance. Daqueles mesmos que as ilustradas leem. É bem verdade que gosto de tomar um ar quando chega a tardinha, para descansar um pouco. Ter trabalhado esses 40 anos na lavoura me fez acumular a fadiga. Sendo assim, por mais que agora eu já não trabalhe mais para o Sr. Joaquim, o revolver da terra do meu quintal já é suficiente para me deixar abatida.

As pessoas que moravam aqui já não se via mais. Uns morreram, mortes que não saíam no noticioso jornal, não eram de gente de primeira; outros se mudaram, medo talvez; os poucos que permaneceram não tinham o mesmo tempo que eu, o que compreendo. De modo que a companhia da Ludovina muito me alegrava. Ela é uma das poucas por aqui por quem eu ainda tenho afeição.

As nossas conversas não eram muito prolongadas, dado que nada de muito interessante acontecia por aqui e falar do trabalho era enfadonho para quem acabara de viver o dito-cujo embaixo do sol. A gente falava das saudades, planos já não tínhamos. E logo que nos aborrecíamos de ter saudades, ficávamos caladas olhando o vento nas roupas do varal e nas folhas.

Nesse dia, quem primeiro avistou o cachorro foi Ludovina. Não faz juízo aqui nomeá-lo. Acredito que nem mesmo sei o nome, pois nunca fui companheira dos animais. Chamou-me a atenção o formato do galho que hoje ele trazia em sua boca. Pensei ser coisa da minha cabeça, deixei para lá. Mas, Ludovina também notou algo e disse ser aquilo muito engraçado. “Deus o livre”, principiou, “mas aquilo que o cão tá carregando difere dos galhos que ele sempre traz. Se não fosse um absurdo, diria que até tem mão e dedos balançando.” Não pensei que concordaria, mas era exatamente aquilo que eu tinha pensado ver.

Ao descer o morro que separava a igreja e o centro da vila de nossas casas, o cão — que a essa altura eu já sabia ser chamado Mosca, pelos gritos dos vizinhos mais de cima — trouxe consigo uma legião de eufóricos e assustados.

¹²⁸ Este conto foi inspirado na notícia veiculada no Jornal **Monitor Macahense**, Ano II (1864), nº 158, p. 1 e Ano II (1864), nº. 160, p. 4. Op. Cit.

Para minha surpresa e de Ludovina, o cão trazia mesmo um braço em sua boca. Para estar completa a desgraça, tratava-se de uma criança, pretinha. O rebuliço total já estava armado e em pouco tempo chegou o Romão. Eu já sabia que de outra coisa não se falaria naquela noite, semana e quem sabe mês.

Logo que chegou, Romão tratou de começar uma disputa com Mosca pelo braço. Aos gritos — sabe-se lá se de espanto ou de apoio a alguma das partes — Romão deu-se por vencido e deixou o cão com o braço. Por descuido, ou por não ter mais a atenção geral, o cão deixou o braço no chão, menos de dois minutos depois.

Preso o cão, calmando o dono, a desconfiança pairou. Onde andava o Romão que o cachorro pudesse ter um braço de criança metido na boca? Como a gente pequena logo se intromete na vida alheia, disse o Felizardo que viu quando o cachorro saiu do cemitério com o braço na boca, mas sem a companhia do dono. Conclui ser demais para mim. Não havia nascido com o dom e nem tinha adquirido os saberes de delegada, o que me deixava a opção de sempre: fazer a janta e dormir. Já não sabia se o sono seria o mesmo, mas quem sabia? De todo, já tinha visto mais do que desejava. Despedi-me de Ludovina e me recolhi.

Já era de se esperar, mas quando eu acordei só se falava disso. Soube de toda a história, das perguntas do inquérito público e das respectivas respostas antes mesmo que me dessem um bom dia ou dois. Romão não tinha sido preso porque não tinha sido visto sair do cemitério. O delegado, porém, o impediu de se ausentar dos olhos públicos, quer por trabalho ou por lazer. Pelo visto ele decidiu ficar em casa e todos que passavam queriam os seus cumprimentos. Falar com os criminosos não era bem-visto, mas o ar de suspeita que pairava no ar alvoroçou a todos. Passou assim todo o dia e eu, que revolvia a terra, ao menos tinha a companhia dos curiosos transeuntes.

Pela tarde, na hora mesma que Romão costumava voltar, quem mostrou a silhueta contra o sol foi o delegado. Os poucos minutos que levou para chegar até a casa do Romão foram suficientes para que se juntasse a ele um bom grupo. Quando parou, começou por dizer todas aquelas formalidades dos doutores. Falou das leis, dos nomes importantes e das diligências que tinha feito. Nada se achava em desfavor de Romão. O que se sucedeu era que o cemitério estava com algumas covas rasas revolvidas e a bicharada fazia a festa.

Felizardo havia dito que o que existia lá não era bem gente. A ossada não estava lá muito reconhecível como gente, assemelhava-se mais aos animais. Disse existirem diferenças, por já estar habituado a ver os ossos do gado que morre no campo. Eu saí de perto. Corria à boca miúda que queriam sacrificar o Mosca. Achei estranho terem dado nome de outro bicho ao cão, mas não me achava no direito de dizer isso, não agora. Seria engraçado, se eu já não tivesse visto disparates de tal tamanho, mas por momentos pensei que prenderiam o cão. Não sou companheira dos animais, mas também não almejo o mal aos inocentes. Se ele soubesse o que carregava, não o faria.

Reuniram-se todos em defesa do cão e em súplicas para que o poder público resolvesse logo o problema. Já se dizia que o braço era da Restituta, filha da Sabina, que falecera dias atrás de sarnas.

Não sei. Não gostava de dar atenção pros que falam dessas coisas. Meu coração só se colocava na dor que Sabina sentia por ver sua pequena daquele jeito. As faltas monetárias levaram ao sepultamento em condições indignas. Eu sabia, mas fingi não saber. Sem ter o que fazer, só pude dar minhas condolências. E, às vezes, um pouco de compreensão silente é tudo que precisamos.

A hora passava rápido nesses dias de agitação. Romão já se sentia menos preocupado. Eu e Ludovina estávamos um pouco afastadas olhando o tempo. Não tínhamos ânimo pras turbulências sociais, e, reclamar de lábios não ajudaria. Fiquei triste pelo ocorrido, sobretudo por ter acontecido tão perto e logo com Sabina, que já não tinha sossego há uns bons tempos. Decidi por bem voltar para casa e dormir, que sempre se mostrava uma ótima opção.

O dia amanhecera estranho. Eu devia estar habituada, mas era sempre esse horror ao descobrir que a noite não me havia carregado em suas acolhedoras mãos. Ignácio tinha passado por aqui relatando que o pároco não demonstrou vontade de interceder por nós, nem de levar o ocorrido aos importantes da cidade. Ele disse que não queria interferir em nossas malquerenças. A vila toda estava em transe. Não acreditei. Achei que fosse mais uma das invenções de Ignácio, que tinha como recurso para suas dores, contar histórias. Eu raramente acreditava, já estava acordado entre a gente: eu deixava ele falar, ouvia com interesse, mas não acreditava. Dessa vez, eu me enganei. Apesar de ter contribuído para o meu horror matinal, eu só fui constatar a verdade horas mais tarde. Crianças pretas não são crianças.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes

ALMANAK Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro (RJ) - 1844 a 1885.

Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=313394x&pasta=ano%20184&pesq=&pagfis=1>

ARQUIVO Público do Estado do Rio de Janeiro - APERJ. Registros Paroquiais de Terras do Século XIX. Pasta: Barra de São João. Indaiassu (Sacra Família do Rio SãoJoão), p. 47.

Disponível em:
http://www.docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=REG_TERRA3&pagfis=1674 & Morro do Limão (Rio das Ostras), p. 169, Disponível em:
http://www.docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=REG_TERRA3&pagfis=1796

CORREIO Mercantil, e Instructivo, Politico, Universal. Rio de Janeiro, RJ: [s.n.].

Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/correio-mercantil-instructivo-politico-universal/217280> Acesso em: 4 ago. 2021.

JORNAL do Commercio (RJ) - 1827 a 1829. Rio de Janeiro: Typographia d'Emile-Seignot Plancher.

Disponível em:
https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_01&hf=memoria.bn.br&pagfis=1 Acesso em: 20/12/2021.

MONITOR Macahense: Jornal Politico, Litterario, Commercial e Agricola (RJ) - 1864 a 1870.

Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=026980&pesq=&pagfis=1> Acessado em: 20/12/2021

MUSEU SOLAR DOS MELLOES. Inventários diversos, datados de 1838 a 1885, acomodados em 3 caixas e disponibilizados digitalmente pelos funcionários do Museu Solar dos Mellos.

O S. Joaneiro: folha noticiosa e commercial. Vila da Barra de S. João, [RJ]: Typ. de A. Lobo Vianna, 1859. 31 cm. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=235407> Acesso em: 4 ago. 2021.

RECENSEAMENTO do Brazil em 1872. Rio de Janeiro: Typ. G. Leuzinger, [1874?], p. 83 e ss. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=225477&view=detalhes> Acesso em: 10/01/2022

VOZ da Barra: periodico noticioso, Barra de S. João, [RJ]: Typ. de José Freire de Andrade e Silva, 1864-[1865?]. 31 cm. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=156973> Acesso em: 4 ago. 2021.

Bibliografia

ABREU, Martha; YABETA, Daniela. (Orgs.) **Inventário dos lugares de memória do tráfico Atlântico de escravos e da História dos africanos escravizados no Brasil.** Niterói: Laboratório de História Oral e Imagem - LABHOI/Universidade Federal Fluminense, 2003.

ACCIOLI, Nilma Teixeira. **José Gonçalves da Silva à Nação Brasileira: O tráfico ilegal de escravos no antigo Cabo Frio.** Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2011.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval M. de. *O objeto em fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região.* **Fronteiras**, [S. l.], v. 10, n. 17, p. 55–67, 2008.

ALFERES, Barão do Paty do. **Memória sobre a fundação e costeiro de uma fazenda na província do Rio de Janeiro pelo Barão do Paty do Alferes e anotada pelo dr. Luiz Peixoto de Lacerda Werneck.** Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1878.

ARAÚJO, Cinthia Monteiro de. **Por outras histórias possíveis: em busca de diálogos interculturais em livros didáticos de histórias.** 2012. 176f. Tese (Doutorado em Educação) – Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

ASSAD, Leonor. *Cidades nascem abraçadas a seus rios, mas lhes viram as costas no crescimento*. **Ciência e Cultura**. vol. 65 n°. 2 São Paulo Abr./Jun. 2013

BARROS, Surya Pombo de. *Escravos, libertos, filhos de africanos livres, não livres, pretos, ingênuos: negros nas legislações educacionais do XIX*. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 42, n. 3, p. 591-605, jul./set. 2016.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Compainha das Letras, 2022.

BERANGER, Abel Ferreira. **Dados históricos de Cabo Frio**. Cabo Frio: PROCAF, 1993.

BERNARDES, Lysia Maria Cavalcanti; BERNARDES, Nilo. *Pesca no Litoral do Rio de Janeiro*. **Revista Brasileira de Geografia**, n.1, ano XII, 1958, 21-52

BEZERRA, Nielson Rosa. *Marinheiros e barqueiros africanos no Recôncavo da Guanabara, século XIX*. **Recôncavo: Revista de História da UNIABEU**. Belford Roxo, ano 1, número 1, p. 4-19, Agosto-Dezembro de 2011.

BRASIL. **Lei nº 10.639 de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm Acessado em: 10/05/2023.

BURKE, Diane Mutti. **On Slavery's Border. Missouri's Small-Slaveholding Households, 1815-1865**. Athens, Georgia: University of Georgia Press, 2010.

CASTRO, Hebe Mattos de. **Ao sul da História: lavradores pobres na crise do trabalho escravo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, Faperj, 2009.

_____. **Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista (Brasil, século XIX)**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. **Escravo ou camponês? O protocampesinato negro nas Américas**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CARVALHO, Marcus J. M. de. *O desembarque nas praias: o funcionamento do tráfico de escravos depois de 1831*. **Revista de História**. São Paulo, nº 167, p. 223-260, Julho/Dezembro de 2012.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

COSTA, Lia Keller Ferreira da. **O quilombismo como instrumento de combate ao racismo epistemológico: a trajetória dos coletivos negros universitários de Campos dos Goytacazes**. 2018. 95f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Departamento de História do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional, Universidade Federal Fluminense, Campos dos Goytacazes, 2018.

DARWIN, Charles. **Viagem de um naturalista ao redor do mundo. Parte 1: África, Brasil e Terra do Fogo**. Porto Alegre: L&PM, 2013.

ENGEMANN, Carlos. **De Laços e de Nós: constituição e dinâmica de comunidades escravas em grandes plantéis do sudeste brasileiro do Oitocentos**. 2006. Tese (Doutorado em História). Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

ESPÍNDOLA, Ariana Moreira. *Papéis da Escravidão: a Matrícula Especial de Escravos (Lei de 1871)*. **7º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**. Anais. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2015.

FLORENTINO, Manolo; GÓES, José R. **A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico. Rio de Janeiro: 1790-1850**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FREIRE, Jonis. *Família, parentesco espiritual e estabilidade familiar entre cativos pertencentes a grandes posses de Minas Gerais – século XIX*. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 46, 2012. DOI: 10.9771/aa.v0i46.21260. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21260> Acesso em: 6 mar. 2024.

FONSECA JR., Eduardo. **Sambaquis e Quilombos no litoral fluminense**. Rio das Ostras: Gráfica e Policromia Iriry, 2004.

GANDRA, Daniel Nogueira. **Audazes Pioneiros: Terras, Escravos e Fortunas em Pirai, 1810-1888**. 2020. 259f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

GOMES, Flávio dos Santos. **A Hidra e os pântanos: quilombos e mocambos no Brasil (sécs. XVII-XIX)**. 1997. 773 f. Tese (Doutorado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 1997. Programa de Pós-Graduação em História. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/9920> Acesso em: 12/03/2024.

_____. **História de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise. *A análise do discurso: conceitos e aplicações*. In: **Alfa**, São Paulo, v. 39, p. 13-21, 1995.

KRENAK, Ailton. Antes o mundo não existia. In: NOVAES, A. (Org.) **Tempo e História**. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

LIMA, Renata Azevedo. **Conflitos de terra e quilombos na colonização do Rio de Janeiro (1808 - 1831)**. 2013. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. *O Estado nacional e a instabilidade da propriedade escrava: a Lei de 1831 e a matrícula dos escravos de 1872*. **Almanack**. Guarulhos, n. 02, p. 20-37, 2º semestre de 2011.

MARRETO, Rodrigo Marins. **O opulento capitalista: café e escravidão na formação do patrimônio familiar do barão de Nova Friburgo (c. 1829-c. 1873)**. 2019. 483f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

MATTOS, Cristiane Passos de. **A produção do espaço urbano de Rio das Ostras**. 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo Saquarema**. São Paulo: HUCITEC; Brasília/DF: INL, 1987.

MATTOSO, Katia M. de Queirós. **Ser escravo no Brasil: séculos XVI-XIX**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

MOREIRA, Luiz Guilherme Scaldaferrri; FERNANDES, Rose. **Cabo Frio e a Pesca da Baleia na Ponta dos Búzios**. Cabo Frio, Rio de Janeiro: Sophia Editora, 2018.

MUAZE, Mariana; SALLES, Ricardo. **O Vale do Paraíba e o Império do Brasil nos quadros da segunda escravidão**. Rio de Janeiro: 7letras, 2015.

NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras: Relações raciais, quilombos e movimentos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

NAZARIO, Gessiane Ambrosio. **“Isso é uma questão muito política!”: relações étnico-raciais e memória quilombola no espaço escolar em Armação dos Búzios**. 2015. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de Sociologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

NEGRO – da senzala ao soul. Demétrio Costa. São Paulo: TV Cultura, 1997.

RIBEIRO, Flávia Maria Franchini; MOREIRA, Luiz Guilherme Scaldaferrri. (Orgs.) **Cabo Frio: 400 anos de história, 1615-2015**. Brasília: IBRAM, 2017.

PEREIRA, Walter Luiz Carneiro de Mattos. *José Gonçalves da Silva: traficante e tráfico de escravos no litoral norte da província do Rio de Janeiro, depois da lei de 1850*. In: **Tempo**, vol. 17, nº 31, 2011.

_____. *A “Vasta Máquina” do Atlântico: O Iate Rolha na costa fluminense, em 1850*. In: **Afro-Ásia**, nº 66, 2022.

_____; PESSOA, Thiago. *Silêncios atlânticos: sujeitos e lugares praieiros no tráfico ilegal de africanos para o Sudeste brasileiro (c.1830 – c.1860)*. In: **Estudos Históricos - Rio de Janeiro**, vol. 32, nº 66, Jan.-Abril/2019.

RUSSELL-WOOD, Anthony John R. **Histórias do Atlântico português**. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

SALLES, Ricardo. **E o Vale era o escravo. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SOUZA, Neuza Santos. **Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEIBERT, Gerhard. Os angolares da ilha de São Tomé: Náufragos, Autóctones ou Quilombolas? *Textos de História*, vol 12, nº 1/2 , 2004.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da.; LINHARES, Maria Yedda. *Região e História Agrária. Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 8, n. 15, 1995, p. 17-26.

SILVA, Luiz Geraldo Santos da. **Caiçaras e jangadeiros: Cultura marítima e modernização no Brasil**. São Paulo: CEMAR/Universidade de São Paulo, 1993.

SILVA, Luiz Geraldo. **A faina, a festa e o rito: uma etnografia histórica sobre as gentes do mar (sécs. XVII ao XIX)**. Campinas, SP: Papyrus, 2001.

SLENES, Robert W. **Na senzala, uma flor - Esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

SOARES, Márcio de Sousa. **A remissão do cativo: a dádiva da alforria e o governo dos escravos nos Campos dos Goitacazes, c. 1750-c. 1830**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.